

# EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE CURITIBA

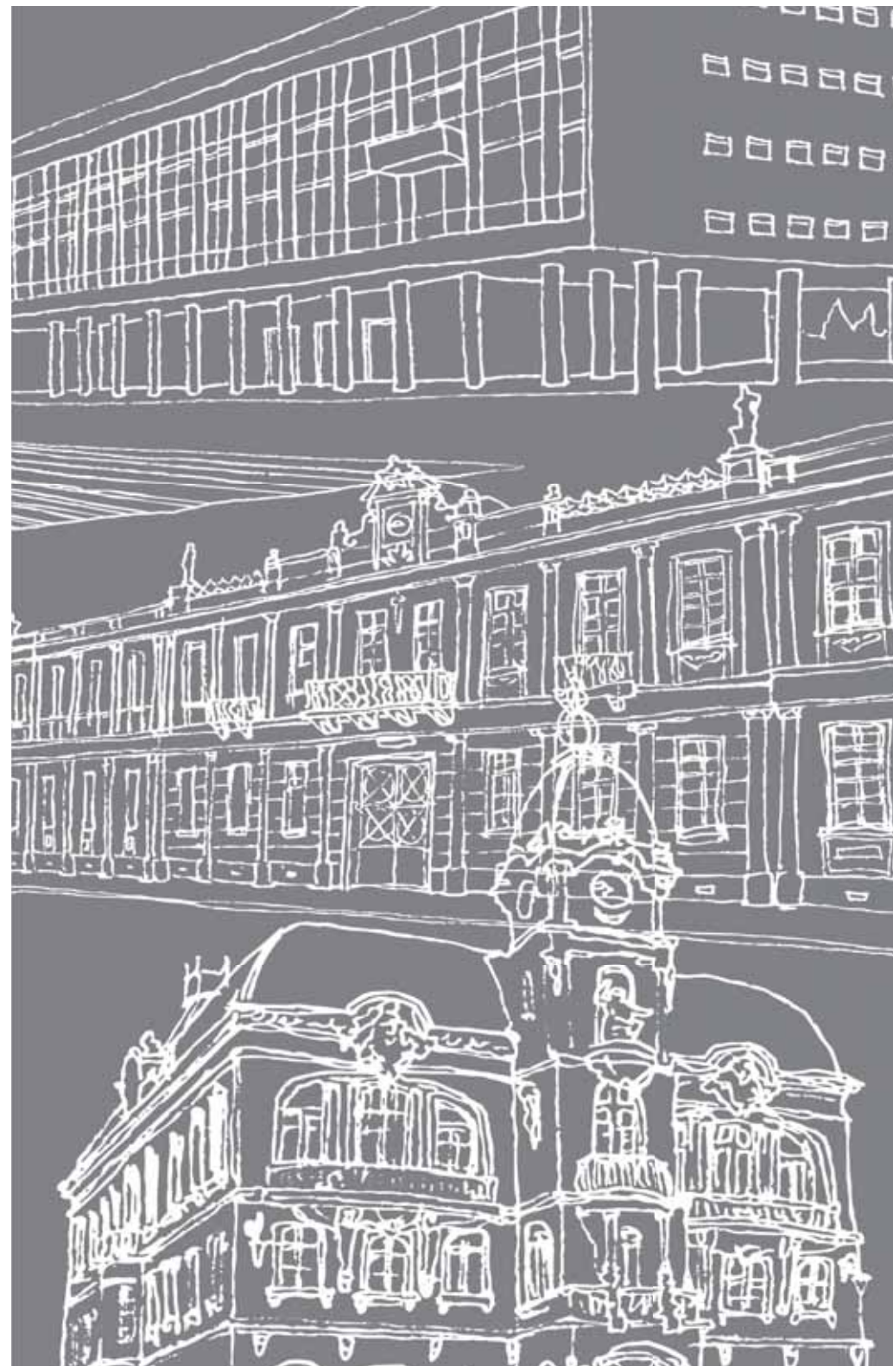
Ecletismo e Modernismo na Arquitetura Oficial

Elizabeth Amorim de Castro



# EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE CURITIBA

Ecletismo e Modernismo na Arquitetura Oficial



## EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE CURITIBA

### Ecletismo e Modernismo na Arquitetura Oficial

COORDENAÇÃO GERAL Elizabeth Amorim de Castro

CONSULTORIA Zulmara Clara Sauner Posse

PESQUISA Ana Paula Pupo Correia e Elizabeth Amorim de Castro

ILUSTRAÇÕES Daniel Gonçalves - Séphia Design

FOTOGRAFIA Acervos Institucionais e Elizabeth Amorim de Castro

PRODUTOS CARTOGRÁFICOS Eduardo Vedor de Paula

TEXTOS Elizabeth Amorim de Castro

REVISÃO DE TEXTOS Antônia Schwinden

ASSESSORIA DE IMPRENSA Dinah Ribas Pinheiro

#### LIVRO

CAPA Daniel Gonçalves - Séphia Design

PROJETO GRÁFICO Elizabeth Amorim de Castro

#### CD-ROM

PROJETO GRÁFICO Glauce Midori Nakamura

DESENVOLVIMENTO Kendy Otak

TRILHA SONORA Mário Amadeu Gallera

#### EXPOSIÇÃO

PROJETO GRÁFICO Elizabeth Amorim de Castro

Dados internacionais de catalogação na publicação.  
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

---

Castro, Elizabeth Amorim de, 1963-  
Edifícios públicos de Curitiba : ecletismo e modernismo na  
arquitetura oficial / Elizabeth Amorim de Castro. -  
Curitiba, PR : Edição do autor, 2011.  
160 p. : il. ; 21 x 30 cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-904968-6-1

1. Edifícios públicos – Curitiba (PR).
2. Arquitetura – Curitiba (PR). I. Título.

CDD ( 22ª ed.)  
725.140981621

---

© Elizabeth Amorim de Castro, 2011. Todos os direitos reservados.

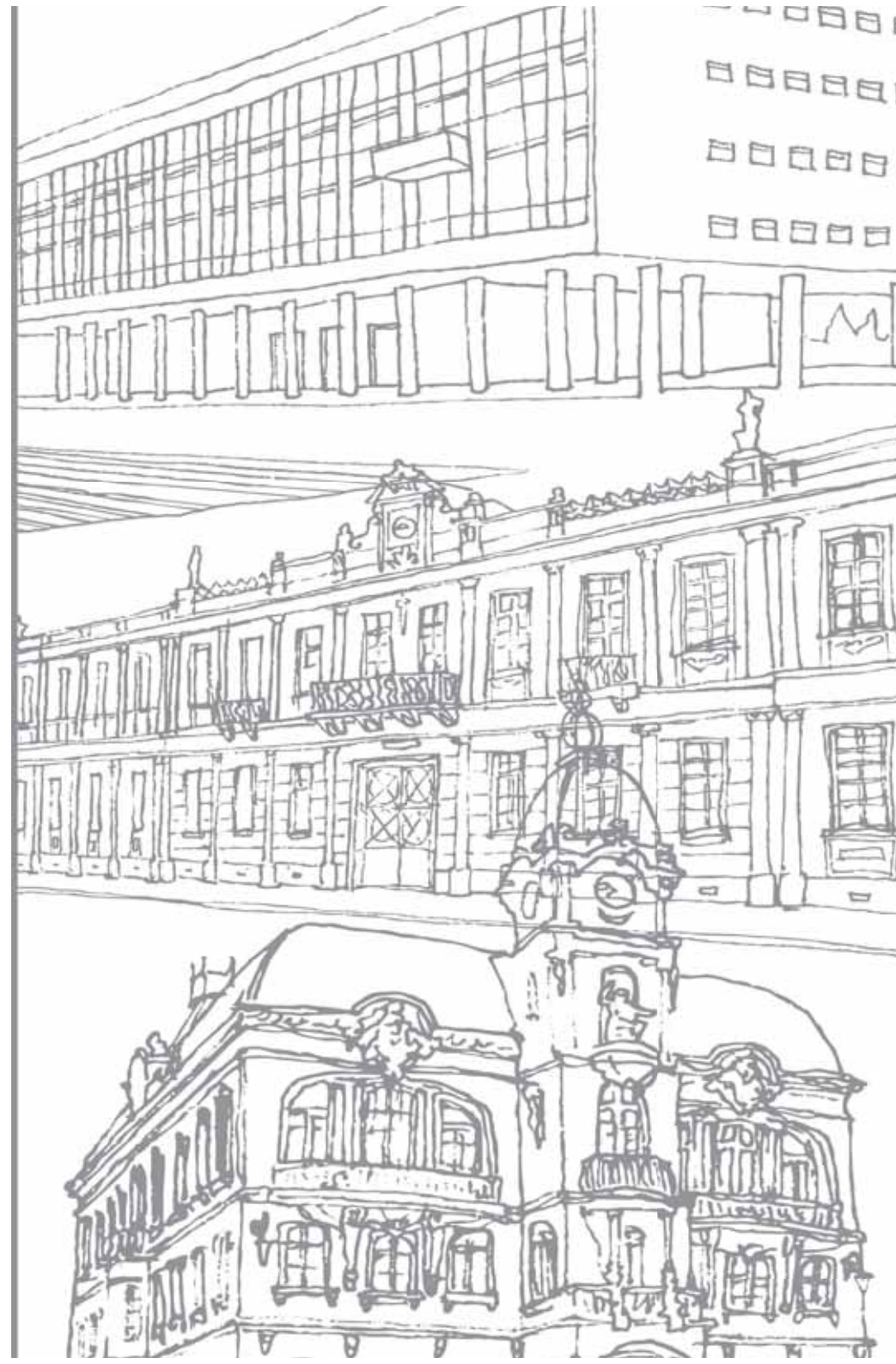


# EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE CURITIBA

Ecletismo e Modernismo na Arquitetura Oficial

Elizabeth Amorim de Castro

Curitiba, 2011

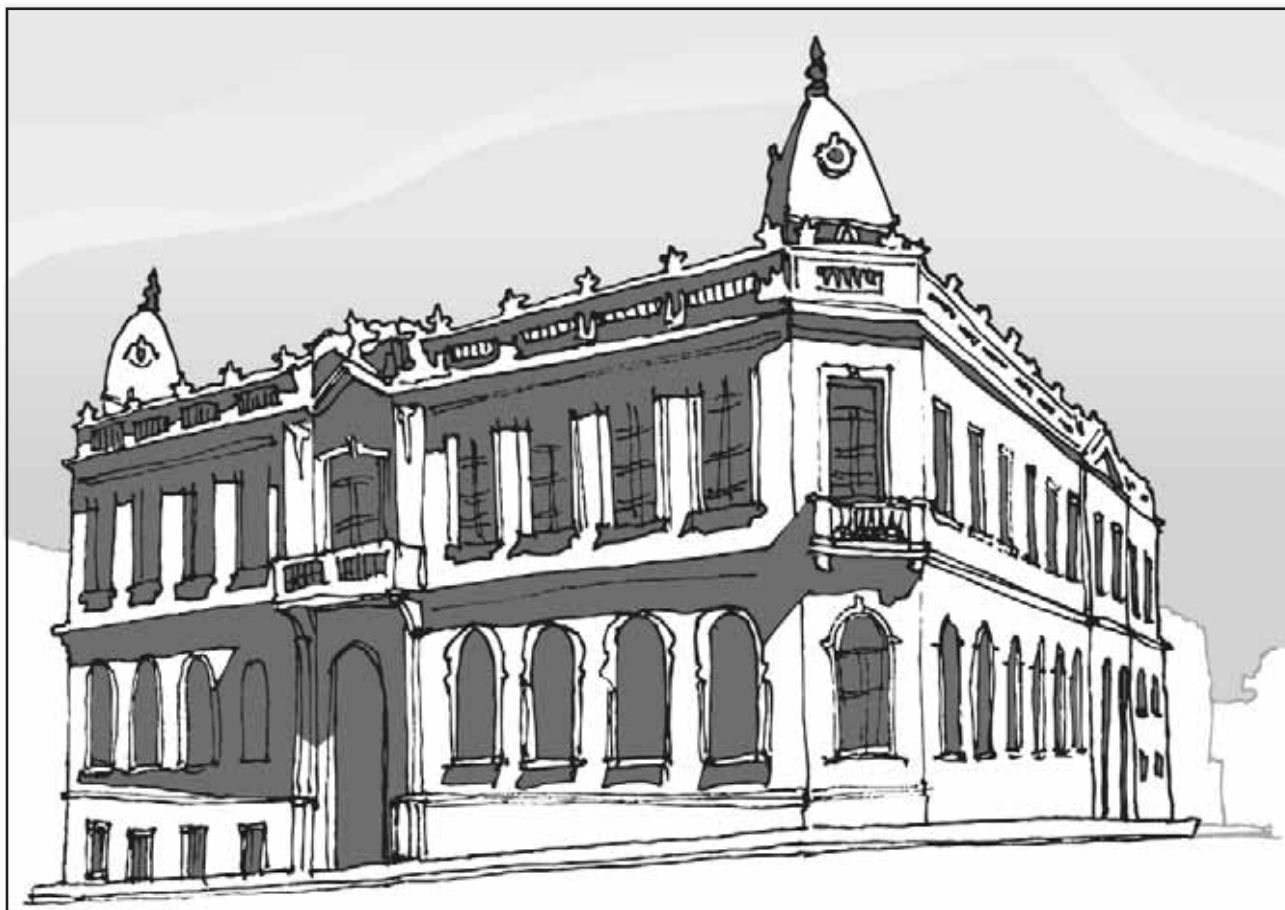






## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>6</b>
<b>Prefácio, <i>Zulmara Clara Sauner Posse</i></b>	<b>8</b>
<b>Arquitetura, Arquitetura Oficial, Ecletismo e Modernismo, Tipologia e Caráter</b>	<b>10</b>
<b>Centro Cívico de Curitiba</b>	<b>40</b>
<b>Palácios do Governo</b>	<b>56</b>
Palácio da Liberdade	58
Palácio São Francisco	64
Palácio Iguaçu	68
Paço da Liberdade	76
Palácio Vinte e Nove de Março	84
<b>Palácios da Assembleia</b>	<b>90</b>
Paço da Assembleia	92
Palácio Rio Branco	94
Palácio Dezenove de Dezembro	102
<b>Palácio da Justiça</b>	<b>110</b>
Palácio da Justiça	112
<b>Sedes administrativas</b>	<b>118</b>
Tribunal Superior e Secretarias de Estado	120
<i>Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos</i>	126
<i>Laboratorio de Analyses e Dispensarios</i>	132
Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda	138
<b>Relação de imagens</b>	<b>144</b>
<b>Fontes e referências</b>	<b>152</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>158</b>



Apresentação



Um característico da instalação oficial, no Paraná, é que nos seus edifícios não se tem nada a censurar, não representam exageros de dispendios, nem signal de sumitricaria ou abandono da compostura official; estão em accordo perfeito com a importancia da capital e de sua fazenda publica, nem de mais nem de menos;<sup>1</sup>

**Edifícios Públicos de Curitiba. Ecletismo e Modernismo na Arquitetura Oficial** é um projeto de pesquisa incentivado pelo Programa de Apoio e Incentivo à Cultura (PAIC) da Fundação Cultural de Curitiba sobre o patrimônio público edificado da cidade no qual o presente livro é um dos produtos culturais resultantes. Fazem parte também deste trabalho um CD-Rom e uma exposição itinerante, ambos com distribuição e circulação gratuitas.

A produção arquitetônica oficial aqui analisada abrange um período de mais de 100 anos, iniciando com o Paço da Assembleia construído em 1854 pela nascente Província do Paraná e chegando ao Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda, sede do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR), projetado em 1958 e concluído sete anos depois. No percurso, o Ecletismo da Primeira República é sucedido pelo Modernismo dos anos de 1950 e, à primeira vista, parece tratar-se de momentos distintos entre si, com conceitos e formas próprios. No entanto, um exame mais demorado permite a identificação de características que se mantêm: não são censuráveis, nem representam exageros de dispendios, ao mesmo tempo em que não há mesquinhez ou perda da compostura oficial, estando em acordo com a importância e os recursos públicos. Os adjetivos empregados por Arthur Dias, em seu livro *O Brazil Actual*, um panorama do país no início do século XX, para

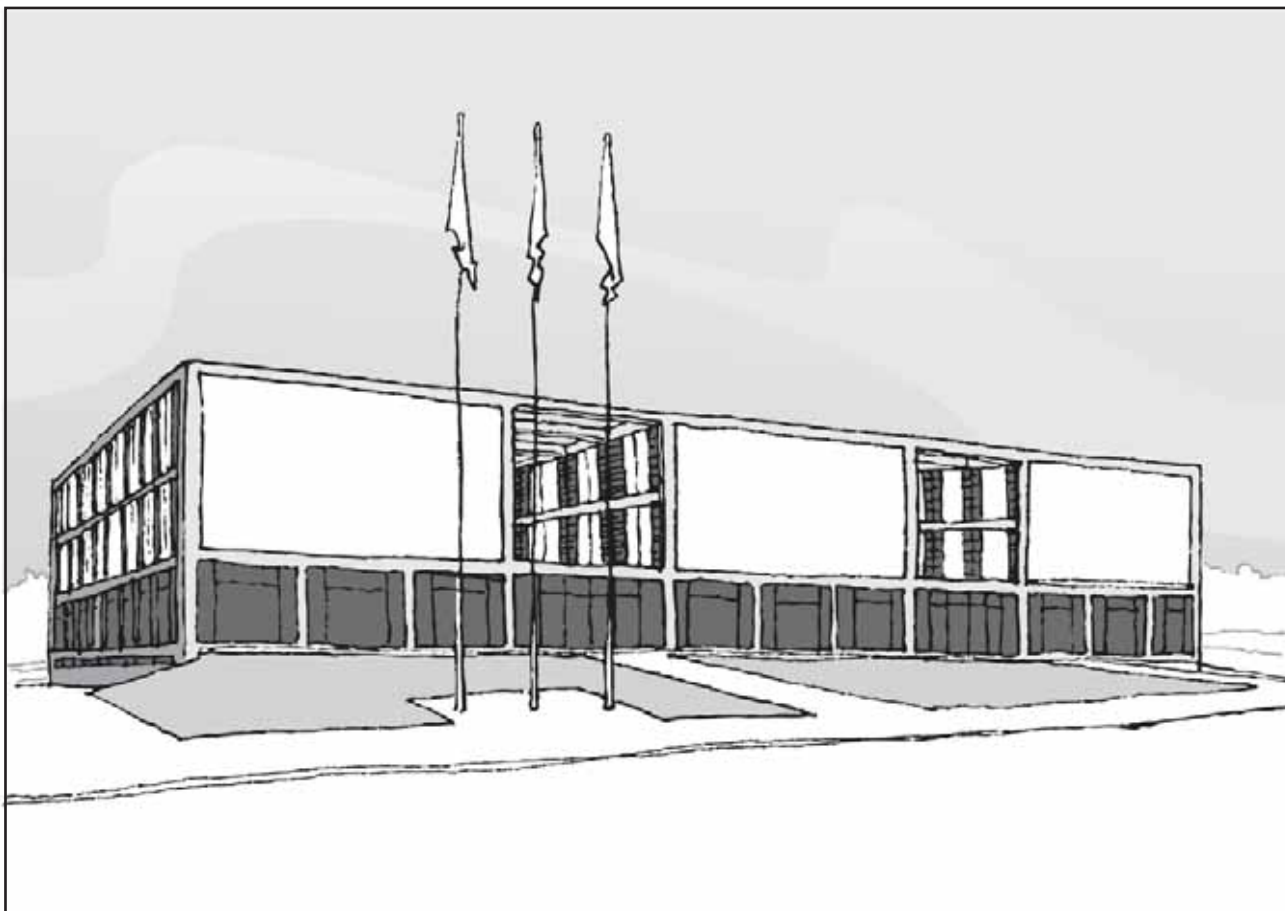
os poucos exemplares então existentes em Curitiba podem ser utilizados em toda a produção oficial aqui estudada.

Racionalidade, ordem, economia, utilidade, adequação e modernidade compõem tradicionalmente o caráter da arquitetura pública e estão impressos e expressos nos edifícios ecléticos e modernistas apresentados neste livro. São conceitos inerentes do fazer arquitetônico, integrantes dos princípios vitruvianos – *firmitas, utilitas e venustas* – e acentuados para transmitir a ideia de uma “architecture purement municipale”<sup>2</sup>, como escreveu Guadet. Correspondem ao arco que vincula “o discurso doutrinário da arquitetura da Antiguidade até o Modernismo ortodoxo”<sup>3</sup>, segundo Elvan Silva, e são o fio condutor deste texto, que ultrapassa o estudo estilístico e pretende captar, neste conjunto e em cada exemplar edificado, a plena contemporaneidade e o claro objetivo de sempre serem ícones da vontade política de uma determinada conjuntura social. De inquestionável valor histórico, cultural e arquitetônico são monumentos de Curitiba e merecem um olhar mais atento, que revele na materialidade todo o conteúdo simbólico que possuem.

<sup>1</sup> DIAS, Arthur. *O Brazil Actual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. (p. 389)

<sup>2</sup> GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture*. Livre VIII. Les Éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique. Paris : Librairie de la Construction Moderne, 1909. 1ª edição : 1901. Tome II, Livre VIII. (p. 432)

<sup>3</sup> SILVA, Elvan. *A Forma e a Fórmula*. Cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença. Porto Alegre: Sagra, 1991. (p. 170)



## Prefácio

O texto do livro **Edifícios Públicos de Curitiba. Ecletismo e Modernismo na Arquitetura Oficial** apoia-se em extensa pesquisa histórica e de arquitetura realizada em Curitiba. Analisa treze edifícios construídos especialmente para atender atividades públicas entre 1853 e 1960, isto é, possuem um caráter específico. Foram selecionados para compor um conjunto, apesar de pertencer a diferentes tempos, a partir dos marcos teóricos da arquitetura e de suas categorias analíticas – tipo, estilo e caráter. Ancorado em densa orientação teórica e metodológica discute as bases que fundamentam o trabalho desenvolvido pela arquitetura no decurso histórico de modo a compreendê-la como um produto cultural expressando as demandas de seu tempo e local. A análise acurada avança para revelar a continuidade conceitual da arquitetura oficial, ultrapassando os limites estilísticos, pois se encontra comprometida com o contexto social em que se insere.

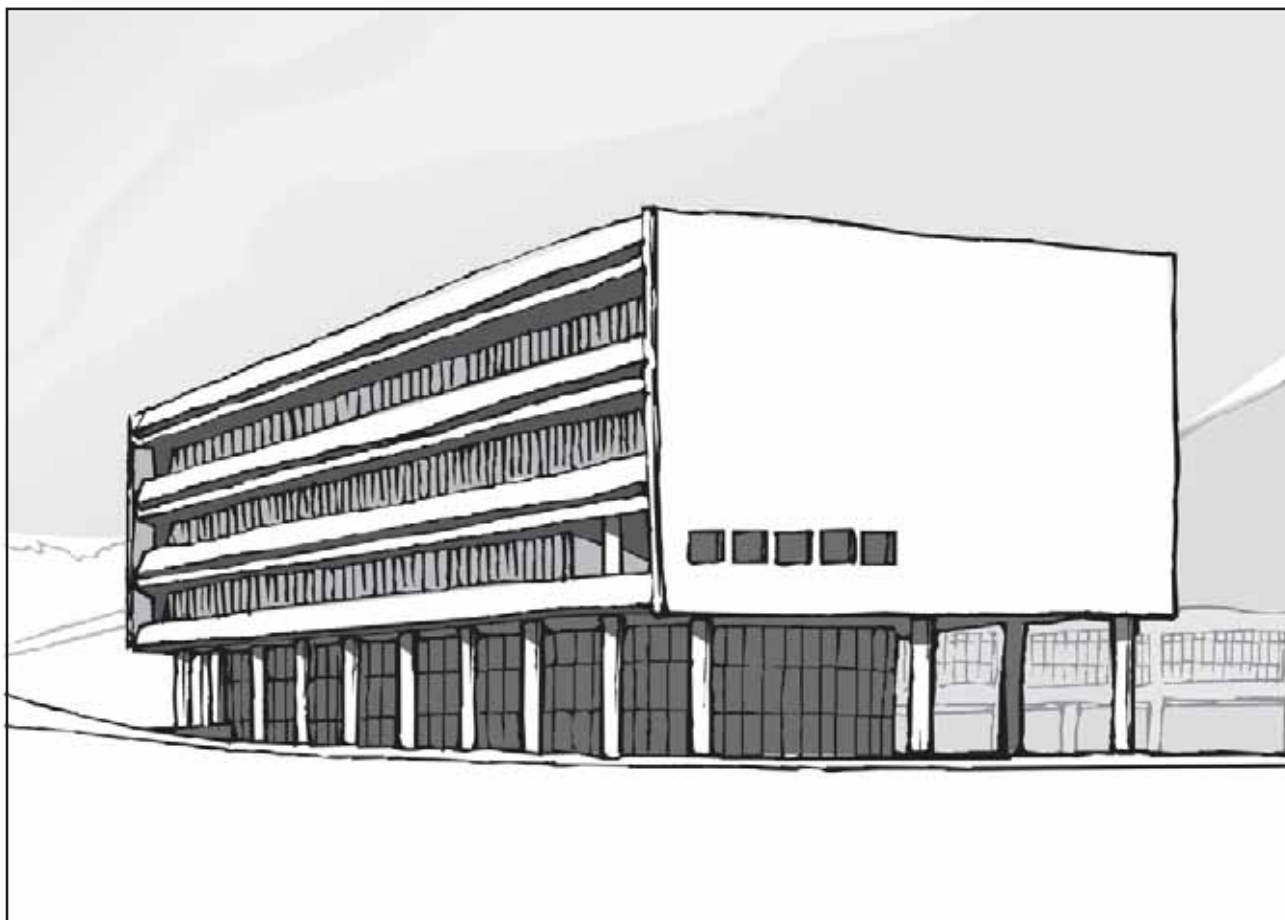
Referindo-se ao século XIX, remete-se a Guadet na discussão sobre os *hôtels de ville*, como os que evocam a ideia de uma arquitetura puramente municipal explicitadas nos elementos ornamentais das fachadas, incorporando beleza e magnificência ao seu caráter. Podem abrigar várias atividades públicas localizando-se no coração da cidade, como são os edifícios oficiais da recém-emancipada província do Paraná e até 1930. Exemplares ecléticos encontram-se distribuídos nas áreas centrais, preferencialmente em praças, ou junto a outros com finalidades semelhantes. Representam palácios do Executivo e Legislativo municipal e estadual, e com atividades administrativas, construídos para marcar a presença política do estado. A função – o seu caráter – mais que a linguagem formal, foi o critério para incluí-los nos tombamentos estaduais, alçando-os à condição de monumento, onde se vê concretizado o ideário que os idealizou. A leitura dos edifícios públicos, independente de suas épocas e estilos, é a leitura de um modo histórico de conceber o mundo a partir do poder estabelecido calcado

nos princípios da arquitetura. Perspectiva seguida pela autora ao situar o conjunto de edifícios no contexto social e na história da arquitetura em Curitiba, permitindo-a analisar os exemplares modernistas com igual caráter a partir de 1950. Os edifícios públicos, com linguagem formal modernista, atendem aos princípios arquitetônicos dos ecléticos, possuem o mesmo caráter, porém localizam-se em áreas menos ocupadas. A centralidade de sua implantação tem menor importância, valorizando-se mais os novos espaços que permitissem concentrar diferentes atividades, como o caso do Centro Cívico. Da forte relação entre a conjuntura histórica e o espaço urbano materializada no conjunto, resulta o entendimento de que aquele revela um espaço identitário, consolidando a capital como centro administrativo do estado. O caráter se projeta na dimensão urbana, cujo espaço dotado de profundo significado é incorporado pela sociedade como um monumento. A análise da imbricação entre história e arquitetura se observa na trajetória singular de cada edifício cuidadosamente analisada com belíssimas imagens fotográficas, mapas e desenhos.

Trabalho de fôlego, coerente, discurso fluído, simultaneamente denso e agradável, permite a todos sensibilizar-se com o patrimônio arquitetônico oficial de Curitiba. Indubitavelmente uma obra que contribui para a memória da cidade, justificando o incentivo da Fundação Cultural no apoio à pesquisa urbana.

*Zulmara Clara Sauner Posse*





Arquitetura, Arquitetura Oficial, Ecletismo e Modernismo, Tipologia e Caráter

A arquitetura, segundo o arquiteto Adolfo Morales de Los Rios Filho, é a “arte, a ciência e a técnica de conceber, projetar e erigir edifícios e cidades, com utilidade e beleza”, procurando “satisfazer as necessidades e as exigências materiais, físicas, intelectuais, morais e sociais da coletividade humana, por meio de obras sólidas, salubres, econômicas e belas”.<sup>1</sup> A adequação do edifício às atividades que ali serão exercidas, isto é, sua utilidade ou funcionalidade, constitui-se em um princípio da arquitetura presente no mais antigo tratado, escrito pelo engenheiro militar do Império Romano, Marcus Vitruvio. Para ele, o projeto arquitetônico e a construção deveriam estar baseados em três fundamentos: *Firmitas* (solidez, ou seja, aspectos técnicos e construtivos), *Utilitas* (utilidade, adequação funcional) e *Venustas* (beleza, naquele momento, relacionada à proporção compositiva e formal e ao emprego das ordens clássicas). Como princípios estruturam a disciplina e são “imutáveis, permanentes e, portanto, aplicáveis a qualquer gênero ou espécie de arquitetura”.<sup>2</sup> Vitruvio reuniu e relacionou como necessários ao exercício da arquitetura a capacidade inventiva e o conhecimento técnico e científico.<sup>3</sup>

*Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas* são princípios entrelaçados, não havendo linha divisória que defina os limites de cada um, uma vez que, como ensina Vitruvio, é preciso adequar os prédios às necessidades e às diferentes

condições das pessoas que vão habitá-los.<sup>4</sup> A solidez, por exemplo, estreitamente relacionada ao desenvolvimento técnico e científico da sociedade, desempenha um papel importante na adequação funcional de um edifício, assim como a sua utilidade vai determinar a escolha da técnica construtiva mais apropriada. Mas é na definição da beleza, como um princípio arquitetônico, que as sobreposições ficam mais evidentes, uma vez que era uma consequência da correta associação entre dois conceitos: *Symmetria* (proporção) e *Decor* (caráter, contextualização), o qual seria a “correspondência entre a forma da edificação e seu contexto tipológico-programático”, incluindo aspectos hoje considerados funcionais, como a correta insolação, por exemplo.

A sobreposição/incorporação de princípios, conceitos, conhecimentos e técnicas é uma das características mais marcantes do exercício da arquitetura, uma vez que o arquiteto ao desenvolver o projeto para um edifício tem como pressuposto atender às necessidades das atividades que ali serão desenvolvidas, e, após uma interpretação, colocá-las no papel e materializá-las no espaço construído. Deve necessariamente aliar as condições técnicas e o conhecimento científico de seu tempo com sua capacidade inventiva para conceber espaços adequados, funcionais, racionais, belos e radicalmente distintos, como uma igreja, um mercado ou uma escola.

A arquitetura é, pois, um produto cultural que expressa demandas de seu tempo e do local em que está sendo produzida, concebido pelo arquiteto com base em um saber específico levando em consideração elementos que articulam teoria e prática, considerados categorias projetuais: programa de necessidades, técnica construtiva, partido arquitetônico e linguagem formal. Segundo o arquiteto e urbanista Lucio Costa:

1 RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. Teoria e Filosofia da Arquitetura. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955. Primeiro Tomo. (p. 25 e 29)

2 RIOS FILHO, A. M. Teoria e Filosofia... (p. 295)

3 Embora de fundamental importância no entendimento e no exercício da arquitetura, não será abordada a capacidade inventiva dos arquitetos, volta-se para as orientações mais abrangentes predominantes na produção de cada exemplar. O texto visa apreender as características comuns do conjunto sem pretender eliminar o valor do profissional na concepção e materialização do espaço, ou reduzir o papel ativo do arquiteto no processo ao afirmar que a arquitetura é determinada pelo contexto histórico e geográfico. Com o objetivo de encontrar a unidade no conjunto de edifícios públicos, trata-se dos princípios que nortearam – e norteiam – a disciplina, não cabendo aqui a individualização de cada obra.

4 SILVA, Elvan. A Forma e a Fórmula. Cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença. Porto Alegre: Sagra, 1991. (p. 170)

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas em seu sentido mais amplo, o “**programa**”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “**técnica**”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “**partido**”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidos, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a “**comodulação**” e a “**modenatura**”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento.<sup>5</sup> (Grifo meu)

Para a arquiteta Beatriz Santos de Oliveira:

A arquitetura não é uma área que permite a pureza do recorte de matemática trata-se de um campo de limites difusos, desfocados, que é atravessado por outros, tingindo-se deles. Fazer um projeto de arquitetura é habitar a interdisciplinaridade com todas as suas conseqüências. Lidamos com a racionalidade das ciências exatas ao mesmo tempo que com a complexidade dos indicadores sócio-culturais e com a subjetividade das questões plástico-formais.<sup>6</sup>

Ao trabalhar com ampla gama de questões, o arquiteto incorpora e processa conhecimentos de outras áreas, o que permite Vitruvio afirmar – “a arquitetura é uma ciência ornada de várias disciplinas e erudições”.<sup>7</sup> Como bem definiu Julien Guadet, caracteriza-se por reunir o tradicional e o moderno, o conhecimento acumulado da disciplina aliado às novas descobertas científicas, técnicas e construtivas.

A l'architecte moderne, il faut du goût, du sentiment artistique, de l'imagination fertile, mais aussi du savoir, de la critique, de la fécondité de ressources en face de programmes toujours plus complexes. Ce que nos pères avaient à résoudre comme difficultés et comme exigences n'est rien à côté de tous les problèmes qui s'imposent à nous; nous devons connaître et savoir de plus en plus. L'architecte aujourd'hui est on doit être un homme très

multiple: homme de science pour tout ce qui concerne la construction et ses applications; homme de science aussi par la connaissance profonde de tout le patrimoine de l'architecture; artiste dans toute la supériorité d'un art qui concentre, domine et associe les autres arts. Il n'est pas de plus noble carrière, mais il n'en est pas de plus ardue: il n'y faut rien moins que le concours des facultés les plus diverses, les préparations les sérieuses dans le domaine de la pensée, de la science, de l'art.<sup>8</sup>

Arquitetos do Renascimento como Leone Battista Alberti (1404-1471), filósofo humanista, cientista natural, matemático e teórico da arquitetura, que escreveu *De re ædificatoria* em 1472, baseavam-se naquelas premissas. Alberti inaugurou uma tradição tratadística da arquitetura contribuindo para a definição de um novo papel do arquiteto, distante do canteiro de obras e portador de conhecimentos artísticos e científicos.<sup>9</sup> Passando do artesão medieval, artífice de um ofício mecânico, para um intelectual:

Alberti acreditava que a maior qualidade do arquiteto era a de saber julgar corretamente. Mas o acerto no julgamento dependia, entre outras coisas, do exato conhecimento do profissional sobre a região em que ia construir (clima, solo, vegetação, materiais e técnicas construtivas, hábitos culturais, etc.); sobre o terreno (solo, topografia, insolação, características do edifício, paisagem); sobre os materiais e técnicas construtivas, sobre o uso do edifício e sobre a história da arquitetura.<sup>10</sup>

Houve, portanto, o reconhecimento desde Vitruvio da necessidade de um amplo conhecimento para o exercício da arquitetura.<sup>11</sup> No entanto, a inserção dos diferentes saberes não significa simplesmente uma transposição e sim uma *composição*, reunião e organização de partes, e uma interpretação das informações. Como explica Adolfo Morales de Los Rios Filho:

8 GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture*. Livre VIII. Les Éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique. Paris : Librairie de la Construction Moderne, 1909. 1ª edição: 1901. Tomo I, Prefácio. (p. 12-13)

9 SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 178-187)

10 OLIVEIRA, B. S. A Construção de um Método... 2002. (p. 23)

11 Para ele, o arquiteto deveria ser versado em letras, saber desenhar, conhecer geometria, ótica e aritmética, história, filosofia, música, medicina, jurisprudência e filosofia – SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 171)

5 COSTA, Lucio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil (p. 9-98). In ARQUITETURA RELIGIOSA. Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978. (p. 17)

6 OLIVEIRA, Beatriz Santos de. A Construção de um Método para a Arquitetura. Procedimentos e Princípios em Vitruvio, Alberti e Durand. São Paulo: 2002. (p. 5)

7 RIOS FILHO, A. M. Teoria e Filosofia... 1955. (p. 91)



Nas ciências matemáticas ou físico-naturais prepondera a ciência pura ou a utilização da ciência por meio da técnica. Cabe-lhes a solução matemática, prática e econômica dos mais diversos problemas científico-técnicos ou técnico-construtivos. Nelas se evidencia a capacidade de criar coisas úteis e produtivas. Na arquitetura se constata a fertilidade de imaginar coisas úteis e belas. Diferenciam-se, dessa forma, pela plasticidade; o sentido do plástico é secundário naquelas, mas preponderante nesta. E, apreciando o sentido da aplicação, verifica-se que aquelas podem ser simplesmente especulativas ou de aplicação prática; ao passo que a arquitetura é, como todas as belas-artes, uma arte aplicada. Qualquer ciência é análise; a arquitetura é síntese. Análise e síntese são métodos ou atos mentais opostos. Na análise (do gr. *analyen*, resolver) vai-se do composto ao simples; o fundamental é o particular. Na síntese (do gr. *synthénai*, compor), vai-se do simples ao composto; o fundamental é o conjunto.

Mas a arquitetura não prescinde de ser ciência, uma vez que ela hoje não pode existir sem estar calculada no que construtivamente lhe disser respeito. **Não terá existência real, portanto, sem que se avalie e se meça o que estruturalmente constitui o edifício; o que atua sobre ele: ar, luz, sombra, pressão do vento, trepidação, movimentos sísmicos; e o que, servindo, influi sobre os que o habitam: ventilação, transporte mecânico, instalações elétricas e de água, gás, esgotos, etc.**<sup>12</sup> (Grifo meu)

Explicitada a estruturação teórica, convém definir mais algumas expressões contidas no título deste trabalho e os recortes temporais estabelecidos. Por arquitetura oficial entendem-se os prédios projetados e construídos pelos governos estaduais e municipais destinados a atividades de caráter público. Há uma significativa diversidade em tal conjunto, que abriga edifícios escolares, de atenção à saúde, administrativos, de atividades técnicas e sedes dos poderes constituídos. Aqui serão estudados exemplares pertencentes às três últimas categorias relacionadas, pois outro critério foi determinante: o de monumento – aquele que incorpora um determinado valor, ideologia ou mensagem, transmitindo-os ao longo do tempo.<sup>13</sup>

12 RIOS FILHO, A. M. Teoria e Filosofia... 1955. (p. 49-50)

13 BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A formação do homem moderno vista através da arquitetura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (p. 24)

Assim, os edifícios estudados foram escolhidos pela sua representatividade, expressão arquitetônica, política e histórica; localizam-se em Curitiba e foram edificados entre 1853 (após a criação da Província do Paraná e a elevação de Curitiba como sua capital, ocorrida no ano seguinte) e a década de 1960 (com a conclusão dos principais edifícios do Centro Cívico da cidade). Embora o estudo tenha como limite inicial a segunda metade do século XIX, os exemplares mais significativos foram elaborados a partir da República. Até a terceira década do século XX, a produção oficial tem uma orientação formal eclética e, em seguida, o art-déco e o modernismo tornam-se mais representativos. Diante de tal constatação, o presente trabalho desenvolveu um estudo contextualizado e de conjunto da arquitetura oficial em Curitiba, identificando suas permanências e rupturas pelo estudo de programas arquitetônicos, técnicas construtivas, partidos e modenaturas adotados – categorias projetuais aqui utilizadas como analíticas.

Tal metodologia contribui para estabelecer um fio condutor na produção arquitetônica que não se rompe com a passagem dos diversos *estilos*, uma vez que os princípios e conceitos da disciplina são imutáveis e, portanto, mantidos ao longo do tempo, independente de imposições plásticas. Na historiografia, a arquitetura tradicionalmente foi dividida em períodos com semelhanças formais, espaciais, de escala, do emprego de materiais e técnicas construtivas inseridas em um contexto ou padrão cultural comum. A essa disposição peculiar que apresenta a obra de arquitetura, “produzida segundo certos princípios, numa determinada época, por um povo ou uma raça”<sup>14</sup>, é dado o nome de *estilo*. A divisão cronológica adotada acaba por simplificar o estudo da arquitetura.

Embora úteis, as demarcações que se estabelecem sobre a história, caracterizando ciclos a partir de certos aspectos, devem ser encaradas com relatividade, pois **as manifestações humanas nunca são reguladas por princípios que garantam uma homogeneidade absoluta. As características**

14 RIOS FILHO, A. M. Teoria e Filosofia... 1955. (p. 326)

**capitais de cada período não são necessariamente exclusivas do período, nem necessariamente excludentes.** O historiador e o crítico de arte podem, eventualmente, simplificar seu esquema de abordagem, ao, partindo de uma denominação histórica, tentar explicar todos os fenômenos do período estudado a partir de sua designação, enquanto que o correto seria a recíproca.<sup>15</sup> (Grifo meu)

A afirmação do arquiteto Elvan Silva é pertinente: não há exclusividade nos estilos e nem rupturas tão marcantes que possam estabelecer limites bem definidos. Como produto cultural historicamente concebido, a arquitetura traz em suas formas e seu ordenamento o pensamento, a técnica e as aspirações de um determinado momento em um determinado espaço, o que não exclui a utilização da bagagem e do repertório teórico da disciplina constituído ao longo do tempo.

A Arquitetura é uma arte complexa que abarca forma e função, símbolo e propósito social, técnica e valores. Assim seria inadequado simplesmente catalogar o surgimento e o desaparecimento de um estilo quanto reduzir a arquitetura moderna a uma peça de um jogo de interesses de classe e ideologias sociais. Seria errôneo tratar os avanços técnicos isoladamente e superestimar o papel das mudanças sociais ou a importância da imaginação individual.<sup>16</sup>

Logo, os edifícios públicos, de orientação eclética ou modernista, incorporam princípios da arquitetura (*firmitas, utilitas e venustas*), os quais têm em seu escopo o compromisso com o contexto social, histórico e geográfico, com o tradicional e o moderno, com o velho e o novo. A pesquisa não trata dos edifícios públicos ecléticos ou modernistas e sim do estudo da arquitetura oficial em Curitiba, buscando os princípios que a regeram, as especificidades e semelhanças encontradas ao longo de mais de 100 anos. O fato de trazer em seu título as palavras Ecletismo e Modernismo tem como intenção mostrar a continuidade conceitual da arquitetura oficial, que ultrapassa os limites estilísticos.

15 SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 273)

16 CURTIS, William J. R. Arquitetura moderna desde 1900. Porto Alegre: Bookman, 2008. (p. 13)

Enquanto instituição das culturas, o fazer arquitetônico reflete determinados aspectos existenciais que não foram substancialmente alterados pelo decurso da evolução histórica. Conceitos como o da racionalidade arquitetônica, da funcionalidade, e mesmo da analogia orgânica na arquitetura podem ser identificados em exemplos das arquiteturas de todas as épocas e de todas as geografias, sendo ingênuo supor-se que tais categorias teriam sido inventadas pelos vanguardistas do início do século XX. **A leitura da obra de Vitruvio demonstra que é possível traçar um arco vinculando o discurso doutrinário da arquitetura da Antiguidade até o Modernismo ortodoxo.**<sup>17</sup> (Grifo meu)

Vitruvio, portanto, explicitou princípios, conceitos e categorias que, como estrutura teórica da arquitetura, são mantidos e podem traçar o arco que vincula os diferentes edifícios públicos estudados. E estabelecer vínculos significa aqui identificar os princípios e conceitos valorizados e materializados na arquitetura oficial, de forma geral, e de Curitiba, em particular, ao longo de mais de 100 anos. Um dos conceitos mais importantes é o de caráter, já expresso como visto por Vitruvio dentro do *Decor*. O termo tomou corpo na segunda metade do século XVIII, resultante da aproximação entre arquitetura e poesia, pelo arquiteto francês Germain Boffrand (1667-1754) inspirando-se na Arte Poética de Horácio.<sup>18</sup> Para Boffrand, a arquitetura e a poesia eram irmãs, sendo a primeira uma *poesia muda* e a segunda uma *arquitetura falante*. O edifício seria dotado de um caráter próprio – resultante da sua finalidade utilitária e da personalidade do cliente – e a sua arquitetura deveria falar, explicar sua função.

Em seu *Principes tirés de l'art poétique*, Boffrand exemplificou o caráter geral e específico de cada arquitetura, ressaltando o fundamento superior da “conveniência”<sup>19</sup> mediante uma comparação entre a poesia e a teoria

17 SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 170)

18 SZAMBIEN, Werner. Simetria, gusto, caracter. Teoria y Terminologia de la Architectura em la Época Clasica. 1550-1800. Madrid: Akal, 1993. (p. 265)

19 A conveniência do projeto (ou decoro vitruviano) deveria ser o resultado da correspondência entre todos os termos da equação arquitetônica: uso, lugar e medida à maneira de uma razão proporcional matemática – OLIVEIRA, B. S. A Construção de um Método... 2002. (p. 52)

arquitetônica. Seus princípios eram: “escolher o estilo apropriado em função do destinatário, expô-lo numa linguagem apropriada e não misturá-lo com elementos de outros estilos”.<sup>20</sup> A ordem dórica, por exemplo, poderia perfeitamente expressar a solidez e a ordem coríntia, a delicadeza. E ainda:

a arquitetura deve falar aos homens como as palavras de uma língua, e para isso é preciso que ela responda à sua função de informação. Esta tem a sua gramática e o seu vocabulário próprios que seguem regras preciosas, mas ela pode também estar no seu conteúdo, no seu «caráter», de uma grande diversidade. Assim o arquitecto deve satisfazer uma nova exigência: conhecer bem as múltiplas «qualidades» e fazê-las aparecer em seus edifícios.<sup>21</sup> (Grifo meu)

O autor refere-se à dimensão simbólica da arquitetura, que deveria não só seguir os princípios vitruvianos – *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas* – como também expressá-los, deixá-los evidentes.

A arquitetura comunica, a quem observa, para que serve. Seu principal significado é, portanto, o uso. A escada que mostra, antes de mais nada, a possibilidade de subir ou descer, significa esta serventia. Mas a arquitetura também comunica muitas coisas, através de sua função segunda, simbólica. Conota idéias. Transmite, por exemplo, a idéia hegeliana, ao dar-lhe uma forma física, concreta construída. Comunica, pela ação dos arquitetos, filosofias ou ideologias. Como toda a obra de arte, retrata o seu autor (ritratto = re-trazido), e é por isso que todo o edifício tem uma personalidade, um tom, um humor, um sentido pessoal.

Mas a arquitetura retrata também um estilo que é a concretização de um temperamento, um *Zeitgeist*<sup>22</sup> de uma época, de um povo, de uma cultura. Comunica uma seleção e um julgamento que são do indivíduo, mas fala também sobre a História e sobre a sua história.<sup>23</sup> (Grifo meu)

20 THOENES, Christof. Teoria da Arquitetura: do Renascimento aos nossos dias. Londres: Taschen, 2003. (p. 290)

21 THOENES, C. Teoria da Arquitetura... 2003. (p. 290)

22 *Zeitgeist*: termo alemão que significa “fantasma do tempo” ou “espírito do tempo” que caracteriza a essência, muitas vezes intangível, de um período histórico – SÁ, Marcos de Moraes de. Ornamento e Modernismo. A construção de imagens na arquitetura. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. (p. 124)

23 STROETER, João Rodolfo. Arquitetura e Teorias. São Paulo: Nobel, 1986. (p. 93 e 95)

O texto do arquiteto João Rodolfo Stroeter contribui ao deixar evidente a importância da utilidade, do uso ou, ainda, da adequação funcional na arquitetura. Para *comunicar o seu uso*, o edifício deve necessariamente materializar e expressar tal princípio – condição que remete ao seu caráter. Se a arquitetura *comunica, conota, transmite, retrata a função, a ideologia e o espírito de seu tempo*, é possível estabelecer o *caráter* como um conceito que a estrutura e que, portanto, está presente ao longo do período estudado.

Jacques-François Blondel (1705-1774), arquiteto e professor da Academie des Beaux-Arts, definiu o caráter como a qualidade expressiva que funciona como a linguagem, inserindo-o também no princípio de conveniência, isto é, da relação entre a finalidade do edifício e o caráter que o exprime.<sup>24</sup>

Isto porque surge, nessa época, a idéia de que cada edifício deve comunicar, na sua forma externa, a função que ele abriga: trata-se da chamada *architettura parlante*. Assim, o melhor estilo para uma igreja seria o Gótico, associado à forte religiosidade medieval. Já o Clássico abrigaria com mais adequação um edifício institucional, como um palácio de justiça, inspirado no poder de organização do Estado no Império Romano, quando surgiu, inclusive, a base para todo o direito regulador da vida em sociedade.<sup>25</sup>

Ao longo da história da arquitetura, percebe-se que alguns conceitos valorizados em determinados momentos foram em seguida sucedidos por outros. O significado ou ainda a intenção de cada um também pode receber pequenas alterações, em função do contexto ou ainda do teórico que o formulou. Para o historiador Werner Szambien, o século XVI e o início do XVII foram submetidos à *ordem* e à *ordenação*; já a segunda metade do XVII viveu a era da *proporção*; a primeira metade do XVIII contemplou a ascensão da *conveniência*, enquanto o *caráter* dominou a segunda metade. A *economia* ou a *utilidade* deram o tom ao XIX.<sup>26</sup> No

24 THOENES, C. Teoria da Arquitetura... 2003. (p. 298)

25 SÁ, M. M. Ornamento e Modernismo... 2005. (p. 66-67)

26 SZAMBIEN, W. Simetria, gosto, caracter... 1993. (p. 21)



entanto, assim como nos estilos, não há exclusividade de conceitos, não há ruptura que defina, por exemplo, a saída da conveniência para a entrada do caráter. E embora, alguns deles estivessem em evidência em determinado período, não significou que os demais tenham sido abandonados ou ainda que não estivessem inseridos naquele. O caráter, por exemplo, permaneceu importante no ecletismo do século XIX e nas diversas correntes formais do XX.

No seu livro *Form, Function and Design*, em pleno apogeu do Movimento Moderno, Paul Jacques Grillo<sup>27</sup> refere-se ao caráter como sendo “uma rara qualidade”, quando diz respeito ao Homem ou a um edifício. Qualidade que, ao longo da História da Arquitectura, se manifestou quando um edifício, devido à sua forte “personalidade”, se afirmou e evidenciou em determinado contexto construído. Para ele, **o caráter resulta da perfeita materialização arquitectónica dum programa funcional dum tipo de edifício específico**, a que chama “Group-character”, e diz respeito a edifícios públicos (escola, hospital, igreja, por exemplo), estruturantes do Lugar urbano. (...)

A disciplina de Arquitectura, ao ser questionada pelas novas tecnologias postas à disposição da criação arquitectónica no Séc. XIX, procurou uma nova especificidade ao desenvolver a doutrina da composição arquitectónica, aparecendo a **Teoria do caráter como um instrumento de interpretação, preferencialmente direccionada para a arquitectura pública, onde se põe em evidência a especificidade de cada género arquitectónico num contexto cultural determinado**.<sup>28</sup> (Grifo meu)

O caráter insere-se na dimensão simbólica da arquitetura e materializa-se revelando a íntima relação entre a edificação, os princípios e os conceitos que estruturaram sua concepção. O desenvolvimento da teoria do caráter dentro do ecletismo, no século XIX, foi denominado *historicismo tipológico* “voltado, predominantemente, a escolhas apriorísticas de cunho analógico que deviam orientar o estilo em relação à finalidade a que se destinava cada

um dos edifícios”.<sup>29</sup> O estilo passou a ser uma questão de escolha e assim a arquitetura “dos edifícios governamentais por todo o mundo ocidental”, entre segunda metade do século XVIII e o início do XX, esteve associada à linguagem neoclássica. A Antiguidade, o culto da beleza ideal e o período imperial da Grécia e de Roma tornaram-se instrumentos de referência e de manifestação da Revolução Francesa, da era napoleônica, da república americana. Ideologicamente, estabelece-se e vincula-se a legitimação do poder com os valores do passado expressos na arquitetura, como ordem e racionalidade, o que para o arquiteto Elvan Silva indica uma “gritante contradição”.<sup>30</sup> Mas o que parece ser importante na escolha desse repertório formal é a identificação com tais conceitos e virtudes. Se, como afirmou Stroeter, *a arquitetura comunica, a quem observa, para que serve*, a associação com a tradição clássica transmite de forma direta e legível a mensagem de ordem e racionalidade.

O contexto em que a associação foi feita pode colaborar no seu entendimento. O século XIX caracterizou-se pela “consolidação da Revolução Industrial e de suas consequências: renovação e diversidade ideológica, questionamento dos valores convencionais, impulso científico e tecnológico, surgimento de novos problemas e dos modos de resolvê-los”.<sup>31</sup> Descobertas científicas resultaram em novas técnicas, as quais permitiram o aperfeiçoamento e o aumento da produção industrial, que estruturou um mercado econômico global.<sup>32</sup> Foram igualmente importantes no período a industrialização de materiais construtivos e a

29 PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa (p. 9-27). In FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987. (p. 14)

30 SILVA, E. *A Forma e a Fórmula...* 1991. (p. 294-296)

31 SILVA, E. *A Forma e a Fórmula...* 1991. (p. 297)

32 SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 4ª edição. (p. 8-11)

27 GRILLO, Paul Jacques. *Form, Function and Design*. New York: Dover Publications, Inc., 1960. (p.20)

28 PIRES, Amílcar de Gil e. Caráter da Arquitectura e do Lugar. Apud Revista ARTITEXTOS n° 06. Lisboa, julho de 2008 (p. 107-120). Disponível no endereço eletrônico: [http://home.fa.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART\\_Amilcar-Pires.pdf](http://home.fa.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART_Amilcar-Pires.pdf). Acesso em 13 de abril de 2010. (p. 108)

introdução de uma nova forma de construir, mais rápida e econômica e com materiais pré-fabricados, e de uma nova estética, cujo predomínio é o da funcionalidade técnica.

A vida na cidade passou a solicitar espaços mais especializados (tais como: mercados, escolas, museus, bolsas de valores, bibliotecas, hotéis, hospitais, estações ferroviárias etc.), os quais tinham um programa de necessidades específico, até então pouco conhecido ou inexistente. Surgiram novos materiais, como o ferro, o cimento e o vidro, que ampliaram as possibilidades construtivas e tornaram-se expressão de uma “ideologia progressista no próprio arrojo de suas linhas”.<sup>33</sup> Esta nova linguagem formal, comprometida e associada com a modernidade, ficou conhecida como arquitetura dos engenheiros e teve como um dos grandes exemplos a Torre Eiffel em Paris, de 1889, construção que mostrou o alcance da técnica construtiva.

Paralelamente à vertente da engenharia, a *Academie de Beaux-Arts* francesa estruturou o ensino de arquitetura de forma tradicionalista, valorizando seu aspecto artístico. Assim como a escultura e a pintura, por exemplo, aspectos como simetria, composição e proporção eram enfatizados. Desde o século XVIII, a *Beaux-Arts* encontrou na inspiração/imitação dos estilos do passado (historicismo) sua linguagem formal, surgindo assim o Neoclassicismo e o Ecletismo.<sup>34</sup> O primeiro teve como referência a arquitetura da antiguidade e estruturou-se no sistemático estudo dos

edifícios romanos e gregos<sup>35</sup> e em importantes descobertas arqueológicas<sup>36</sup>. O racionalismo iluminista foi associado a um “fundamentalismo arquitetônico de tendência arqueológica”, voltado para a arte clássica e não renascentista.<sup>37</sup> Rocha-Peixoto qualificou a arquitetura neoclássica como “a expressão de ordem, disciplina, contenção, equilíbrio, razão, nobreza”. Já o Ecletismo, apesar de manifestar-se desde o século XVIII na Europa, encontrou seu apogeu no XIX, estendendo-se até a Primeira Guerra Mundial, no contexto das grandes transformações a partir da Revolução Industrial, do aumento da população urbana e da consolidação da burguesia. A arquitetura eclética associou num mesmo edifício elementos de diferentes estilos, comprometendo-se com outros valores: “dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção, exuberância”, assim como com a modernidade e o conforto.<sup>38</sup>

O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto. Foi a clientela burguesa que exigiu (e obteve) os grandes progressos nas instalações técnicas, nos serviços sanitários da casa, na sua distribuição interna, que solicitou uma evolução rápida das tipologias nos grandes hotéis, nos balneários, nas grandes lojas, nos escritórios, nas bolsas, nos teatros e nos bancos, que soube encontrar o tom exato de autocelebração nas estruturas imponentes dos pavilhões das Exposições Universais (de Londres – 1851 – e de Paris – 1867-78-79) – obtendo a aglutinação de todas as expressões formais em torno do mito do progresso: o *Crystal Palace*, a *Tour Eiffel*, *Les Galeries des Machines*, o *Baile Excelsior*, os romances de Julio Verne, etc.<sup>39</sup>

33 ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 2ª reimpressão. (p. 84-91)

34 ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. O Ecletismo e seus Contrêrrâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro (p. 5-24). In CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (p. 7)

35 Surgiram nesse momento os primeiros estudos fidedignos das antiguidades gregas, realizados por James Stuart e Nicholas Revett, pesquisadores ingleses que foram para Atenas e lá permaneceram entre 1751 e 1754 realizando pesquisas e registros a respeito da arquitetura dos templos gregos.

36 Herculano em 1711, Villa Adriana de Tivoli em 1734 e Pompéia em 1748.

37 SILVA, E. A Forma e a Fórmula... 1991. (p. 299)

38 ROCHA-PEIXOTO, G. O Ecletismo e seus Contrêrrâneos... 2000. (p. 7)

39 PATETTA, L. Considerações sobre... 1987. (p. 13-14)

As correntes desenvolvidas na arquitetura no século XIX têm em comum a valorização da técnica e da ciência como fundamentos de uma arquitetura racional, estruturados na *utilidade, ordem, simplicidade, caráter e modernidade*.<sup>40</sup>

L'architecture d'une époque est déterminée – et caractérisée – par l'état social de cette époque. Des changements se font dans les goûts, dans les besoins et les exigences; que, par comparaison, l'observateur satisfait appelle cela progrès ou que l'observateur morose l'appelle mollesse ou décadence, il n'importe. Nous subissons une loi inévitable, et rien ne servirait d s'insurger contre elle. Au contraire, nos efforts propres tendent à accélérer ce mouvement, et chacun pour notre part, ne fût-ce qu'à propos d'un détail minime, nous en sommes les artisans, volontaires ou non. Et après tout, c'est là ce qui donne sa physionomie à chaque époque d'art.<sup>41</sup>

A *lei inevitável* é a da *utilidade*, ditada pela necessidade de cada momento. As diferentes possibilidades plásticas da linguagem eclética não impediram a incorporação de conceitos como ciência, tecnologia<sup>42</sup>, adequação técnica e funcional aos novos programas<sup>43</sup>, racionalidade construtiva e, sobretudo, da *modernidade* de seu tempo. As inúmeras inovações, descobertas e mudanças impregnaram aquele momento e foram incorporadas à forma arquitetônica e ao caráter das edificações.

Especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, idéias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nesta linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas principalmente a caracterizar

40 COLQUHOUN, Alan. Modernidade e tradição clássica. Ensaios sobre arquitetura. São Paulo: Cosac&Naify, 2004. (p. 74)

41 GUADET, J. Éléments et théorie... 1901. Additions. (p. 284)

42 As construções arquitetônicas, por princípio, atendem a um programa de necessidades, o qual, no limite, define a sua especificidade. Cabe ressaltar a importância que tal programa assume no momento em que as demandas passam também a incorporar os conhecimentos científicos e técnicos produzidos. É o que Argan classificou de tipologia marcada pelas funções práticas (de hospitais, escolas, hotéis etc.), instituída na segunda metade do século XIX. ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2001. 1ª edição, 2ª reimpressão. (p. 67)

43 Um exemplo dessa especialização é a do edifício hospitalar, cujo programa construtivo, a partir de meados do século XIX, tornou-se mais complexo com as contribuições do higienismo e da microbiologia.

o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade.

É exatamente associadas a estas idéias que as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo.<sup>44</sup>

A mudança e o novo, portanto, foram a ideologia desse contexto imbuído de *objetividade técnica e progresso científico*. A palavra modernização – advinda das descobertas científicas colocadas em prática por meio da técnica é uma ação material que atinge estruturas e processos políticos, econômicos e sociais – passou a ser muito utilizada e com ela outros termos se tornaram frequentes: *Civilização, Progresso, Ciência e Razão*. Todo o pensamento, a ação e o discurso que incorporavam o espírito racional, moderno, científico, progressista e civilizado eram imediatamente identificados com os novos tempos, adquirindo, por consequência, um valor positivo, incontestável e de verdade.

Na arquitetura e nos arquitetos do século XIX havia simultaneamente um compromisso com a inovação e a tradição, refletido na incorporação das novas tecnologias e materiais construtivos, no atendimento aos novos programas, na valorização e aplicação do conhecimento científico nas edificações, na sedimentada visão racionalista de Willis e Viollet-le-Duc e no tradicional método compositivo da *Académie de Beaux-Arts* francesa.<sup>45</sup> Tais questões estavam expressas na forma e no caráter da obra arquitetônica, relacionando-se estreitamente com sua finalidade. Um hospital, por exemplo, apresentava naquele momento um programa aprimorado pelos novos conhecimentos científicos e higienistas que deveriam estar inseridos no partido, na técnica construtiva e na modenatura

44 HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil (p. 9-42). In HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (p. 14)

45 BANHAM, Reyner. Teoria e projeto na Primeira Era da Máquina. São Paulo: Perspectiva, 2006. 2ª reimpressão, 3ª edição. (p. 24)

de seu edifício. Conceitos como ordem, hierarquia e racionalismo também deveriam ser *comunicados* pelo espaço e compor o seu caráter; assim como a forma arquitetônica seria uma consequência lógica da sua funcionalidade, da técnica empregada e, em última instância, do contexto histórico e geográfico em que foi concebido.

E não seriam essas as diretrizes do movimento modernista, que emergiu na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX? Buscando uma *nova* expressão perante o *novo* contexto, fruto de modificações no modo de vida da sociedade em decorrência do desenvolvimento científico, das inovações técnicas e da industrialização,

A “arquitetura moderna”, se dizia, deveria ser baseada diretamente em novos meios de construção e ser disciplinada pelas exigências da função; suas formas deveriam estar expurgadas da parafernália de reminiscências históricas, seus significados sintonizados com mitos e experiências especificamente modernos; suas questões morais deveriam sugerir uma visão do aperfeiçoamento humano, e seus elementos deveriam ser capazes de aplicações gerais a situações sem precedentes, que surgiam do impacto da máquina sobre a vida e a cultura humana. A arquitetura moderna, em outras palavras, deveria proferir um novo conjunto de formas simbólicas, que refletisse mais diretamente a realidade contemporânea do que a “colcha de retalhos de estilos históricos” havia feito.<sup>46</sup>

Contra-pondo-se ao ecletismo, o modernismo buscou uma expressão própria, que materializasse e simbolizasse o *novo*, o *moderno*, a *objetividade técnica* e o *progresso científico*.

A arquitetura moderna emergiu em um contexto de grandes transformações sociais e tecnológicas: ela registrou a mudança gradual da existência rural à urbana no mundo em industrialização. Ela tem servido a uma diversidade de interesses e funções, da habitação em série à glorificação de instituições capitalistas, de casa de campo afastadas a espaços com significado sagrado. Tem sido usada tanto para romper com o passado próximo quanto para reforçar velhas continuidades; para lidar com os problemas da cidade grande e para servir aos fins de um misticismo contemplativo. Sob tais circunstâncias, seria pouco sensato insistir em uma fórmula simplista que governasse a conexão

entre a “ideologia” e as formas. A arquitetura tem suas raízes nos processos e paradoxos da sociedade, mas também os traz para sua própria terminologia: ela trabalha conforme regras paralelas, mas diversas. O desafio é encontrar o equilíbrio adequado entre a lógica interna da disciplina e a influência das forças culturais, entre a ordem única da invenção e aquela que é a norma ou é típica.<sup>47</sup>

Willian Curtis ao desenvolver um estudo sobre a arquitetura moderna alerta sobre a importância da “lógica interna” ou dos fundamentos teóricos na abordagem analítica da disciplina. Como produto cultural, a arquitetura expressa demandas de seu tempo e do local em que está sendo produzida e é realizada com base em saber específico levando em consideração elementos que articulam teoria e prática. Como afirmou Elvan Silva, “conceitos como o da racionalidade arquitetônica, da funcionalidade, e mesmo da analogia orgânica na arquitetura podem ser identificados em exemplos das arquiteturas de todas as épocas e de todas as geografias”.<sup>48</sup>

Se o *produto arquitetônico* está marcado/influenciado historicamente e geograficamente, as inovações tecnológicas e dos materiais de construção, por princípio, devem – e foram – sempre incorporadas. Afinal, segundo Vitruvius, a arquitetura busca a *solidez* e a durabilidade, utilizando a *técnica*, sempre aprimorada pelo *conhecimento científico*, como condicionante do projeto. Na mesma orientação está a adequação do edifício à finalidade que vai abrigar, sua *utilidade*, outro princípio da disciplina. Se os espaços e, conseqüentemente, as demandas se diversificaram, os arquitetos devem necessariamente atender às novas expectativas, concebendo novos programas ou atualizando os existentes. Solidez, utilidade e beleza são princípios que se sobrepõem e devem ser buscados pelo arquiteto no desempenho de sua atividade.

46 CURTIS, W. J. R. *Arquitetura moderna...* 2008. (p. 11-12)

47 CURTIS, W. J. R. *Arquitetura moderna...* 2008. (p. 13)

48 SILVA, E. *A Forma e a Fórmula...* 1991. (p. 170)



O modernismo, saudado como expressão da era industrial, da civilização guiada pela máquina e das revoluções sociais, mantém com o contexto em que foi concebido a mesma relação verificada no ecletismo ou nas outras *manifestações estilísticas*. Isso, porque a classificação formal na arquitetura não rompe o fio condutor da disciplina, mantido por princípios e conceitos.

Ao conceito de *caráter*, fundamental, como visto, nos séculos XIX e XX, incorpora-se o de *tipo*, uma vez que aquele deve ser expresso na forma arquitetônica:

O objectivo da composição passava pela expressão de um uso inerente a uma determinada tipologia arquitectónica, onde os edifícios, pela sua disposição, pela sua estrutura e pela forma como são decorados, devem indicar, objectivamente, o seu uso e destino. Ao não o fazerem contrariam a expressão que se pretende que seja verdadeira e objectiva.<sup>49</sup>

Para Giulio Carlo Argan:

O nascimento de um **tipo** é (...) condicionado ao fato de existir **uma série de edifícios que tem entre si uma evidente analogia formal e funcional**: em outros termos, quando um tipo se fixa na prática ou na teoria arquitetônicas ele já existe, numa determinada condição histórica da cultura como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas.

No processo de comparação e superposição das formas individuais para a determinação do tipo são eliminados os caracteres específicos dos edifícios isolados e são conservados todos e apenas os elementos que compõem em todas as unidades da série. O tipo se configura assim como um esquema deduzido através de um processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum.<sup>50</sup> (Grifo meu)

Argan ainda afirma que as séries tipológicas, na história da arquitetura, formaram-se principalmente em relação à configuração dos edifícios (ou seja, o aspecto geral do conjunto ou ainda o arranjo estrutural das partes em um todo). O tipo é apenas referência a um esquema, um “objeto segundo o qual qualquer pessoa pode conceber obras que não se

assemelharão em nada entre si”.<sup>51</sup> Embora este conceito estivesse presente na História da Arquitetura desde Vitruvius, foi Quatremère de Quincy quem o sistematizou e aprofundou, constituindo-se em um dos fundamentos de sua teoria da arquitetura. Na tentativa de estruturar, disciplinar, reconduzir a arquitetura às suas regras e princípios e combater uma tendência historicista de cópias literais de modelos existentes, Quatremère relacionou o conceito de tipo com o de caráter.<sup>52</sup>

O tipo é um elemento importante da dimensão conceitual da doutrina da Arquitetura. Abarca a essência da arte em particular, mas também resulta no que poderia ser um desdobramento prático da teoria ao guiar a concepção do artista e o julgamento do público. Para Quatremère, a relação entre arquitetura antiga e moderna não era outra coisa senão a modificação do tipo, uma transformação conceitual requerida cada vez que um edifício é projetado. **O tipo arquitetônico é o princípio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o “caráter distintivo” aos edifícios.**

Quatremère estabelece uma relação entre as etimologias dos termos tipo e caráter. “Tipo” deriva do termo grego *typos*, no sentido de gravar ou imprimir. Caráter, do grego *charakter*, traz o significado de marca e de traço distintivo. Na voz original, publicada na *Encyclopédie Methodique* (1825), é apresentada uma breve discussão sobre a relação entre os dois conceitos: um verdadeiro tipo possui caráter próprio, e este permanece impresso em sua forma.<sup>53</sup> (Grifo meu)

Nas palavras de Quatremère de Quincy:

Cada um dos principais edifícios deve encontrar em sua destinação fundamental, nos usos que lhe concernem, um tipo que lhe é próprio. A arquitetura deve tender a se conformar, da melhor forma possível, a este tipo se quer imprimir, a cada edifício, uma fisionomia particular. É da confusão entre estes tipos que nasce a desordem tão comum que consiste em empregar

51 ARGAN, G. C. Sobre o conceito... (p.66)

52 STRÖHER, Ronaldo de Azambuja. Quatremère de Quincy e Jean-Nicolas-Louis Durand. Algumas considerações sobre a interpretação do conceito de tipo em arquitetura (p. 9-24). In STRÖHER, Eneida Ripoll (org.). O Tipo na Arquitetura: da teoria ao projeto. São Leopoldo: Unisinos, 2001. (p. 13)

53 PEREIRA, Renata Baesso. Quatremère de Quincy e a ideia de tipo (p. 55-77). In Revista de História da Arte e Arqueologia. N° 13. Campinas: Unicamp, jan.-jul., 2010. (p. 56). Disponível no endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista13.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2008. (p. 68)

49 PIRES, A. G. Carácter da Architectura... 2010. (p. 108)

50 ARGAN, G. C. Sobre o conceito... (p.66)

indistintamente as mesmas ordenações, disposições e formas exteriores em monumentos destinados aos usos mais diversos.<sup>54</sup>

Na arquitetura, o tipo foi se conformando pela repetição de esquemas, formatos e soluções que ao longo dos anos se mostraram eficientes e adequados considerando os princípios vitruvianos. A função do edifício foi um dos fatores que mais determinou tipologias, principalmente pelos programas e demandas comuns.

Qual seria (ou ainda é) a tipologia da arquitetura oficial e que caráter ela deveria (ou deve) expressar? Em primeiro lugar, entende-se, como Argan, que um tipo vai se constituindo pela repetição de formas e funções, e assimila-se a reflexão de Quatremère sobre a estreita relação entre a finalidade de um edifício e sua tipologia e entre esta e o caráter que o distingue dos demais. Há, portanto, interação entre função, tipologia e caráter. Dentro do universo escolhido para estudo encontramos edifícios públicos destinados a diferentes atividades – sedes administrativas, técnicas e dos poderes constituídos. Se cada atividade gera uma tipologia/caráter diferente, ter-se-ia em cada grupo formas distintas. Ao mesmo tempo, há em comum o fato de os edifícios materializarem e representarem a ação governamental e o próprio governo e simbolizarem a presença e a organização do poder público.

É necessário (...) reconhecer na arquitetura um papel simbólico. Os edifícios “significam” coisas, desde as corriqueiras e óbvias até as mais ricas e complexas. A arquitetura [é] feita de elementos físicos que tanto transmitem significados como podem ser enriquecidos por eles.<sup>55</sup>

O entendimento das dimensões material e simbólica da arquitetura colabora na compreensão dos conceitos, valores sociais, culturais e políticos inseridos na arquitetura oficial. Condicionantes materiais

que revelam signos de erudição, civilidade e adequação aos padrões e às aspirações sociais vigentes, associados a noções de desenvolvimento, progresso, modernização e civilização. Os edifícios públicos expressam a modernidade, a monumentalidade, a universalidade e, paradoxalmente, a perenidade – todas qualidades condizentes com o poder que representam. Por corresponderem a uma ação de governo devem conter em seu caráter conceitos de ordem, estabilidade, hierarquia, unidade, austeridade e da ideologia que o sustentam, mesmo quando destinados a atividades diferentes. Qual a tipologia que vai representar e apresentar tal caráter? Se o tipo é o resultado de *série de edifícios que tem entre si uma evidente analogia formal e funcional*, uma simplificada retrospectiva histórica da arquitetura oficial pode contribuir na resposta da questão.

Durante o século XIX e início do XX, os edifícios mais significativos da história ocidental, assim como os novos programas de arquitetura e os avanços da tecnologia construtiva foram propagados pelos tratados de arquitetura e manuais técnicos. Os principais exemplares<sup>56</sup> indicam as comunas medievais como a origem dos edifícios públicos:

Les hôtels de ville ont pour origine l'établissement des communes. Ils rappellent l'un des grands faits du moyen âge: les longues luttes de la bourgeoisie contre ses oppresseurs, et les premières institutions de libertés publiques depuis la chute de l'empire romain. Aussi les communes attachaient-elles grande importance à ces édifices, dans lesquels elles trouvaient des centres d'action et des symboles de puissance. Aucun autre, dans l'ordre civil, ne recevait autant de développement, et n'était plus solidement établi ou plus richement décoré. L'hôtel de ville s'élevait habituellement sur la place centrale de la cité. Son rez-de-chaussée se composait presque toujours de portiques plus ou moins ouverts, servant de halles et de marchés publics; au-dessus, étaient les bureaux, les archives de la commune, et une grande salle dans laquelle

54 QUATREMÈRE DE QUINCY. "Type". Encyclopédie Méthodique: Architecture. Op. cit., Tomo III, p. 545. Apud PEREIRA, R. B. Quatremère de Quincy... 2010. (p. 68)

55 STROETER, J. R. Arquitetura e Teorias... 1986. (p. 70)

56 GUADET, J. Éléments et théorie... 1901. Tomo II, Livre VI. Paris: Librairie de la Construction Moderne, 1901; REYNAUD, Léonce. Traité d'Architecture. Deuxième partie – Composition des édifices. Études sur l'esthétique, l'histoire et les conditions actuelles des édifices. Paris: Dunod Éditeur, 1863. 2ª edição; CLOQUET, Louis. Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices – Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture. Paris: Beranger, 197. 2ª Edição. Tomo Quatrième, entre outros.

se réunissaient les assemblées, se faisaient les élections, et se donnaient les fêtes; au milieu de la façade s'élevait la tour de beffroi. La grande salle et la tour étaient les parties les plus caractéristiques et les plus importantes de l'édifice. Largement ouverte sur la façade principale, dont elle occupait quelques fois toute la longueur, cette salle était de belles proportions, d'un caractère imposant, et était ornée avec tout le luxe que comportaient les ressources de la ville. La tour était traitée avec plus de sollicitude encore, et volontiers est-on renoncé à tout le reste pour la conserver; car les réunions pouvaient se tenir en plein air, dans les églises ou sous les halles, tandis que le beffroi était nécessaire pour donner le signal qui annonçait l'ouverture des assemblées populaires, ou appelait les bourgeois à prendre les armes et à marcher à l'ennemi. Aussi aucun sacrifice ne paraissait-il trop lourd pour l'élever à une grande hauteur, et lui donner beaucoup de magnificence. Il fallait qu'elle dominât celles des églises, voire même celle de la cathédrale, et qu'elle proclamât au loin les libertés et la puissance de la ville. Elle était un légitime objet d'orgueil.<sup>57</sup>

Na descrição fica evidente a sobreposição das dimensões material e simbólica que os *hôtels de ville* incorporam: representam a *liberdade pública*, são *centros de ação* e *símbolos do poder* e devem ser *construídos com solidez e ricamente ornamentados*. Por princípio, abrigam múltiplas atividades públicas, como mercado, escritórios, arquivo, salas para assembleias, eleições e festas e, por tal condição, ocupam um lugar central, preferencialmente na praça principal da cidade (de fácil acesso e visibilidade). As diferentes funções exercidas no edifício impõem a organização do fluxo e a ordenação e hierarquização de ambientes, guiadas pelo tipo e pela importância de cada atividade. O mercado, por exemplo, que atrai uma grande circulação de pessoas, localiza-se no térreo, facilitando o acesso e evitando a circulação desnecessária do público no interior do edifício. No pavimento superior, encontram-se as atividades mais nobres, relacionadas com a administração comunal, as quais possuem entre si uma hierarquia. A *grande sala*, local de assembleias, eleições e festas, é o *ambiente mais característico e importante* e como tal estende-se por toda a fachada principal, possui *belas proporções* e apresenta

*imponência e ornamentação* compatível com os *recursos da cidade*. Novamente, o programa incorpora simultaneamente demandas materiais e representativas. Entendendo que a sala da assembleia deveria abrigar, nos eventos importantes, um número significativo de pessoas, é natural que tenha dimensões generosas, no entanto o porte, a ornamentação e a localização deste ambiente vão determinar a sua valorização em relação aos demais. Louis Cloquet indica outros elementos que, ao atender a uma atividade, colaboram para ressaltar sua importância simbólica.

L'hôtel-de-ville était le plus souvent précédé d'un perron monumental bien propre à exprimer la puissance de la magistrature qui y était installé et à donner du prestige aux édiles, quand ils apparaissaient en présence du peuple rassemblé. Le garde-corps du perron était souvent flanqué de lions, emblèmes de la force au service de la Justice.

L'étage de l'édifice communal était une grande salle de réunion pour les magistrats de la ville, accompagnée de salles d'archives et de bureaux ainsi que d'une chapelle. Largement ouverte sur la façade principale, dont elle occupait quelquefois toute la longueur, la grande salle était d'un caractère imposant, souvent couverte d'un vaste berceau en bois.<sup>58</sup>

Assim como a sala da assembleia, a torre é outro elemento significativo desses edifícios. Inicialmente destinada à vigilância, alertando a população da aproximação de inimigos, transformou-se pela imponência de sua altura e consequente domínio de técnica construtiva elaborada em símbolo de poder – comunal, religioso ou político. Segundo Cloquet, deveria ser *monumental e orgulhosa*<sup>59</sup> sendo frequentemente acompanhada de um sino, que definiria a cadência da vida da cidade.

Au milieu de l'édifice s'élevait le beffroi; c'était une tour monumentale et fière, symbole des libertés communales, des franchises octroyées par le souverain. Il contenait l'arsenal de milices bourgeoises, la geôle de la Commune; il renfermait aussi les archives municipales, et abritait les cloches de la ville, ces cloches qui retentissaient dans tous les coeurs, lorsqu'elles sonnaient les alarmes de la patrie. C'était la *bantoque*, qui annonçait les

58 Chapite Sixième. Locaux administratifs. CLOQUET, L. Traité d'architecture... 197. (p. 342-344 e 347)

59 CLOQUET, L. Traité d'architecture... 197. (p. 347)

57 REYNAUD, L. Traité d'Architecture. 1863. (p. 410-411)

réunions publiques, signalait l'ouverture et la fermeture des portes, appelait les citoyens aux armes, jetait l'alarme en cas d'incendie et sonnait le couvre-feu. Il y avait souvent une cloche spéciale pour marquer les heures de travail.<sup>60</sup>

Com tais condicionantes e orientações foram construídos *hôtels de ville* em toda a Europa medieval. Em Portugal, eram chamados de casas municipais e a partir do século XV de Paços de Conselhos, abrigando cadeia, sala de reuniões, corpo da guarda, capela, torres, sineira, pórticos e escadarias e mantendo a implantação na praça nobre da Vila. As casas de Câmara e Cadeia construídas no Brasil desde o século XVII e destinadas a atividades administrativas e judiciais beberam desta fonte. Desde os primeiros tempos coloniais, a primeira medida para a criação de vilas era a instalação dos edifícios mais importantes da urbe, a Casa de Câmara e Cadeia, o pelourinho e a igreja, sempre na praça principal, que ficava desde então “alinhada e cordeada”, expressando as relações simbólicas de poder que se estabeleciam na sociedade colonial.<sup>61</sup>

No século XX, os *hôtels de ville* apresentam, segundo Guadet, um programa simplificado formado basicamente por escritórios, salas de comissões, arquivos, bibliotecas etc. “toute salle assez vaste, bien éclairée et d'accès facile, conviendrait pour ce programme qui n'a rien de special”.<sup>62</sup>

No entanto, o professor de composição da *Académie de Beaux-Arts* francesa afirma que os *hôtels de ville*, juntamente com as igrejas, são os mais marcantes da arquitetura de uma cidade, constituindo-se em *monumentos de tradição e de simbolismo histórico*, não sendo suficiente que “le bureau soit commode et bien placé, que chaque dépendence soit utile, les services faciles

60 CLOQUET, L. *Traité d'architecture*... 1977. (p. 342-344 e 347)

61 BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. (p. 101-253). In ARQUITETURA OFICIAL I. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978. (p. 109)

62 GUADET, J. *Éléments et théorie*... 1901. Tome II, Livre VIII. (p. 424)

et clairs, le confortable suffisant”, uma vez que agregam valor histórico, social e cultural.<sup>63</sup>

Il n'y a guère que l'hôtel de ville qui évoque l'idée de l'architecture purement municipale. Ce n'est pas que les villes ne possèdent bien d'autres édifices, ils sont au contraire en très grand nombre. Mais ce sont des écoles, des hôpitaux, des gymnases, des bains publics, des marchés, quelquefois même des théâtres. Tout cela doit être classé dans sa famille propre, et n'a pas de caractère particulier, du fait que c'est une ville qui en est propriétaire. (...) Si je vous ai parlé des hôtels de ville en particulier, c'est que dans leurs façades surtout il y a vraiment des éléments qui ne se trouvent guère que là, et dont la beauté a permis le caractère magnifique et si original des beaux monuments municipaux.<sup>64</sup>

Dentro da categoria de edifícios públicos<sup>65</sup>, Guadet considera que os *hôtels de ville* são os que evocam a ideia de uma *architecture purement municipale*, explicando que tal especificidade está relacionada aos elementos ornamentais das fachadas, os quais incorporam beleza e magnificência ao seu caráter. Para produzir tal efeito, são mantidos elementos e referências que perderam a função original, mas permanecem com seu significado, tornando-se identificadores da tipologia e do caráter da arquitetura pública.

Sans doute aujourd'hui la tour du veilleur n'a plus à interroger l'horizon pour signaler les hostilités féodales; le beffroi ne fait plus entendre son tocsin pour annoncer des incendies, ou son tocsin pour annoncer des incendies, ou son bourdon pour appeler à la délibération les notables bourgeois: le téléphone s'en acquitte mieux et plus vite; sans doute *le populaire* ne se porte plus en foule à la *maison commune* pour concerter tumultueusement des mesures de salut public; l'horloge même de la mairie qui seule autrefois avec celle du clocher donnait l'heure aux habitants pourrait s'arrêter sans que la vie de la cité en fût troublée. Mais depuis le municipe romain ou les premières communes des pays latins, depuis surtout les communes ou les villes libres du moyen âge féodal, la Mairie – qu'elle s'appelât hôtel de ville, maison commune, parloir des bourgeois – a manifesté l'espérance de populations qui voulaient s'affranchir,

63 GUADET, J. *Éléments et théorie*... 1901. Tome II, Livre VIII. (p. 424)

64 GUADET, J. *Éléments et théorie*... 1901. Tome II, Livre VIII. (p. 432)

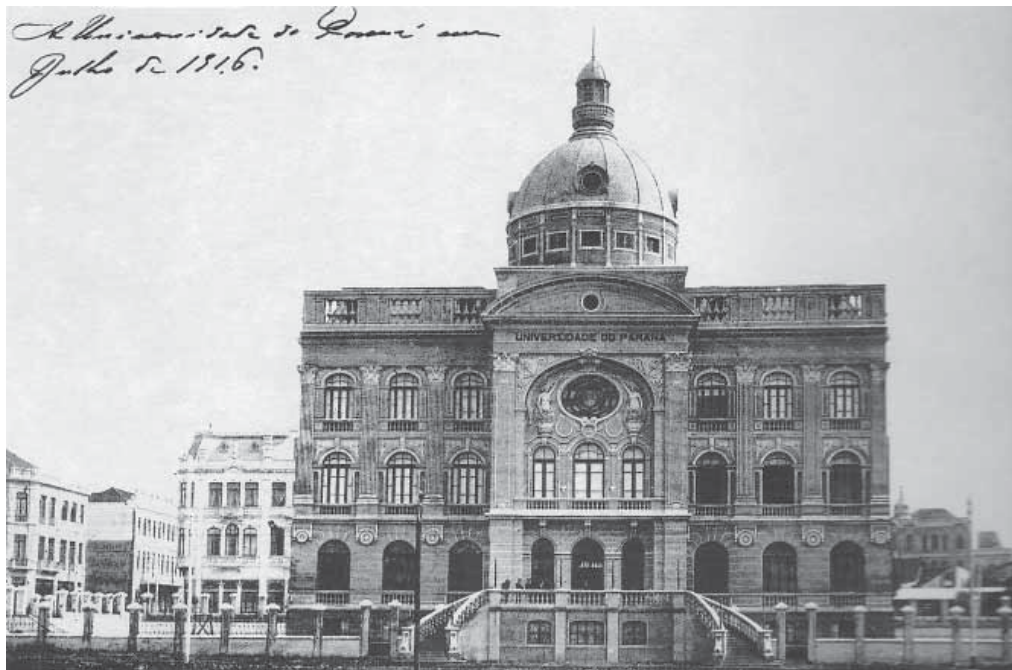
65 Embora o texto trate de arquitetura municipal, entende-se que pode ser estendido à produção pública de edifícios em qualquer esfera de governo.





← Foto 01  
Ginásio Paranaense, de 1904  
Projeto de Afonso Teixeira de Freitas

Os três edifícios apresentam composição tradicional originária das comunas medievais e largamente difundida no ensino da *Academie de Beaux-Arts* francesa: um volume único, bem plantado no solo, com uma torre centralizada acoplada à parte frontal, resultando na clássica tripartição da fachada. A conhecida tipologia foi empregada para uma escola pública de ensino secundário, a sede da Prefeitura e da Câmara Municipal e uma universidade de iniciativa privada – exemplares com funções distintas, mas que têm em comum a imponência inerente à importância social da educação e do poder público.



↑ Foto 02  
Paço Municipal, de 1916  
Projeto de Candido Ferreira de Abreu

← Foto 03  
Universidade do Paraná, de 1914  
Projeto de Guilhermino Baeta de Faria

la protestation contre le droit du plus fort, la lutte de la vie civile contre la tyrannie seigneuriale, du progrès contre l'immobilité de l'ignorance grossière. Et, ne fût-ce qu'à l'état de souvenir et de reconnaissance instinctive, cela se symbolize dans des éléments d'architecture conservés par le respect et la tradition, horloge, beffroi, loggia, etc.

Je ne crois pas qu'on puisse étudier utilement un projet de meme très modeste, si d'abord on ne se pénètre pas de ces idées, ou plutôt de ces impressions.<sup>66</sup>

Elementos como a torre, a galeria e o relógio incorporam, para Guadet, os valores de respeito e tradição e simbolizam a organização social mais justa, a civilização e o progresso, que se destacam no cenário urbano. *Ideias* ou *impressões* que devem estar presentes no caráter de todos os edifícios públicos, dos mais simples até os mais sofisticados, justificando, dessa forma, a incorporação de elementos específicos que transmitem tal mensagem. Mas é preciso insistir na necessidade básica de *qualquer* edifício público representar e materializar a presença do Estado na sociedade e na cidade.

De toutes les preuves de l'importance énorme qu'on attache à l'éducation, et des sacrifices énormes que l'on fait pour elle, la plus éclatante, celle qui se manifeste au dehors comme un témoin gigantesque et à formes multiples, c'est le luxe, la splendeur, l'étendue des édifices consacrés à l'enseignement.<sup>67</sup>

Dessa forma, em um contexto em que a educação representa progresso, modernidade e civilização de uma sociedade, a construção de grupos escolares ou ginásios é uma ação pública que simboliza sua importância e o comprometimento do Estado em promovê-la. Assim como a edificação de hospitais materializa o combate às epidemias e a promoção da saúde pública, uma vez que o higienismo permeia e regulamenta todas as esferas da vida urbana desde o século XVIII. Logo, a presença de escolas e hospitais públicos é – e deve ser – valorizada em sua materialidade, ou seja, na forma do edifício que deve possuir tipologia e caráter condizentes a suas funções – social e pública – e serem facilmente reconhecidos. A adoção de um bloco maciço com uma

torre centralizada – tipologia identificada com os tradicionais *hôtels de ville* que evoca *l'idée de l'architecture purement municipale* – para a sede do Ginásio Paranaense (de 1904, Foto 01), a Universidade do Paraná (de 1914, Foto 03) e o Paço Municipal (de 1916, Foto 02) justifica-se. Assim como os poderes Executivo e Legislativo devem possuir uma sede digna da sua importância no regime republicano, as escolas, secundária e superior, também necessitam incorporar a valorização do ensino na sociedade. Edifícios de funções distintas apresentam a mesma tipologia, portanto, pela estreita relação desta com o caráter que necessariamente devem possuir.

E tipologia e caráter são conceitos estruturantes da arquitetura, enfatizados com vigor no ensino de arquitetura da *Academie des Beaux-Arts* e da *École Polytechnique* francesas e difundidos nos manuais de arquitetura escritos por seus professores. Um dos mais importantes trabalhos foi o *Précis des leçons d'architecture* de Jean-Nicolas-Louis Durand, publicado pela primeira vez em 1821. Como professor de composição da *École Royale Polytechnique* de 1795 a 1830, não aceitava a metodologia academicista estruturada no estudo da arquitetura pela cópia e análise de edifícios e na separação do ensino em decoração, distribuição e construção, divisão que, para ele, comprometia a visão plena da disciplina. Propôs um método projetual pelo qual a *arquitetura* era a *arte de compor ou dispor as partes do edifício* a partir de dois princípios, que, se atendidos, resultariam na beleza da obra: a *conveniência* – que exigia solidez, salubridade e comodidade – e a *economia* – que implicava dotá-lo de simetria, regularidade e simplicidade.<sup>68</sup>

O método compositivo de Durand compreendia três etapas: a descrição dos elementos da arquitetura (colunas, pilastras, paredes, portas, arcadas, coberturas etc.), as formas gerais de sua associação e, finalmente, o estudo

66 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome II, Livre VIII. (p. 424-426)

67 TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique*. Vol. IV: Types de constructions diverses. Paris: H. Chairgrasse fils, [s.d.]. (p.78)

68 Para Durand, há uma relação de causa e efeito entre a composição e o custo da obra, o que o permite subordinar ao princípio geral da economia noções que se referem à estética das formas: simetria, regularidade e simplicidade. In SZAMBIEN, W. *Simetria, gosto, caracter...* 1993. (p. 223)

de projetos exemplares. A composição constituía-se numa combinação progressiva de elementos e partes do edifício para formar um conjunto, apoiada sobre uma retícula quadrangular dirigida por dois eixos de simetria. O processo formativo das partes e do conjunto tinha origem nessa grade ortogonal na qual, definido o programa de uso, se faria a disposição das partes na composição da planta. Das combinações horizontais da planta nasciam todas as verticais, e a associação destas duas possibilitava um número quase infinito de soluções arquitetônicas racionais de edifícios, que Durand mostrou nas pranchas de desenho do seu famoso *Précis des leçons d'architecture*.<sup>69</sup> Para ele, a habilidade do arquiteto estaria na capacidade de resolver dois problemas: primeiro, dada certa quantia, produzir o edifício do modo mais decente possível (ou seja, mais conveniente), como na construção privada; e, em seguida, dadas as conveniências requeridas por um edifício, erguê-lo pelo menor custo, como nos edifícios públicos.

A aplicação do método de Durand pressupunha a disposição simétrica das partes do edifício em relação a um ou mais eixos – o que se tornou o “princípio diretor da arquitetura acadêmica” ou ainda a “disciplina axial” obrigatoriamente aplicada, nas palavras de Reyner Banham.<sup>70</sup> A *composição* como reunião de elementos ou partes em função do uso foi difundida no ecletismo do século XIX e chegou até o modernismo do XX como uma *filosofia de projeto*<sup>71</sup>, representando o *arco que vincula* toda a produção arquitetônica do período.<sup>72</sup>

(...) pode-se considerar como característica geral da arquitetura progressiva do começo do século XX o fato de que ela era concebida em termos de um

69 DURAND, Jean-Nicolas-Louis. *Précis des leçons d'architecture* donnés à l'Ecole Royale Polytechnique suivi de La Partie graphique des cours d'architecture faits à l'Ecole Royale Polytechnique depuis sa réorganisation. Liège: Dominique Avanzo et Compagnie Éditeurs, 1841.

70 BANHAM, R. *Teoria e projeto...* 2006. (p. 26)

71 BANHAM, R. *Teoria e projeto...* 2006. (p. 36)

72 SILVA, E. *A Forma e a Fórmula...* 1991. (p. 170)

volume separado e definido para cada função separada e definida, e composta de tal forma que essa separação e definição era deixada clara.<sup>73</sup>

A predominância da planta sobre os demais aspectos – volume e fachadas – foi uma consequência da utilização desta metodologia que fincou raízes profundas, que se mantiveram no século XX. Em tal procedimento, composição é o atendimento ao programa, com demandas cada vez mais complexas e a imposição de setorização e hierarquização de atividades e ambientes (*separação e definição*), a partir da aplicação de regras e fórmulas, do emprego de elementos da disciplina arquitetura e, sobretudo, com o conhecimento aprofundado dos melhores exemplos edificados.

La composition, c'est la mise en œuvre, c'est la réunion dans un même tout de différentes parties qui, elles aussi, doivent être connues dans leurs ressources et dans leurs moyens avant d'avoir la prétention de les composer, c'est-à-dire d'un faire en tout.

Vous ne composerez utilement qu'à la condition de savoir ce que les différentes salles, ce que peuvent être les différentes portiques, les vestibules, etc., ce que peuvent être des travées de façade, des pavillons, des intérieurs et des extérieurs, non pas encore au point de vue d'un programme général, mais au point de vue des beaux exemples que vous devez connaître dans le domaine de l'art. Il faut que, lorsque vous composerez, vous soyez assez riche de connaissances pour pouvoir évoquer l'analogie des plus beaux modèles.<sup>74</sup>

Guadet ao exaltar a importância do conhecimento da arquitetura para evocar a analogia dos *mais belos modelos* não defende a imitação, mas a necessidade de o arquiteto ter *bom gosto, sentimento artístico, imaginação fértil* e, sobretudo, *conhecimento, crítica e fecundidade de recursos para enfrentar os programas cada vez mais complexos*.<sup>75</sup> Assim, a *utilidade* de um edifício é valorizada, no momento em que o conhecimento científico proporciona novas tecnologias, necessidades e modos de vida – questões que serão resolvidas com o desenvolvimento da planta arquitetônica, onde

73 BANHAM, R. *Teoria e projeto...* 2006. (p. 36)

74 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome I, Livre II. (p. 88)

75 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome I, Livre II. (p. 12)



o espaço e suas articulações ficam mais evidentes. Em tal representação bidimensional é possível estudar os ambientes em vários aspectos – dimensões, localização, relação com os demais – deixando para o momento seguinte o alçado do edifício.

Em général, une façade est une résultante, et c'est le plan surtout qui en déterminera les proportions de longueurs et de largeurs, de distances d'entre axes, de saillies et de retraites des corps de bâtiment les uns par rapport aux autres; c'est la coupe, ou ce sont les coupes qui détermineront les proportions verticales, les hauteurs d'étages et de toitures: vous aurez ainsi des données nécessaires dont vous ne pourriez vous affranchir qu'en violentant la composition ou vous permettant le mensonge. **Presque toujours, ce seront les exigences du plan qui détermineront les distances entre travées, tantôt avec quelque latitude, tantôt avec précision comme nous l'avons vu pour les écoles, les lycées, les hôpitaux. Ce seront les nécessités intérieures qui détermineront les hauteurs d'étages.**<sup>76</sup> (Grifo meu)

Quais seriam as *exigências* da planta dos edifícios públicos aqui analisados? Volta-se ao programa de necessidades, o qual, como visto, apresenta exigências específicas de cada atividade quanto à funcionalidade, setorização, hierarquia, ordem etc. A composição desses espaços vai obedecer a diretrizes comuns, possibilitando a identificação de unidade neste conjunto e, conseqüentemente, de tipologias que os identifiquem com o caráter de edifício público.

Guadet novamente contribui para o entendimento do tema, ensinando que dentro de um programa existem as “surfaces utiles” e as “communications nécessaires”, os ambientes e suas articulações, respectivamente.<sup>77</sup> Em um edifício público, onde as atividades são múltiplas e com demandas distintas e a circulação de pessoas é significativa e diferenciada, a composição interna exige atenção especial para que todas as especificidades sejam atendidas. A disposição dos espaços, as possibilidades e os limites de circulação, as diferentes atividades devem ser claras, legíveis a qualquer pessoa. Portanto,

76 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome IV, Chapitre XII, Les Façades. (p. 511-512)

77 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome I, Livre II. (p. 117)

o espaço interno necessariamente contém características como ordem, funcionalidade e hierarquia e, pela sua condição de edificação pública, austeridade, estabilidade e perenidade. Para atender a tais expectativas, a composição vai se valer da setorização (*separação e definição*), de elementos articuladores e da simetria para agrupar atividades afins e distribuí-las segundo especificidade, demanda de público e importância.

Como regra geral, um vestíbulo desempenha as funções de recepção e distribuição, contendo a escada e o acesso às alas ou pavilhões os quais setorizam e abrigam os diversos ambientes dispostos ao longo de circulações. Este ambiente localiza-se geralmente no corpo ou no pavilhão central do edifício, onde está também localizado o eixo axial da planta e, portanto, a mesma disposição planimétrica em cada um de seus lados. A hierarquia é definida pela localização da atividade e de seu espaço, quanto mais alta sua posição e (ou) mais central, mais importante é, o que faz com que o pavimento superior seja mais valorizado que o térreo e o centro, mais que as extremidades – situação tradicional encontrada nas casas comunais medievais. Consequentemente, o corpo ou o pavilhão central receberá um tratamento ornamental mais elaborado, que Guadet denomina *motif milieu*, ou ainda uma torre, e o sobrado maior destaque que o térreo, com exceção da porta principal.

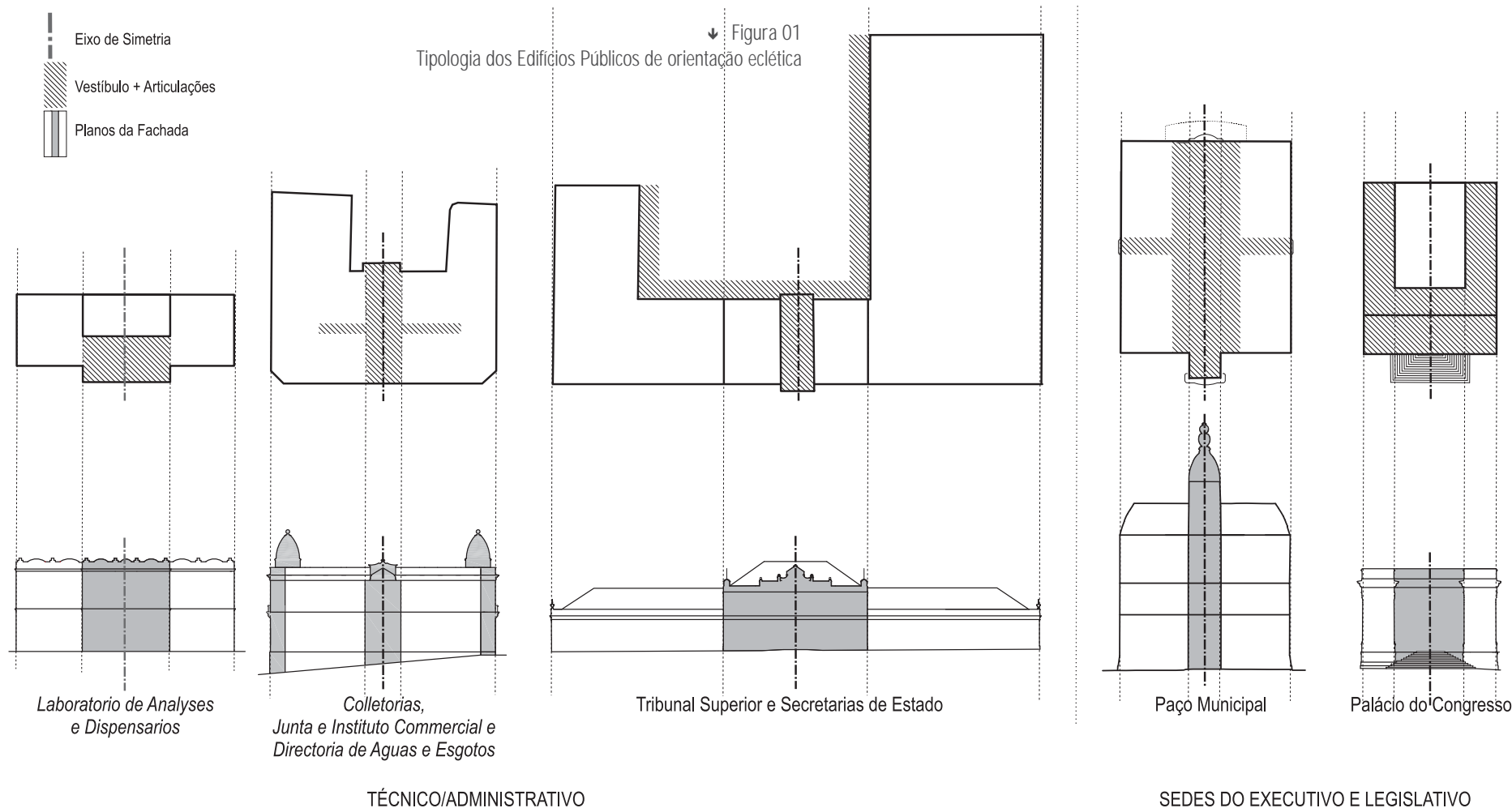
Dans plusieurs hôtels de ville vous verrez la façade précédée d'un portique en saillie, parfois interrompu par le motif milieu ou le beffroi. Au premier étage il se trouve alors une ou deux terrasses dont la fonction était tout indiquée soit qu'on s'y tant pour assister à des fêtes, revues, etc., soit que de là on dût dans certaines occasions haranguer la foule.<sup>78</sup>

A fachada, na composição acadêmica, é uma consequência da planta<sup>79</sup> que materializa as necessidades das atividades que o edifício abriga, as quais são ditadas pelo conhecimento científico, pelas novas demandas

78 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome II, Livre VIII. (p. 430)

79 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome IV, Chapitre XII, Les Façades. (p. 511-512)





da vida moderna e práticas sociais. As soluções formais do alçado giram em torno de fórmulas consagradas, agrupadas por Guadet em dois conjuntos: as fachadas uniformes e aquelas com movimento de planos. O primeiro, segundo o professor francês, é inspirado na arquitetura antiga e possui bom efeito nos edifícios importantes, permitindo um trabalho ornamental detalhado que seria imperceptível em planos muito divididos. O segundo, mais frequente, divide a fachada em cinco partes: o motivo

central – “motif milieu”, dois corpos recuados – “arrière-corps” alongados e dois corpos nas extremidades – “pavillons d’angle”.<sup>80</sup>

A Figura 01 mostra esquematicamente que essas regras compositivas foram seguidas nos edifícios de orientação eclética aqui estudados. Todos apresentam plantas estruturadas na setorização, hierarquizando seus ambientes pelo posicionamento e ornamentação. A centralidade é

80 GUADET, J. *Éléments et théorie...* 1901. Tome IV, Chapitre XII, Les Façades. (p. 511-515)



↑ ↓ Fotos 05 e 06  
Paço Municipal. Curitiba – sem data



→ Foto 04  
Palácio Rio Branco. Curitiba – 2007

valorizada com a presença do acesso principal e do vestíbulo, que distribui o fluxo interno. Como ensinou Durand, a planta obedece à disciplina axial, dispondo as partes sempre de forma simétrica, e as fachadas são uma consequência desta configuração. Os edifícios das *Collectorias* e do Tribunal Superior fogem a esta regra: o primeiro, por utilizar um terreno irregular e de pequenas dimensões, que ocupa metade de uma quadra; e o segundo, por ter sido feito um aproveitamento de paredes existentes. No entanto, mesmo nessas duas situações, a simetria retorna à fachada, procurando compensar tais *problemas*. O alçado nas faces frontais está dividido em três ou cinco partes, seguindo-se à risca as orientações da *Beaux-Arts*.

A nascente república paranaense, no final do século XX, carecia de edifícios para a instalação de suas diversas atividades em Curitiba, assim





como de símbolos que a representassem. Assim, o estado adquiriu uma residência de alto padrão para abrigar o Governo Estadual e construiu Palácio do Congresso (depois *Rio Branco*), sede da Assembleia Legislativa Estadual. Ambos situados na então Rua da Liberdade (depois *Barão do Rio Branco*), eixo de ligação entre a estação ferroviária e o centro da cidade que se tornou nas primeiras décadas do século XX o coração político e econômico de Curitiba. Ambos projetados pelo ativo engenheiro italiano Ernesto Guaia. A casa dos deputados estaduais, concebida e construída como tal, foi a primeira obra pública republicana e seguiu à risca os ensinamentos acadêmicos. De partido monumental, o edifício de “estilo renascença”<sup>81</sup>, condizente com a função pública e, sobretudo, com a sede de um poder constituído, denota com um vocabulário conhecido, mas não frequente, que abriga uma atividade pública, importante e valorizada. A mensagem é reforçada pelos cuidados tomados na implantação do palácio, que o afastou dos limites do terreno, deixando-o solto, circundado por jardim e emoldurado por baixo muro de alvenaria e gradil de ferro – condição que aumentou a visibilidade e reforçou sua imponência – características intensificadas pela sua localização, ao lado da Praça Eufrásio Correia. O acesso principal do edifício está voltado para a Rua da Liberdade, confirmando a valorização desta via no contexto urbano daquele momento. O Palácio Rio Branco foi concebido, portanto, para ser um ícone de um *novo* tempo, proporcionado um novo *regime*.

O Paço Municipal (depois *da Liberdade*), projetado e construído entre 1914 e 1916 pelo engenheiro e prefeito Candido Ferreira de Abreu, é outro exemplo de edifício público com função simbólica acentuada, utilizando o repertório arquitetônico tradicional. Sua tipologia enquadra-se na definição de Guadet de um *hôtel de ville*, apresentando composição calcada nos princípios acadêmicos e elementos consagrados da arquitetura oficial

– como a torre, por exemplo. Tendo como atribuição sediar a prefeitura e a câmara municipal, sua concepção foi criteriosamente elaborada para corresponder às demandas materiais e representativas dessas atividades – seu partido, clássico, contém hierarquia, setorização, imponência e apuro formal esperados em um edifício deste tipo. Simultaneamente à utilização de fórmula compositiva consagrada, o paço inova pela exuberância ornamental *art-nouveau* e pela modernidade das instalações elétricas, telefônicas e hidrossanitárias.

O paço está contido em espaço cercado por edificações, sobressaindo-se pelo porte e requinte formal. Sua inserção no espaço urbano promoveu a revitalização da região e impôs a melhoria do padrão construtivo.

Nos dois exemplares o caráter monumental se sobressai, justificado por abrigarem sedes dos poderes Executivo e Legislativo e, portanto, estarem no topo da hierarquia dos edifícios públicos. A implantação cuidadosa permitiu um espaço livre em seu entorno potencializando a imponência e permitindo maior visibilidade, que, por sua vez, destaca o apuro formal que apresentam. São essas características que mais o diferenciam dos demais exemplares ecléticos aqui estudados. Os edifícios administrativos do Tribunal Superior e Secretarias de Estado e da *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Águas e Esgotos*, embora apresentem requinte formal, foram construídos em lotes convencionais, seguindo o alinhamento predial existente, contidos em quadras já densamente ocupadas – não possuindo a monumentalidade dos dois edifícios anteriores. Já o *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*, edificado em lote de esquina, afasta-se do limite frontal do terreno, beneficia-se da proximidade com a Praça Zacarias e garante maior visibilidade à sua sofisticada composição.

O Mapa 01 mostra que a maioria dos edifícios ecléticos aqui estudados localiza-se no centro da cidade. A proximidade com outros prédios públicos de grande porte como escolas e quartéis também se evidencia, em

81 DIAS, Arthur. O Brasil Actual. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. (p. 389)

## Mapa 01

Edifícios públicos de maior representatividade construídos na região central de Curitiba até 1930







↑ Foto 07

Conjunto de Edifícios Públicos na Rua Marechal Floriano Peixoto: Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Tribunal Superior e Secretarias de Estado e Quartel do Regimento do Estado

Os dois primeiros edifícios guardam características comuns: situam-se na mesma quadra; foram projetados por Candido de Abreu e inaugurados no mesmo dia, 19 de dezembro de 1903 (Cinquentenário da Emancipação Política do Paraná). Foram marcos do governo republicano de Francisco Xavier da Silva, o primeiro inaugurando o ensino seriado e o segundo consolidando a administração pública, com uma sede própria para o Poder Judiciário e secretarias do executivo. Tais condições determinaram que os projetos extrapolassem a arquitetura e possuísem uma visão de conjunto e de inserção urbana. Por estarem lado a lado e as paredes do edifício destinado ao Tribunal Superior já existissem no alinhamento predial, a decisão de impor a mesma implantação no grupo escolar teve a intenção de definir uma unidade entre os dois edifícios. No entanto, de forma distinta da tradição urbana portuguesa que impunha uma continuidade construtiva, os dois edifícios mantêm a individualidade: estão separados por um jardim e apresentam partidos diferentes. A escala foi mantida, com os dois prédios possuindo mesmo pé-direito no térreo e coincidente com as dimensões encontradas no Quartel do Regimento de Segurança, situado na quadra seguinte e já existente em 1903. Foram, portanto, mantidas afinidades entre os dois edifícios que permitem identificá-los como um conjunto arquitetônico oficial, no entanto as diferenças intrínsecas entre as atividades que abrigavam também foram explicitadas. Como casa do Poder Judiciário, sua principal função, o edifício da direita exercia sobre a escola uma ascendência hierárquica, mostrada por uma fachada contínua – portanto, mais presente -, com a parte central assobradada – logo, mais imponente pela elevação da altura -, solução formal clássica estruturada na tripartição compositiva e ornamentação mais elaborada. Já a escola, para não competir plasticamente com o Tribunal Superior, apresenta um jogo de avanços e recuos, deixando mais leve a composição, de apenas um pavimento e ornamentação mais concentrada na ala central, localizada na esquina oposta.

→ Foto 08  
Antigo Tribunal Superior  
e Secretarias de Estado /  
hoje Ministério Público.  
Curitiba – 2008

↓ Foto 09  
Antiga sede das *Collectorias*,  
*Junta e Instituto Commercial*  
e *Diretoria de Águas* /  
hoje Casa Andrade Muricy.  
Curitiba – 2008



↓ Foto 10  
Antigo *Laboratorio de Analyses e Dispensarios* /  
hoje Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2008





↓ Mapa 02

Edifícios públicos de maior representatividade construídos em Curitiba a partir de 1950



alguns casos formando conjuntos significativos no cenário urbano, como o Ginásio Paranaense e a sede das *Collectorias* (ocupando uma quadra) e a sequência Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Tribunal Superior e Quartel do Regimento do Estado (Foto 10).

Com tais princípios, os edifícios públicos de orientação eclética aqui estudados foram projetados. Os programas arquitetônicos ampliados por novas demandas, pelo aprimoramento da ciência e pela vida urbana foram materializados segundo conceitos de racionalidade, ordem e economia. O emprego de novos materiais e técnicas denotou a modernidade do empreendimento. Temas que foram trabalhados na composição disciplinada pela *Beaux-Arts*, por um repertório consolidado e pleno de simbolismo, calcado em conceitos como hierarquia, simetria e setorização.

No entanto, como visto, todas são questões inerentes à disciplina arquitetura e a especificidade da produção oficial está em seu caráter, que, tradicionalmente, deve expressar e imprimir com requinte, esmero e imponência a presença do governo na vida social. A implantação em terrenos centrais, preferencialmente em frente a praças, é outro recurso há muito utilizado que potencializa o necessário destaque do edifício público na malha urbana.

As regras e fórmulas de composição, portanto, foram empregadas de acordo com o partido arquitetônico adotado, o qual está estreitamente relacionado à tipologia, à função e ao caráter da obra arquitetônica.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ganhou força o movimento que buscou na identidade nacional uma atitude libertária, progressista e de modernidade. O contexto social, político e cultural daquele momento fez com que os países americanos não mais se espelhassem na Europa e se voltassem para dentro, buscando e valorizando o autoconhecimento.

A renovação do ecletismo acadêmico, o neocolonial, o racionalismo clássico ou modernizado eram apontados como caminhos possíveis para a arquitetura em um quadro de modernização social, técnica e urbanística; e como soluções para o dilema recorrente entre, de um lado, a necessidade de perpetuar tradições que balizavam o exercício da arquitetura; e, de outro, o impacto das tendências modernas exacerbadas pelas vanguardas européias. Nesse panorama, o modernismo – descontextualizado, inicialmente, das condições socioeconômicas que fundamentaram o Movimento Moderno na Europa – surgiu como uma opção a mais. Saudado por alguns como expressão da era industrial, da civilização maquinista e das revoluções sociais, era condenado por outros como modismo exógeno e esquerdista. Mas, em torno de 1940 a brilhante combinação entre modernidade, brasilidade e monumentalidade obtida por expoentes modernistas como Lucio Costa, Niemeyer, Artigas e outros responderiam de forma magistral aos dilemas presentes até então no debate arquitetônico. Obtendo repercussão internacional quase instantaneamente e sendo adotado como linguagem “oficial” do Brasil nacionaldesenvolvimentista, nosso modernismo, e particularmente suas chamadas “escolas” carioca e paulista, se afirmou como vertente dominante.<sup>82</sup>

De forma rápida, pois não cabe aqui aprofundar um tema já bastante discutido, o texto repassa a trajetória da arquitetura modernista no Brasil, que, introduzida no final da década de 1920, consolidou-se em meados do século XX, com características específicas que, estas sim, valem ser destacadas.

Em primeiro lugar, a influência que Le Corbusier teve na primeira geração de arquitetos modernistas em função das ideias por ele difundidas nas palestras de 1929 e, como consequência destas, da sua contribuição ao projeto da sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, em 1936. Seus cinco pontos da arquitetura<sup>83</sup>, o emprego da razão áurea na

82 SARQUIS, Giovanni Blanco; CAMPOS NETO, Candido Malta. A arquitetura como expressão da modernidade em Belém entre 1930 e 1964 (p. 29-51). In Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. v. 3, n. 1. São Paulo, Universidade Mackenzie, 2003. (p. 30)

83 Estrutura modular de concreto armado com pilotis no térreo, liberando o pavimento térreo; a planta e a fachada livres, possibilitadas pela estrutura independente do edifício e permitindo maior liberdade compositiva; janelas em faixa, possíveis pela fachada libertada da estrutura e terraço-jardim, que recupera o solo ocupado do prédio colocando o jardim em cima do edifício.





← Foto 11  
Palácio Iguaçu.  
Curitiba – 2008

↓ Foto 12  
Palácio Dezenove de dezembro.  
Curitiba – 2008



↓ Foto 13  
Palácio da Justiça.  
Curitiba – 2008



composição e a formulação do modutor, que propõe normatizar o espaço a partir da escala humana foram abraçados e reinterpretados pelos arquitetos para as condições tropicais. Surge uma arquitetura genuinamente brasileira, “um novo tempo” nas palavras de Oscar Mueller.<sup>84</sup> Em discurso proferido em 1955, Vilanova Artigas, com o entusiasmo característico daquele momento, trata desta brasilidade e proporciona um importante relato da forma como esse movimento era interpretado pelos próprios protagonistas e pela sociedade.

É inegável que a nossa arquitetura tem granjeado sucesso mundial justamente por apresentar alguns aspectos originais, tipicamente brasileiros. Nossa arquitetura confirma, na prática, que o processo de universalização da arte é alcançado na medida em que ela reflete o espírito nacional, as expressões mais características do seu povo.

A semente colhida na experiência européia caiu, no Brasil, em terreno fértil e pôde frutificar graças ao talento e esforço de um grupo de artistas e profissionais que procuravam ansiosamente novas formas de expressão, capazes de atender às exigências de uma técnica que procurava atingir o desenvolvimento material do mundo contemporâneo. (...)

Nossa arquitetura, ao mesmo tempo que dá resposta aos requisitos de uma técnica que se moderniza, procura se distinguir dos padrões estrangeiros.

Vemos, por outro lado, que as expressões novas da arquitetura no Brasil vem sendo aceitas pelo povo, mesmo quando se apresenta em suas formas mais audaciosas. Podemos mesmo dizer que o povo brasileiro abre um crédito de confiança aos seus arquitetos. É nesse clima de simpatia e apoio popular que temos encontrado o maior incentivo ao nosso trabalho de criação. Contrariando o pensamento e as tendências de um pequeno grupo que ainda se apegava ao ecletismo arquitetônico, a grande maioria de nossa intelectualidade logo compreendeu que os projetos dos arquitetos brasileiros revelam sempre o desejo ardente de encontrar uma solução técnica e artística adequada aos problemas da construção do Brasil.<sup>85</sup>

84 MUELLER, Oscar. Centro Cívico de Curitiba. Um espaço identitário. Porto Alegre, 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8084>. Acesso em 7 de janeiro de 2010. (p. 13)

85 ARTIGAS, Vilanova. Aos Formandos da USP - 1955 (p. 17-22). In ARTIGAS, Vilanova. Caminhos da Arquitetura. São Paulo: Cosac & Naipy Edições, 1999. (p. 18)

Em um momento de valorização da cultura nacional, de repúdio ao ecletismo como expressão descontextualizada e estrangeira, a especificidade/originalidade da arquitetura brasileira era exaltada pelos seus protagonistas, os arquitetos, e legitimada pelo poder público e pela sociedade mais ampla. A adoção da linguagem modernista na arquitetura oficial, em um período de intensa construção em todo o território nacional de escolas, hospitais, conjuntos habitacionais e edifícios administrativos, técnicos ou sedes de poder, foi simultaneamente uma ação divulgadora e consolidante do movimento e a materialização das novas diretrizes governamentais. Roberto Segre registra no funcionalismo público, entre as décadas de 1930 e 1960, a presença e a colaboração de jovens arquitetos cujo talento possibilitou o surgimento de edifícios governamentais de qualidade, muitos dos quais ícones do modernismo brasileiro.<sup>86</sup> Tais exemplares simbolizaram no espaço construído a *modernização* de estruturas administrativas e de serviços sociais, o *novo* homem brasileiro e um *novo* modo de vida. Como afirmou Artigas, os arquitetos buscavam *novas formas de expressão, capazes de atender às exigências de uma técnica que procurava atingir o desenvolvimento material do mundo contemporâneo e tinham o desejo ardente de encontrar uma solução técnica e artística adequada aos problemas da construção do Brasil*.

Para balizar o período, pode-se citar a sede do Ministério da Educação e Saúde – MES (1936-1943), no Rio de Janeiro, como um marco da arquitetura pública sob o prisma modernista, sendo uma das pioneiras experiências de interpretação brasileira da *nova* arquitetura relacionada a uma *nova* postura oficial que reconhece a importância da educação e da saúde pública ao criar um ministério a elas dedicado. O partido arquitetônico – uma lâmina alta, envidraçada e coberta de *brise-soleil*, articulada com um volume baixo, soltos do terreno pela presença de pilotis com altura dupla que permitem

86 SEGRE, Roberto. Introdução (p. 5-22). In CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (p. 9)

a livre circulação e integram o conjunto à malha urbana, plena de registros de todos os tempos – incorpora em suas formas a exaltação da técnica, dos novos materiais construtivos, de um novo conceito de construção que concentra na vertical as atividades e a área construída, liberando o térreo para a circulação de pessoas, para a presença de áreas verdes, de luz e de ar. Ao mesmo tempo, pelo seu porte e imponência e, nas palavras de Bruand, “pujança e elegância”, o MES domina a paisagem, impondo suas formas geométricas puras, sua imensa superfície envidraçada, seus altivos pilotis.<sup>87</sup> Um edifício-monumento que materializou a modernidade, em toda a sua abrangência, associando-a a uma ação do poder público de valorização de temas sociais importantes. Nesse sentido, não é diferente dos antigos *hôtels de ville*, que buscavam imponência, beleza e materializavam a importância governamental no século XIX. O caráter tradicional do edifício público permanece, assim como seu significado simbólico, no entanto está associado a outra estruturação plástica e a um contexto – cultural, social e técnico – distinto. São mantidos na arquitetura modernista os princípios vitruvianos de beleza, solidez e utilidade, colocados em outra base formal, o que necessariamente altera a tipologia.

Não é intenção de o trabalho esmiuçar a estrutura formal do modernismo, nem aprofundar a teoria que a construiu, temas exaustivamente já estudados.<sup>88</sup> Importa aqui vincular edifícios públicos produzidos ao longo do tempo em Curitiba e com soluções formais e tipológicas distintas aos

princípios da arquitetura, ou ainda ao “discurso doutrinário” da disciplina, como afirma Elvan Silva. Qual seria a nova tipologia ou as novas tipologias? Novamente é preciso estabelecer limites mais precisos e direcionar a análise para os edifícios públicos construídos nas décadas de 1950 e 1960 em Curitiba. Nesse universo, os exemplares apresentam características específicas e o presente estudo tipológico ficará restrito a elas.

Dos cinco edifícios relacionados (Mapa 02), quatro localizam-se no Centro Cívico<sup>89</sup>, região de baixa ocupação, projetada e construída especialmente para concentrar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais – o qual será objeto da próxima seção. O caráter monumental do conjunto e a modernidade formal foram condicionantes do projeto que seguiu as orientações dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) em relação às questões urbanas: setorização definida em blocos isolados situados em torno de uma grande praça – solução que libera o espaço, permitindo iluminação e ventilação abundantes e introduzindo áreas verdes, além de impor a separação das circulações de pedestres e automóveis e propiciar maior visibilidade e imponência aos edifícios.

O quinto exemplar, Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda, embora inserido na malha urbana já consolidada, encontra-se cercado por construções predominantemente horizontais, o que acentua sua verticalidade e visibilidade. O conceito e a implantação comuns deste conjunto de edificações induziram a tipologia de blocos únicos, isolados urbanisticamente e com alta expressão formal, concebidos como volumes geométricos puros, que apesar de formatos e alturas diferentes têm em comum o ideário de uma arquitetura baseada na racionalidade compositiva e estrutural, no domínio da técnica, na exaltação da função, na busca da adequação e da beleza, a partir de expressões atualizadas. O uso estrutural do concreto armado e a presença de pilotis monumentais e grandes superfícies de vidro

87 BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. 4ª edição - 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2005. (p. 92)

88 CZAJKOWSKI, J. *Guia da arquitetura ... 2000*; BRUAND, Y. *Arquitetura Contemporânea... 2005*; SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 2ª edição - 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2002; XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: RioArte, 1991; CAVALCANTI, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001; e SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel Barra do Piraí/RJ, 1977.

89 Palácio Iguazu, Assembléia Legislativa, Palácio Vinte e Nove de Março e Palácio da Justiça.





↑ Foto 15  
Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda. Curitiba – 2008



→ Foto 14  
Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2008

impuseram uma linguagem à arquitetura oficial que rompe com a anterior e materializara o *novo* e, sobretudo, o *moderno*.

A construção do Centro Cívico do Paraná merece um aprofundamento no que tange à introdução do ideário modernista na arquitetura oficial e a relação entre esta e o ideário de modernidade, monumentalidade e pujança que deveria estar simbolizado.

Nos exemplares ecléticos e modernistas estão presentes, material e simbolicamente, os princípios vitruvianos – solidez, utilidade e beleza –, intimamente relacionados ao desenvolvimento cultural, técnico e científico da sociedade e sempre buscando a correspondência entre caráter, tipologia e função. O arco que vincula a produção arquitetônica oficial nesses dois momentos é a teoria que estrutura a disciplina, com princípios e conceitos que, pela própria condição, são imutáveis e perenes.

Assim, os edifícios serão aqui apresentados pela função que abrigam e não pela sua linguagem formal, divididos em dois grandes grupos: sedes do Legislativo, Judiciário e Executivos e as administrativas e técnicas. A intenção é destacar a permanência do caráter de ordem, austeridade, racionalidade e imponência; a acentuação da modernidade pela técnica construtiva sofisticada e pelo uso de equipamentos e materiais requintados; a busca da beleza, a partir de um repertório formal vigente; e, sobretudo, a representação e a materialização do poder público.





Centro Cívico de Curitiba

A proposta do Centro Cívico de Curitiba foi elaborada, entre 1941 e 1943, por Alfred Agache, urbanista francês, que desenvolveu um estudo urbanístico para Curitiba a convite do governo estadual. O chamado Plano Agache estabelecia como prioridades o saneamento, o descongestionamento de vias e a estruturação de centros para permitir o desenvolvimento da vida social e comercial. Devido a problemas econômicos e ao intenso crescimento da cidade, a proposta foi parcialmente executada resultando no alargamento de avenidas, como a Visconde de Guarapuava, Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro; na implantação das galerias pluviais da Rua XV de Novembro; na imposição do recuo obrigatório de cinco metros para novas construções; na definição da Zona Industrial, atrás da Estação Ferroviária; na previsão de áreas para o Centro Cívico e o Centro Politécnico; e na construção do Mercado Municipal.

O Centro Cívico de Agache consistia em um conjunto de edifícios administrativos estaduais (Palácio do Governo e respectivas secretarias, Assembleia Legislativa e tribunais de Justiça e de Contas) situados em torno de uma esplanada e ligados à cidade por um eixo monumental, a Avenida Candido de Abreu, que chegava até a Praça Tiradentes – marco inicial da cidade e onde seria erguida a nova sede da prefeitura (Figuras 01 e 02).

A concentração das atividades públicas facilitaria a comunicação e a tramitação burocrática entre os diversos órgãos públicos, além de marcar simbolicamente a presença dos poderes constituídos. A esplanada sediaria eventos públicos, como paradas e solenidades cívicas, comuns naquele momento.

A solução não era inédita, já preconizada na Carta de Atenas, e foi colocada em prática, por exemplo, na reconstrução da cidade francesa de Saint Dié, onde Le Corbusier em 1945 projetou uma praça circundada

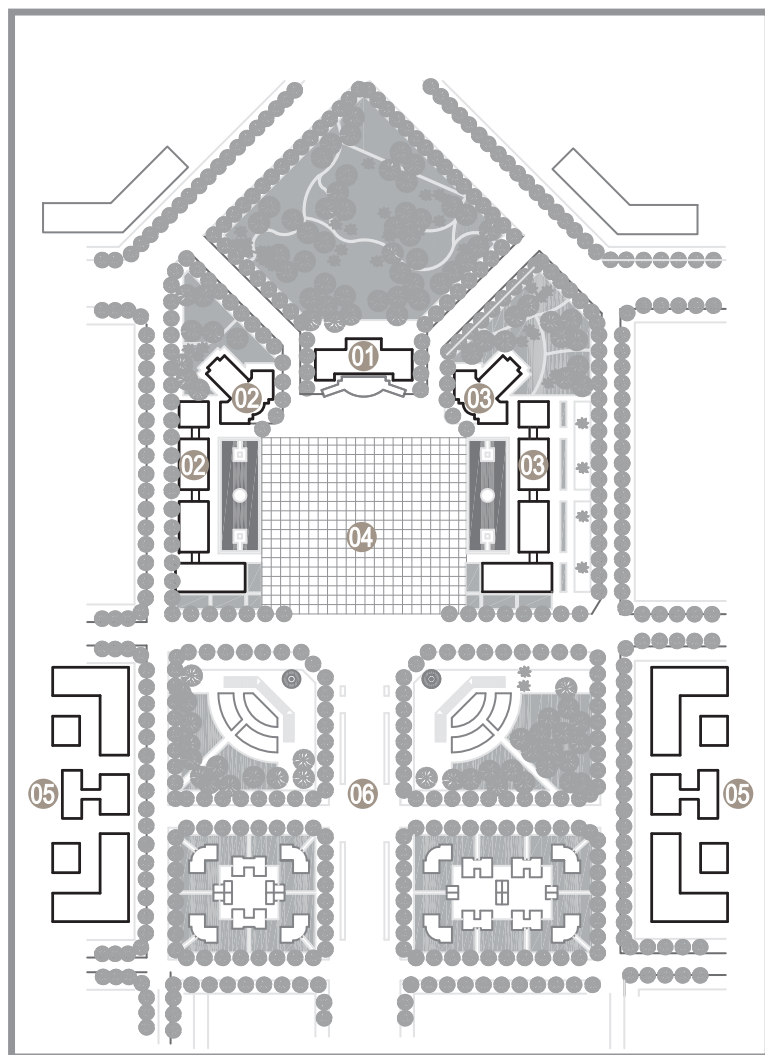
por instituições cívicas. Outro exemplo foi a urbanização da Esplanada de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, concebida em 1948 por Affonso Eduardo Reidy, onde foi implantado o Centro Cívico Municipal, com as sedes dos poderes Executivo e Legislativo e equipamentos culturais (biblioteca, museu, auditórios etc.) com blocos isolados e destacados, facilitando a comunicação e a visibilidade, dispostos em torno de uma grande praça aberta. Reidy, seguindo as orientações das várias edições do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), compôs edifícios que não confinam os espaços urbanos, *fluidos e envoltos de ar, luz e áreas verdes*. A setorização e a independência marcam as circulações (pedestre-automóvel) e as atividades.

A imponência e monumentalidade da proposta de Agache podiam ser conferidas sob diversos aspectos. O eixo seria formado por larga avenida central, com quatro faixas de rolamento e duas ruas laterais de apoio, formando uma visual privilegiada para o Centro Cívico, que representaria a presença do estado, a modernidade e a racionalidade administrativa e formal. A iluminação viria de postes de ferro fundido, especialmente desenhados e o pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*), símbolo do paranismo, estaria presente em todo o trajeto.

Apesar de boa parte do Plano Agache ter sido implantada, o Centro Cívico não foi executado naquele momento. Somente na década seguinte a ideia principal foi retomada – no mesmo local escolhido, porém com alterações no projeto urbanístico e arquitetônico.

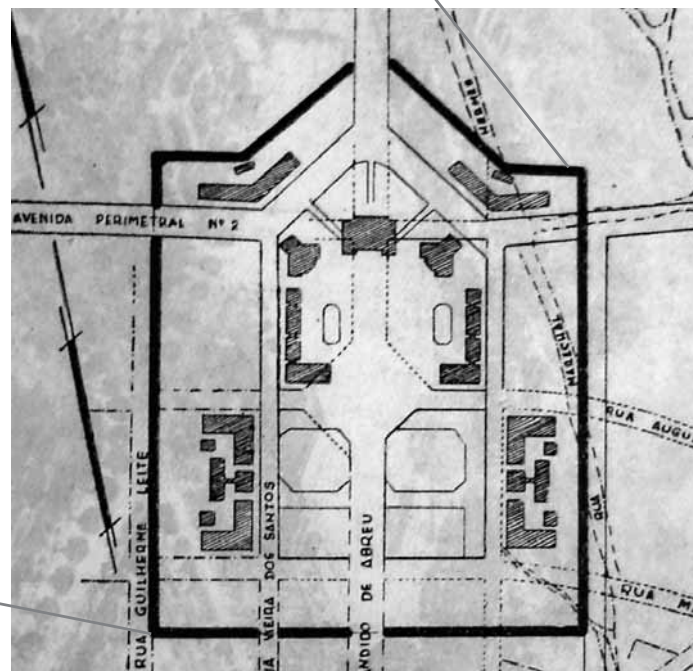
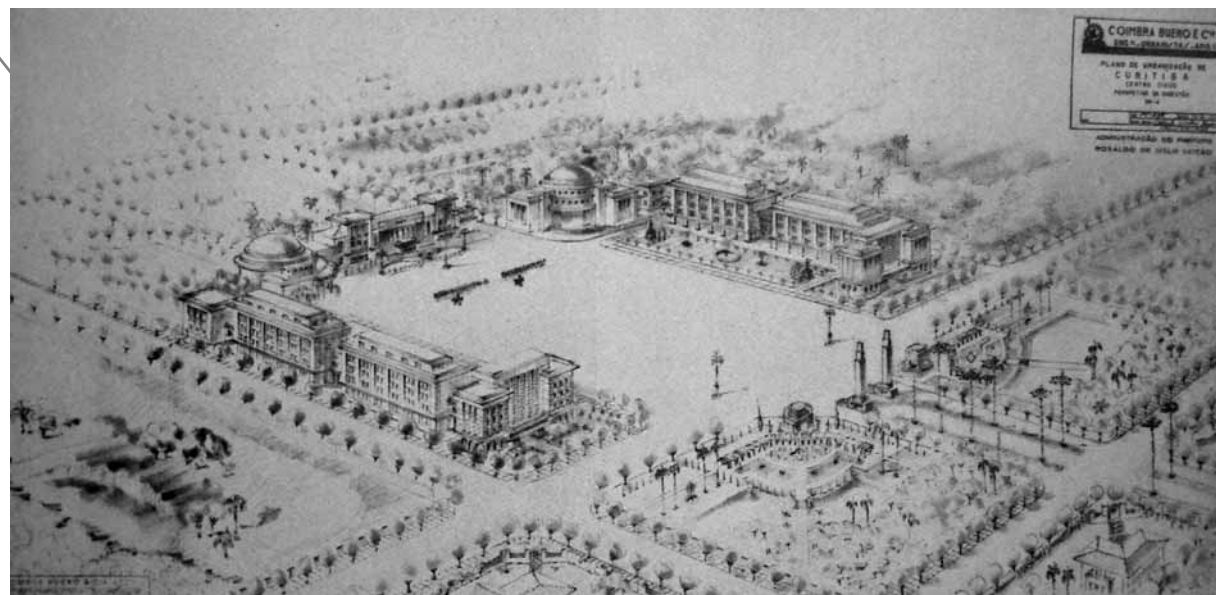
Impulsionado por uma boa fase econômica, Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Estado no período de 30 de janeiro de 1951 a 3 de abril de 1955, propôs um evento alusivo ao Centenário da Emancipação Política do Paraná, para o qual uma série de obras públicas seriam executadas. Inicialmente faziam parte das comemorações a construção do Centro Cívico – com os palácios do Governo, da Justiça, da Assembleia

↓ Figura 01  
Proposta para o Centro Cívico. Curitiba – 1943 / Implantação



implantação

↓ Figura 02  
Proposta para o Centro Cívico. Curitiba – 1943 / Perspectiva do conjunto



## CENTRO CÍVICO plano agache 1943

- 01 palácio do governo
- 02 poder legislativo
- 03 poder judiciário
- 04 praça
- 05 secretarias
- 06 avenida candido de abreu



Legislativa e o Edifício das Secretarias – da Biblioteca Pública, do Teatro Guaíra e do Monumento do Centenário.<sup>1</sup> Para levar a cabo tal empreendimento, foi criada, pela Lei Estadual n.º 674, de 29 de agosto de 1951, a Comissão Especial de Obras do Centenário (C.E.O.C.).

Centros Cívicos existem dois: o que foi projetado em Belo Horizonte e o de Washington, que pelas suas particularidades locais ainda exerce sua função, mas nenhum deles pode servir como índice de comparação com o que se projetou para ser o nosso Centro Cívico, um marco não só para o Brasil, mas para todos os povos, a mostrar que a capacidade realizadora de um Governo não se deve restringir apenas ao seu período de mando, mas sim preparar o caminho para os que vierem a sucedê-lo na administração pública do Estado.

Com a construção do Centro Cívico, muito embora as críticas sistemáticas e destrutivas, conseguirá o Governo os seguintes benefícios mínimos:

1º – Recuperação de uma zona da cidade absolutamente abandonada desde o Prefeito Candido de Abreu.

2º – Centralização das Repartições Públicas, o que por si só recomendaria qualquer governo.

3º – Economia enorme de locações do Estado; é suficiente ver no orçamento quais as verbas destinadas ao pagamento de alugueis em Curitiba.

4º – Possibilidade real e absoluta de aproveitamento dos poucos edifícios do Estado para mais Grupos Escolares, Delegacias de Polícia, etc.

5º – Economia real, e muito mais que isso, se considerar que o Estado deixará de pagar hospedagem caríssimas para seus visitantes ou convidados e suas comitivas, de vez que a Residência do Governador estará em condições de suprir esta falha, com vantagens materiais.

6º – Ter um conjunto de edifícios para o Legislativo condigno com o mandato dos Representantes do Povo.

7º – Ter também um conjunto para a Justiça que honraria qualquer País do Mundo, não esquecendo que o Governo destinou uma parte, ou melhor, um edifício, exclusivamente para o Tribunal Eleitoral, demonstrando assim sua fé e sua confiança nos destinos de um Brasil livre e democrático.<sup>2</sup>

1 A Biblioteca Pública do Paraná foi projetada pelo engenheiro Romeu Paulo da Costa; o Teatro Guaíra, pelo engenheiro Rubens Meister; e o Monumento do Centenário apresenta obras de Erbo Stenzel, Humberto Cozzo e Poty Lazzarotto.

2 PARANÁ. Governo. 1953. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1953. (p. 148-149)

Na justificativa da construção do Centro Cívico, os primeiros argumentos são a centralização administrativa e a possibilidade de revitalização de uma área “abandonada” da cidade. Em seguida, de uma forma prática, indica-se o aproveitamento dos poucos edifícios públicos que abrigavam a administração para a educação e segurança pública e a redução de gastos públicos com a hospedagem de visitantes. Todos os temas giram em torno de economia, agilidade e racionalidade, valores fincados no princípio da utilidade, que são buscados em qualquer obra pública e que, portanto, associados ao Centro Cívico, o legitimam. Somente os dois últimos itens tratam da dimensão simbólica que a iniciativa incorpora, destinando ao poder legislativo uma sede condigna e ao judiciário, uma que demonstra *fé e confiança na democracia e liberdade*. O discurso oficial segue a mesma diretriz da redação legal, ressaltando inicialmente os benefícios da iniciativa e finalizando com o caráter simbólico, de representar a grandeza do Paraná, estado que vivia um momento favorável de desenvolvimento.

#### Centro Cívico

O organismo administrativo moderno caminha para a centralização.

A dispersão de repartições públicas é nociva aos interesses da coletividade, tanto mais que esta deve ser prontamente atendida nas suas relações com os poderes oficiais. Em nosso país, entretanto, salvo certas exceções honrosas – o desperdício do tempo, em razão do esparrame de departamentos governamentais, já de tal forma se erigiu em rotina que difícil se torna demonstrar a necessidade de conjugar, dentro de um ritmo construtivo vigoroso, todas as atividades governamentais na capital.

Entretanto, nações do feitio dos Estados Unidos, já harmonizaram, há longos anos, essa vitalidade administrativa, a começar por Washington, onde todos os poderes representativos da grande república se concentram em um só setor.

De uma forma ainda mais expressiva, todos os Estados e Condados se ufam do seu “Civic Center”, encaminhando-se nesse propósito as aspirações dos que não os possuem.

Em verdade, no Brasil, o exemplo capital de uma realização eficiente nesse setor é o Centro Cívico de Curitiba, extraordinária realização devida ao empenho do Governador Bento Munhoz da Rocha Netto que, com essa obra procurou erigir o mais expressivo dos monumentos ao Paraná no transcurso do seu primeiro centenário de emancipação política.



Tudo o que se faz no Paraná deve atender o futuro e ser, portanto, de proporções gigantescas.<sup>3</sup>

A *modernidade* do empreendimento é destacada e à *racionalidade* e à *economia* é incorporado o valor da *eficiência* administrativa proporcionada pela centralização dos serviços. A mesma argumentação foi utilizada pelo Plano Agache, ao propor o Centro Cívico dez anos antes, e não representava novidade, uma vez que a definição de setores urbanos, determinados pela atividade que abrigam já era um recurso conhecido

3 O PARANÁ NO Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. Curitiba: Comercial e Editora Sant'Ana, 1953. (p. 45)

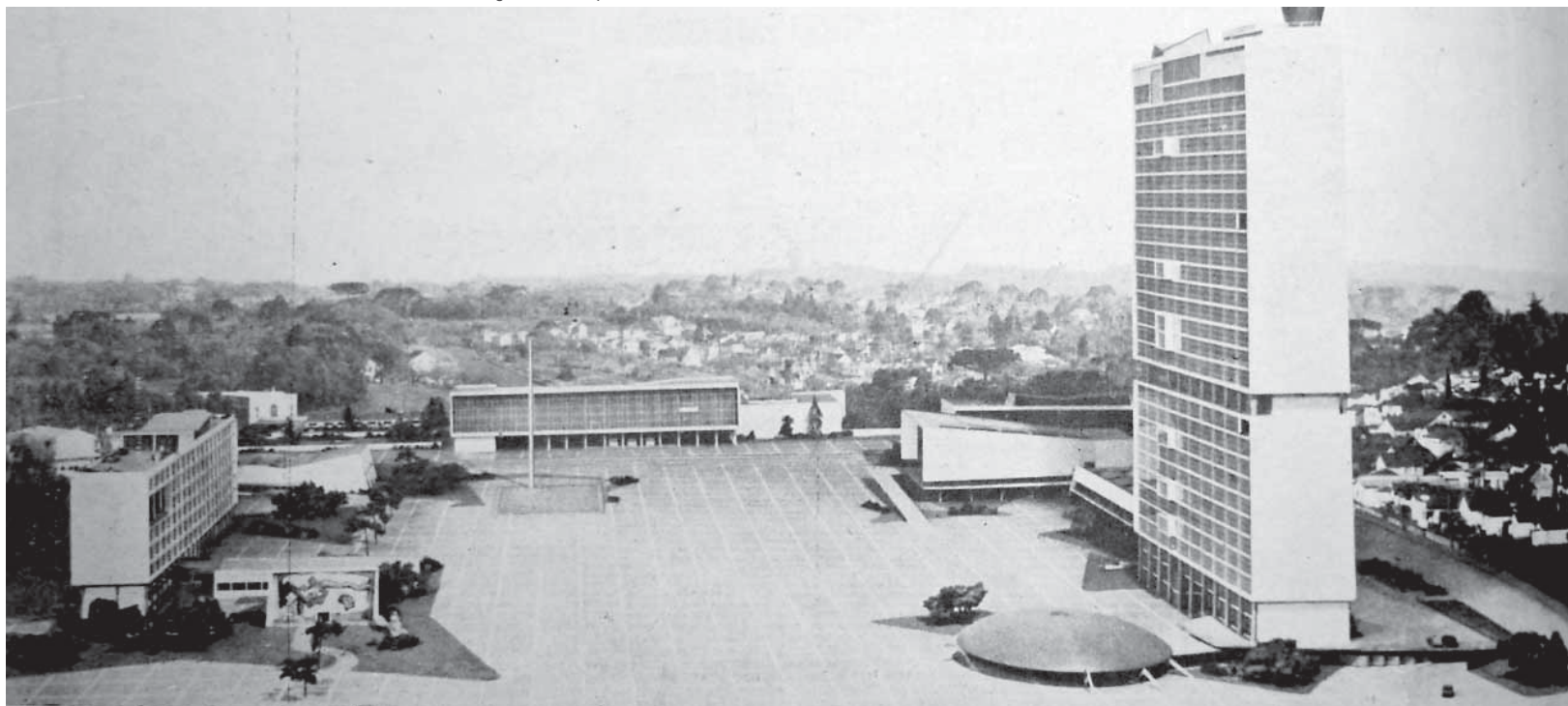
no século XIX e homologado, em 1933, no 4º CIAM por meio da Carta de Atenas.<sup>4</sup>

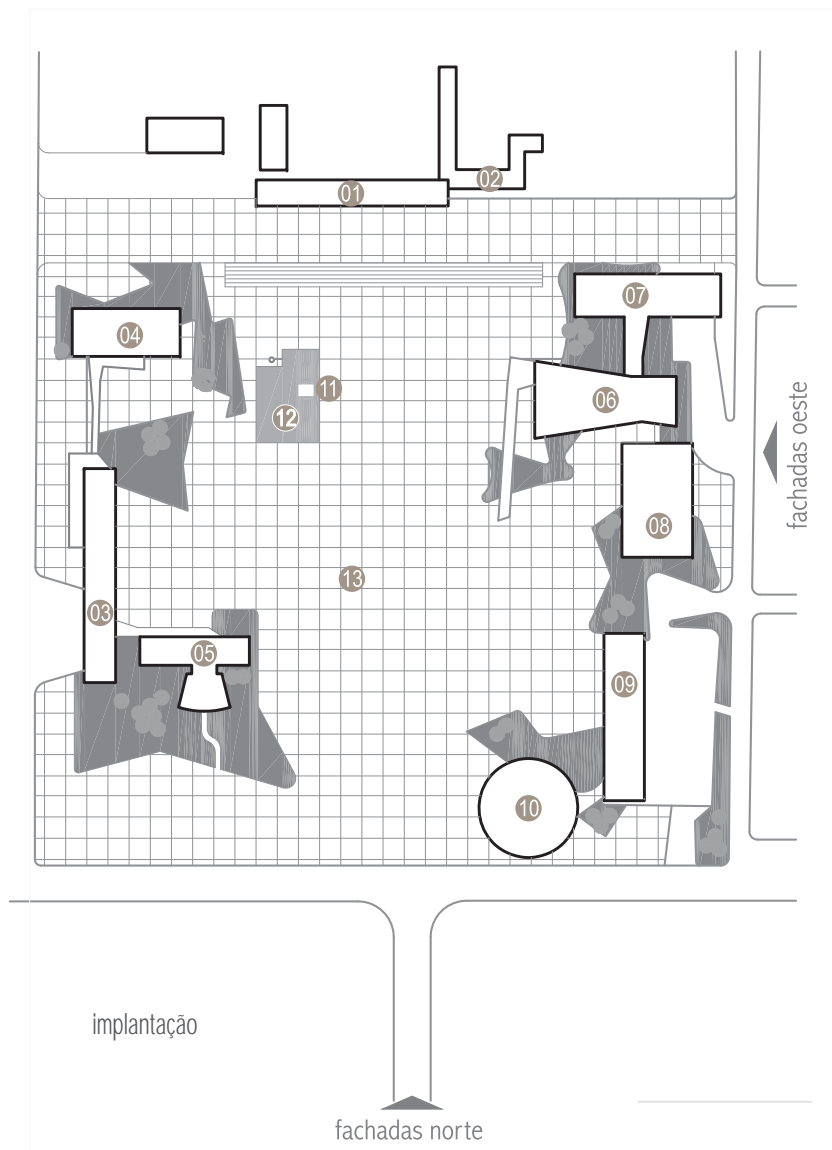
Todos os valores listados devem compor tradicionalmente o caráter de qualquer edifício público, como já visto. Assim como a adequação ao programa e a busca pela modernidade nas técnicas construtivas e na linguagem formal também fazem parte da arquitetura de uma forma geral e da arquitetura oficial em particular. Entre 1930 e 1960, essa produção

4 A Carta de Atenas foi elaborada por um grupo internacional de arquitetos depois de uma série de congressos nos quais se discutiu como o paradigma da arquitetura moderna poderia responder aos problemas de rápido crescimento das cidades, causado, entre outros fatores, pela mecanização na produção e as mudanças no transporte. No IV Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em Atenas em 1933, este grupo de profissionais finalizou a Carta de Atenas, depois de haver analisado 33 cidades das mais diversas latitudes e climas no planeta.

↓ Figura 03

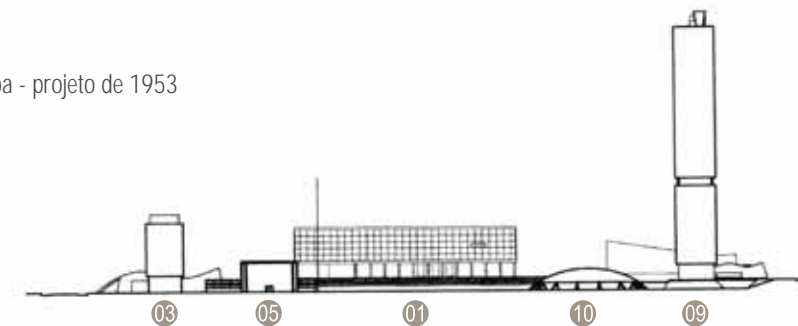
Foto montagem da maquete do Centro Cívico. Curitiba – 1953



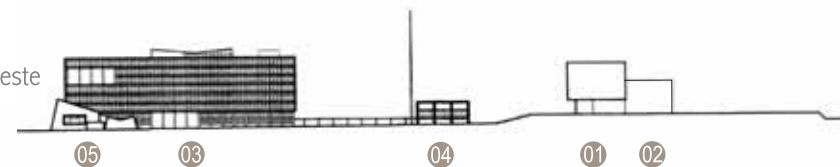


↓ Figura 04  
Centro Cívico de Curitiba - projeto de 1953

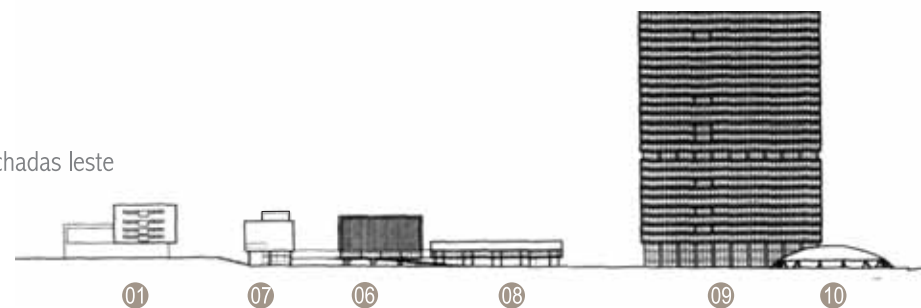
fachadas norte



fachadas oeste



fachadas leste



conjunto de fachadas

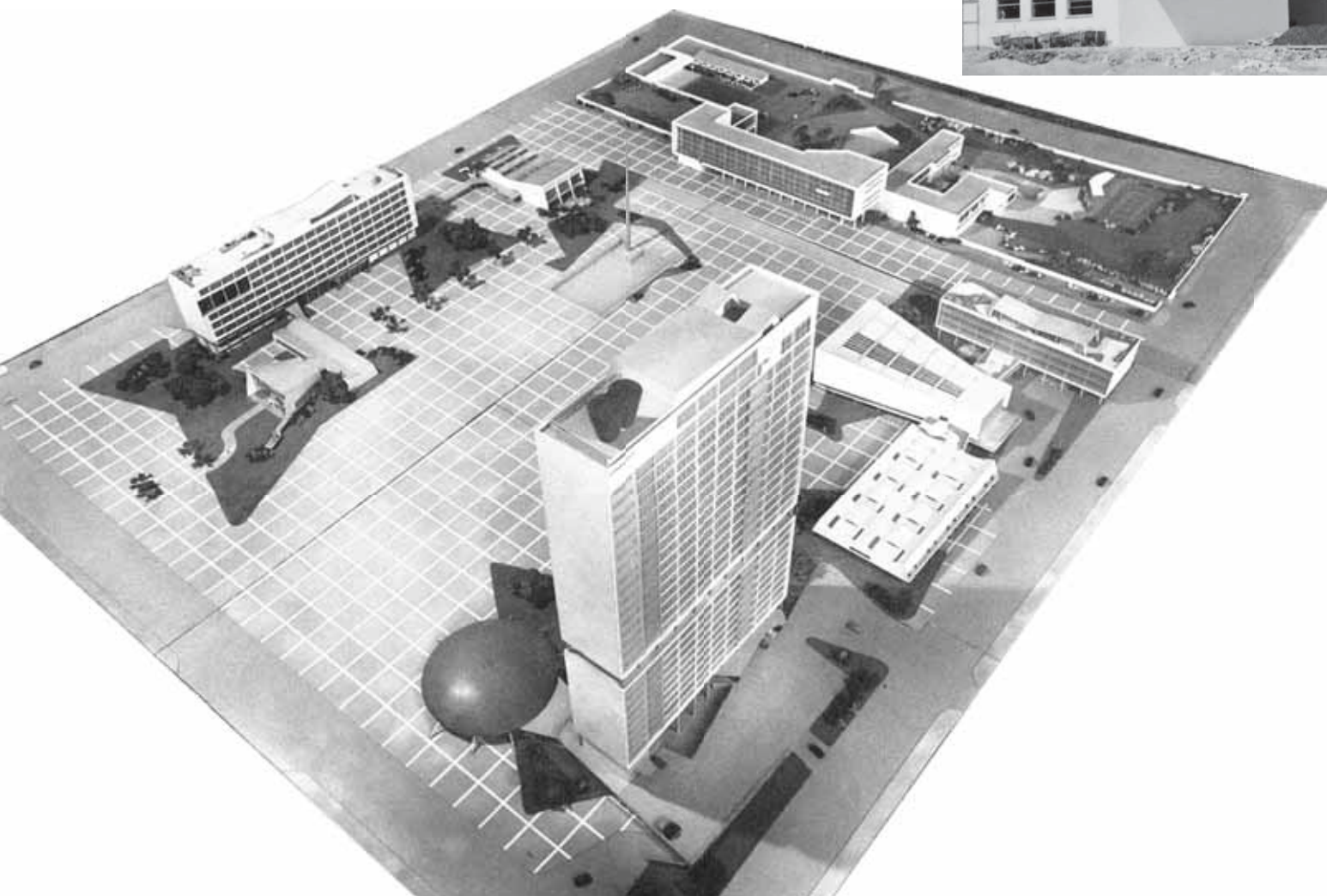
## CENTRO CÍVICO projeto de 1953

- 01 palácio iguaçu
- 02 residência do governador
- 03 palácio da justiça
- 04 tribunal eleitoral
- 05 tribunal do júri
- 06 plenário da assembleia legislativa
- 07 secretaria da assembleia legislativa
- 08 comissões da assembleia legislativa
- 09 secretarias de estado
- 10 pagadoria e recebedoria
- 11 monumento ao centenário
- 12 espelho d'água
- 13 praça

consolidou e difundiu o movimento modernista no Brasil, associando as formas inovadoras, as maiores possibilidades técnico-construtivas e a brasilidade de expressão aos *novos* tempos, a uma *nova* postura e a uma *nova* ação política. A escolha do governador Bento Munhoz da Rocha Netto pela arquitetura modernista para dar forma ao Centro Cívico de Curitiba teve como intenção romper com o passado e representar um *novo* momento do Paraná, quando seriam acentuados a prosperidade, o desenvolvimento e o progresso, alavancados por um período de



↑ Foto 01  
Construção do Palácio Iguaçu no Centro Cívico.  
Curitiba – década de 1950



← Figura 05  
Maquete do Centro Cívico. Curitiba – 1953



ascensão econômica da produção do café. A chegada dos 100 anos do Paraná justificou a iniciativa, conferindo-lhe um caráter de respeito pela trajetória do estado, ao mesmo tempo em que enfatizou as possibilidades do futuro.

O projeto de 1951 para o Centro Cívico de Curitiba responde ao apelo da necessidade de afirmação do poder estadual no Paraná, decorrência de um momento de relativa pujança econômica, principalmente pelos excelentes resultados da colheita do café, principal produto de sua economia, no norte do estado. Decorrente disso desabrocha um espírito progressista com conseqüências no desenvolvimento da construção de cidades, e por sua vez da arquitetura, com ênfase nas obras públicas. O Estado é seu maior agente promotor, alavancando um processo que no momento era latente e que passou a ser conhecido como arquitetura moderna.<sup>5</sup>

Esse foi o tom da matéria sobre o Centro Cívico na edição comemorativa do Centenário do Paraná da revista *Ilustração Brasileira* em dezembro de 1953. O texto fez a apresentação criteriosa do empreendimento (desenvolvido entre 1951 e 1952) e exaltou a iniciativa, não poupando elogios como monumental, grandioso, moderno, imponente, funcional, útil e belo. A descrição do projeto, revelando a autoria das obras, suas dimensões e características, situou o discurso na dimensão técnica, valorizando sua inerente racionalidade, adequação e, sobretudo, sua modernidade.

Foi a técnica que permitiu a linguagem moderna, a rapidez de execução, o projeto da abóboda da Recebedoria e Pagadoria – a *maior cúpula do mundo* –, os 30 andares do edifício das Secretarias de Estado e o imponente pano de vidro – *grande vitral de cristal*<sup>6</sup> – do Palácio Iguaçu (medindo os impressionantes 109,50 x 15 m). Foi a técnica que mostrou e representou o grau de desenvolvimento do Paraná e do Brasil, a visão de futuro do

5 MUELLER, Oscar. Centro Cívico de Curitiba. Um espaço identitário. Porto Alegre, 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (p. 19)

6 PEREIRA, Ivo Arzua. Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná - CEOC (Lei Estadual n.º 674, de 29/08/51) - Síntese Histórica. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2008. (p. 35)



↑ Foto 02

Construção do Centro Cívico. Curitiba – década de 1950.

À esquerda, o Palácio da Justiça, projetado para as Secretarias de Estado, e à direita, a Avenida Cândido de Abreu.



↓ Foto 03

Centro Cívico de Curitiba – década de 2000.

À esquerda, o Palácio Iguaçu e à direita, a continuação da Avenida Cândido de Abreu e o conjunto do Legislativo.



## O monumental Centro Cívico de Curitiba Signo da avançada mentalidade de um governo e de um povo

Foi estudado e delineado pelo “engenheiro governador” Bento Munhoz da Rocha Netto, o projeto do Centro Cívico de Curitiba, e é de autoria do arquiteto paranaense prof. dr. David Xavier de Azambuja, e dos arquitetos drs. Flávio Régis do Nascimento, Olavo Redig de Campos e Sérgio Roberto Rodrigues. Vão adiantadas as obras de construção, esperando-se concluí-las dentro de dois anos.

A execução do plano geral está a cargo da Comissão Especial de Obras do Centenário, que vem realizando também, como obras complementares, a Biblioteca Pública (projeto do arquiteto dr. Romeu Paulo da Costa), o Teatro Guaíra e o Grupo Escolar Tiradentes (ambos projetados pelo arquiteto dr. Rubens Meister, tendo igualmente realizado o Centro de Letras do Paraná (projeto do dr. David Azambuja).

A direção da Comissão Especial de Obras do Centenário é confiada à alta capacidade técnica e administrativa do prof. dr. Elato Silva, competente engenheiro paranaense, e ao Sr. Eugênio José de Sousa, ilustre Secretário da Fazenda e Delegado do Governo junto à C. E. O. C. Tudo foi projetado e está sendo erigido tendo em vista as necessidades e possibilidades futuras do Paraná, como Estado que se destina, sem dúvida alguma, a liderar, muito logo, a economia nacional.

Essas grandiosas obras do governador Bento Munhoz da Rocha Netto, por certo o fixarão nas páginas da história do Paraná, num plano elevado de visão e arrojo, graças à sua inteligência, previdência, capacidade de trabalho e realização.

O imponente conjunto de repartições públicas estaduais, que é o Centro Cívico, está sendo levantado em local alto e aprazível, com linda vista panorâmica da cidade de Curitiba.

O acesso, partindo-se da praça Tiradentes, será feito pela rua Barão do Cerro Azul e pela avenida Candido de Abreu, com 48 metros de largura, tendo uma faixa de rolamento de 18 metros, canalização elétrica subterrânea, arborização e ruas próprias e anexas à avenida, para estacionamento de veículos.

Ocupará um terreno com área aproximada de 300.000 metros quadrados, sendo o espaço a ser coberto pelas construções de 110.000 metros quadrados.

No Centro Cívico será instalada a sede do Governo do Paraná, reunindo-se em seus modernos edifícios, os órgãos dirigentes do Estado: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O bloco arquitetônico compor-se-á dos seguintes edifícios:

- 1 – Palácio Iguaçu (palácio do governo) – 4 pavimentos e
- 2 – Residência do governador, projetos do dr. David Azambuja;
- 3 – Palácio da Justiça – 8 pavimentos, projeto do dr. Flávio Régis do Nascimento;
- 4 – Assembléia Legislativa;
- 5 – Secretarias da Assembléia, projetos do dr. Olavo Redig de Campos;
- 6 – Secretarias de Estado – 30 pavimentos, 80 metros de frente, 22 de fundo e 145 de altura, projeto do dr. Sérgio Roberto Santos Rodrigues;
- 7 – Tribunal Eleitoral e
- 8 – Tribunal do Júri – projetos do dr. Flávio Régis do Nascimento;
- 9 – Casa da Criança – projeto do dr. Edmir D’Ávila.

Além desses magníficos palácios, o Centro Cívico terá uma cúpula de cimento armado, a maior abóboda desse gênero no mundo, pois seu diâmetro será de 52 metros. Nessa cúpula funcionarão a Recebedoria e a Pagadoria do Estado.

Em frente do Palácio Iguaçu construir-se-á um espelho d’água, com 35 metros de largura por 50 metros de comprimento. Afora esse embelezamento, o Centro Cívico terá também uma grande e linda praça, ornada com modernas estátuas simbólicas, e será contornado por uma avenida marginal, destinada ao trânsito de veículos.

A construção desse grupo arquitetônico de gigantescas proporções, que é empreendimento dos mais notáveis da engenharia nacional, obedece às mais modernas técnicas funcionais, a que se juntarão belos e impressionantes detalhes, formando um todo em que estarão reunidas à utilidade das construções, e beleza de traços e harmonia do conjunto, características desse primeiro Centro Cívico do Brasil.

O problema da centralização dos órgãos administrativos do Governo, em instalações belas, condignas e apropriadas, vai ser assim magnificamente resolvido no Estado do Paraná.

O Centro Cívico é empreendimento que se constituirá num imponente marco comemorativo da passagem do 1º Centenário da Província, e legará à posteridade um monumento da capacidade inteligente e fecunda, assinalando a grandeza do Paraná.

O MONUMENTAL Centro Cívico de Curitiba. In Revista Ilustração Brasileira: edição comemorativa do Centenário do Paraná. N.º 224. Rio de Janeiro: P. de Mello (Liv. Papelaria e Litho Typ. Pimenta de Mello), 1953. (p. 192-193)



↑ Foto 04  
Secretaria da Assembleia Legislativa.  
Centro Cívico de Curitiba – 2010

→ Foto 05  
Plenário e Anexo da Assembleia Legislativa.  
Centro Cívico de Curitiba – 2010





governo realizou o empreendimento, a boa situação econômica do estado e capacidade de realização de uma obra funcional, adequada, bela, condigna e apropriada. Foi a arquitetura que materializou e simbolizou, a partir de seus princípios (*utilitas, firmitas e venustas*), a ação política e o contexto social e econômico paranaense. Essa forte associação bastante estudada já considerou o Centro Cívico “marco de referência”, “espaço identitário” ou ainda “espaço de poder” que “consolidou Curitiba como capital e como centro de decisões do Estado” marcando-a “como centro administrativo do Estado”.<sup>7</sup> Aqui, o caráter extrapolou a arquitetura, foi inserido na dimensão urbana e o espaço passou a ser dotado de um significado social, transmitido ao longo do tempo e, assim, adquirindo o valor de monumento. Em 1992 e mediante o Decreto n.º 267, o Centro Cívico transformou-se em Setor Especial Institucional, com padrões e valores de uso do solo especiais.

No universo aqui estudado, a principal diferenciação entre os edifícios ecléticos e modernistas é a mudança de escala – da arquitetura para o urbano. O Paço Municipal, de 1916, realizou uma forte intervenção na região em que foi construído, revitalizando, definindo novos padrões construtivos e, sobretudo, transformando seu caráter. A passagem de Largo do Mercado para Praça Municipal impôs outras funções ao local, inserindo o edifício e seu entorno ao eixo político e econômico da Rua Barão do Rio Branco, que a partir daí passou a abrigar também o Poder

Municipal. A construção do Paço Municipal, como a do Centro Cívico, teve uma influência urbana, porém a escala deste é maior.

O Centro Cívico – a organização, o emprego de novas técnicas e o porte da obra – virou tema de reportagens e dos relatórios oficiais. A mensagem de governo referente ao ano de 1952, por exemplo, apresenta as soluções encontradas para o fornecimento de ferro e cimento e para a contratação de mão de obra especializada, a montagem do canteiro de obras com uma usina de concreto, uma oficina de formas, um setor de dobragem de ferro.<sup>8</sup> Autoridades e personalidades visitaram o canteiro de obras e registraram no “Livro Ouro” sua presença e impressões.<sup>9</sup>

A praça do projeto original do Centro Cívico tem a forma de um quadrilátero, com uma área de 110.000 m<sup>2</sup> (implantação – Figura 04). Situa-se em terreno elevado, a 1.770 m da Praça Tiradentes, ligando-se

8 PARANÁ. Governo. 1953. (p. 147)

9 GONÇALVES, J. M. Z.. Arquitetura Moderna... 2001. (p. 85-86)

↓ Foto 06

Tribunal do Júri. Centro Cívico de Curitiba – 2010



7 GONÇALVES, Josilena Maria Zanella. Arquitetura Moderna no Centenário de Emancipação Política do Paraná: a construção de um marco de referência. São Carlos, 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído). Programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia de São Paulo da Universidade de São Paulo; MUELLER, O. Centro Cívico de Curitiba... 2006; PADILHA, Flávia Tosta; HARDT, Letícia Peret Antunes. O modernismo nos espaços do poder e suas relações com a gestão urbana: reflexões sobre o Centro Cívico de Curitiba – Paraná. Curitiba: sem data. Mimeo.; e BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História (PGHis) da Universidade Federal do Paraná. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8084>. Acesso em 7 de janeiro de 2010. (p. 163)



a ela pela larga Avenida Candido de Abreu. Foi concebida como uma grande esplanada circundada por um jogo de volumes geométricos distintos e afastados entre si, que obedecem a uma composição cuidadosa (com a aplicação do Modulor<sup>10</sup> de Le Corbusier) e setorização precisa: em frente à praça e à Avenida Candido de Abreu está o Palácio Iguaçu; à direita, o conjunto Legislativo, o edifício das Secretarias e a Recebedoria e Pagadoria; e à esquerda, o Judiciário. Seguindo as orientações dos CIAMs, a circulação de pedestres e veículos foi separada, possibilitando com a implantação de volumes soltos uma boa visibilidade do conjunto e acentuando sua monumentalidade (desenhos das fachadas – Figura 04). A imponência do edifício público modernista é mantida, imprimindo por esta característica, unidade ao conjunto. A Figura 04 revela o estudo das fachadas do conjunto do Centro Cívico, realizado pelo arquiteto Oscar Mueller, onde é possível perceber a autonomia e o isolamento de cada edifício – seja pela singularidade formal, seja pelo afastamento dos demais.

O Centro Cívico foi construído parcialmente e seu projeto arquitetônico, alterado. O prazo exíguo, os problemas técnicos e construtivos resultantes de erros de sondagens, de projetos e de cálculos estruturais<sup>11</sup> e, sobretudo, a grande geada do inverno de 1953 foram alguns dos problemas que inviabilizaram sua conclusão. Nos festejos do Centenário da Emancipação Política do Paraná, em 19 de dezembro de 1953, somente a Praça Dezenove de Dezembro foi inaugurada. No ano seguinte ficaram prontos o Palácio Iguaçu, o Pequeno Auditório do Teatro Guaíra e a Biblioteca Pública.

A Avenida Candido de Abreu cortou a esplanada (agora Praça Nossa Senhora da Saete), projetada para uso exclusivo de pedestres.

<sup>10</sup> Sistema de medidas harmônicas baseado nas dimensões funcionais do corpo humano e na seção áurea desenvolvido por Le Corbusier.

<sup>11</sup> “A quase totalidade das falhas resultou da falta de cuidado na execução super-acelerada das obras, algumas das quais mal calculadas e mal projetadas”, segundo Ivo Arzua Pereira, engenheiro-chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário. In PEREIRA, I. A. Comissão Especial... 2008. (p. 69)



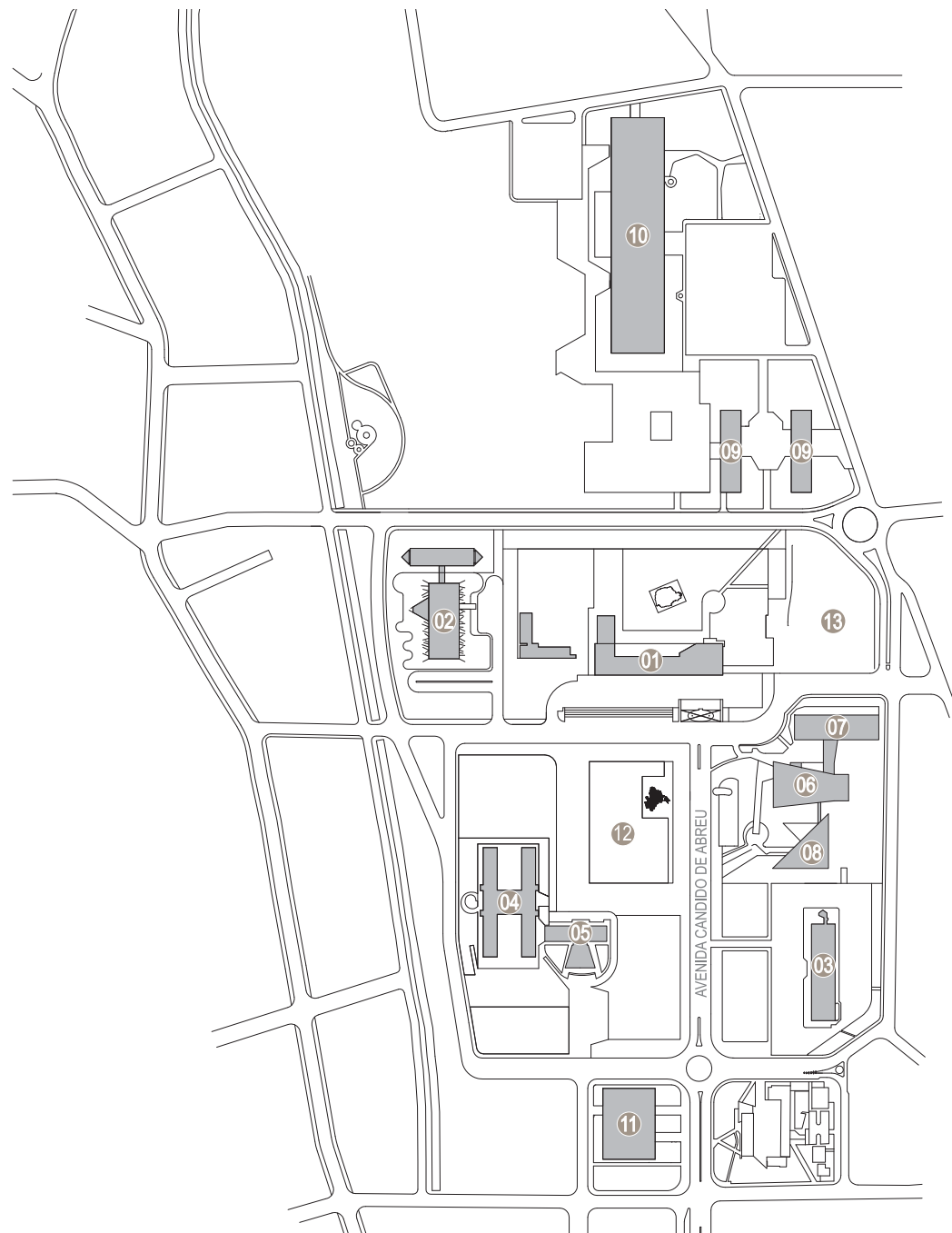
↑ Foto 07

Estrutura para o Fórum, antigo Palácio da Justiça.  
Centro Cívico de Curitiba – 2004

↓ Foto 08

Palácio das Araucárias.  
Centro Cívico de Curitiba – 2010





← Figura 06  
Centro Cívico de Curitiba – implantação em 2000

## CENTRO CÍVICO

implantação em 2000

- 01 palácio iguaçu
- 02 tribunal de contas do estado
- 03 palácio da justiça
- 04 palácio das araucárias
- 05 tribunal do júri
- 06 plenário da assembleia legislativa
- 07 secretaria da assembleia legislativa
- 08 anexo da assembleia legislativa
- 09 secretarias de estado
- 10 edifício presidente castelo branco, depois museu oscar niemeyer
- 11 palácio vinte e nove de março / prefeitura municipal
- 12 praça nossa senhora da salete
- 13 praça do rio iguaçu



No conjunto do Palácio Iguaçu, a Residência Oficial do Governador, apesar de a estrutura ter sido iniciada, foi demolida em 1966.

No Legislativo, o edifício da Secretaria da Assembleia Legislativa foi concluído na década de 1960; o Plenário teve sua obra paralisada e somente foi concluída em 1967, com projeto do arquiteto Edson Klotz; e o Edifício das Comissões não chegou a ser iniciado. Em 1976, o Anexo da Assembleia Legislativa foi inaugurado, projeto dos arquitetos Joel Ramalho Jr., Leonardo Oba e Guilherme Zamoner Neto.

No Judiciário, o Tribunal do Júri foi executado e o Eleitoral não saiu do papel. As fundações do Palácio da Justiça foram feitas, em seguida a obra foi paralisada e retomada como Fórum, momento em que foi erguida sua estrutura em concreto armado. Ocorreu nova interrupção e somente no início dos anos 2000 a obra foi reiniciada, alterando-se seu destino. Em dezembro de 2006 foi inaugurado o Palácio das Araucárias, que abriga algumas secretarias de governo.

O prédio para as Secretarias de Estado foi destinado para o Palácio da Justiça e, por problemas estruturais, teve sua altura reduzida para 12 pavimentos, e a Pagadoria e Recebedoria não foi construída. O conjunto do Judiciário, dessa forma, perdeu a concentração e a setorização do projeto inicial, ficando o Tribunal do Júri e o Palácio da Justiça em lados opostos da Praça Nossa Senhora da Salete.

Além das alterações referidas, alguns edifícios foram incorporados ao Centro Cívico (Figura 06). São eles: a Prefeitura Municipal de Curitiba (1960, projeto de Rubens Meister); o Tribunal de Contas do Estado (1967, de Roberto Luiz Gandofi e José Sanchotene); os Edifícios das Secretarias (1977, de Luiz Forte Netto, Orlando Busarello e Dilva Slomp Busarello) e o Edifício Presidente Castelo Branco (1971, de Oscar Niemeyer).



↑ Foto 09  
Palácio da Justiça. Centro Cívico de Curitiba – 2010



↓ Foto 10  
Prefeitura Municipal de Curitiba.  
Centro Cívico de Curitiba – sem data



↓ Foto 11

Centro Cívico de Curitiba – década de 2000. Em primeiro plano, o Palácio das Araucárias; da esquerda para a direita, o Palácio Iguaçu, o conjunto do Legislativo, o Palácio da Justiça e a Prefeitura de Curitiba







← Foto 13  
Edifícios das Secretarias.  
Centro Cívico de Curitiba – 2011



← Foto 14  
Antigo Edifício Presidente Castelo Branco, atual Museu Oscar Niemeyer.  
Centro Cívico de Curitiba – 2011



↓ Foto 12  
Tribunal de Contas do Estado do Paraná.  
Centro Cívico de Curitiba – 2011



Palácios do Governo





# Palácio da Liberdade

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Residência Leopoldo Ignácio Weiss; depois (1892), Palácio do Governo
Denominação atual	Museu da Imagem e do Som, Palácio da Liberdade
Endereço	Rua Barão do Rio Branco, 399 – Centro
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro Ernesto Guaita
Data do projeto arquitetônico	1870-1890
Data da inauguração	1870-1890
Edifício original	Preservado
Área total construída	700,60 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	02
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	Eclética
Tombamento Estadual	Processo n.º 60/77, Inscrição Tombo n.º 59-II



Em 24 de outubro de 1890, a Fazenda Nacional adquiriu de Leopoldo Ignácio Weiss, engenheiro dos Correios e Telégrafos, um sobrado, situado na Rua da Liberdade, por quarenta contos de réis – verba concedida pelo Ministério do Interior e que incluía a mobília da residência.<sup>1</sup> Em julho de 1891, pelo Aviso n.º 2199 do Ministério do Interior, o edifício foi transferido para o Governo do Estado. Não houve inauguração devido ao momento conturbado, e sua ocupação foi consumada somente com Francisco Xavier da Silva em 1892.<sup>2</sup>

O edifício, projetado pelo engenheiro Ernesto Guaita, foi construído entre 1870-1890 e trata-se

de uma casa de sobrado sita a rua da Liberdade, desta cidade, com cento e doze palmos de frente contendo no pavimento terreo uma porta, dous portões e seis janellas, com muro de extensão de oitenta e oito palmos de terreno, e no pavimento superior, três portas e quatro janellas e com fundos correspondentes e mais bemfeitorias.<sup>3</sup>

O Palacio do Governo, também na avenida Liberdade, um pouco adiante do Congresso, mas do lado opposto, não é grande, é mesmo menor que o de Santa Catarina, mas está inteiramente em harmonia com as instalações officaes no seu conjuncto, tem aspecto patricio e grave, no estylo Renascimento, uma soberba fachada para a rua, e internamente está decorado com toda a propriedade e gosto.<sup>4</sup>

A composição elaborada e luxuosa da Residência Weiss se destacou no cenário

1 1º TABELIÃO. 1912. Escripura de venda da uma casa de sobrado que fazem o Doutor Leopoldo Ignácio Weiss e sua mulher a Fazenda Nacional, pela quantia de quarenta contos de Réis, em 24 de outubro de 1890. Curitiba, 10 de abril de 1912. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) – Pasta 20.

2 LACERDA, Maria Thereza B. O antigo Palácio do Governo. Curitiba: Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná da Secretaria da Cultura e do Esporte, 1983. 11p. datilografado. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura). (p. 1-2)

3 1º TABELIÃO. 1912. Escripura de venda... 1912.

4 DIAS, Arthur. O Brazil Actual. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. (p. 389)

← Foto 01

Palácio do Governo. Curitiba – década de 1930

de construções acanhadas do último quartel do século XIX. Concebida em bloco único, volume compacto bem plantado no terreno, possui sua fachada tripartida, com a porção central marcada pela presença de um balcão que se estende por três vãos. Abaixo deste, o acesso principal ladeado por duas janelas; acima, as três aberturas do principal cômodo da residência. A tradicional implantação no alinhamento do terreno foi mantida, no entanto, incorporando uma tendência em construções mais sofisticadas, houve um afastamento dos limites laterais. O recurso quebra o continuísmo das fachadas e permite a presença de jardins laterais, os quais valorizam a composição e facilitam a circulação de ar e a insolação – preceitos higienistas que mais tarde seriam impostos pela legislação. Nos dois extremos, são encontrados portões de acesso, sendo que à direita uma galeria está presente nos dois pavimentos: no térreo, definida por arcada lateral, e no sobrado, formando uma generosa sacada, protegida por cobertura leve.

O porte, os dois pavimentos e a riqueza ornamental contribuíram para a imponência da construção. A composição apresenta o clássico recurso de rustificação no térreo, proporcionando solidez ao conjunto. Houve maior concentração ornamental no pavimento superior, andar nobre onde se localizavam os ambientes de sociabilidade: sala de estar, de jantar e gabinete. A fachada indicou explicitamente tal hierarquia, com a valorização do balcão central com guarda-corpo balaustrado, sustentado por quatro modilhões e apresentando três portas com arco pleno, molduras elaboradas e intermediadas por colunas coríntias engastadas. Nas laterais, os conjuntos, com duas aberturas cada, possuem molduras no sobrado, com sobrevergas em frontão curvo e ladeadas com colunas coríntias, de menor porte que as descritas anteriormente; no térreo o tratamento simplifica-se, destacando-se apenas a pedra de fecho com figura humana.

Internamente, no térreo a distribuição de ambientes é realizada por uma circulação central que intermedeia o acesso principal e o vestíbulo, ao fundo,

com escadaria elaborada que dá acesso ao pavimento superior. Ao longo deste corredor, encontram-se os demais ambientes. No sobrado, salões mais generosos interligados por grandes aberturas se sucedem, proporcionando amplitude e continuidade espacial e enriquecendo o pavimento mais nobre.

Ernesto Guaita, engenheiro militar italiano radicado em Curitiba desde 1875, foi autor, no período, de importantes projetos, entre os quais o do Palácio do Congresso, demonstrando em todos uma sólida formação acadêmica.<sup>5</sup> O conjunto apresenta a simetria como um princípio compositivo e seu porte (com dois pavimentos, grande área construída e inúmeros ambientes) e repertório ornamental confirmam, com sobriedade e elegância, qualidade e modernidade arquitetônicas, estruturadas dentro dos parâmetros formais vigentes. Tais características permitiram seu uso como sede do Executivo estadual, considerando o período de raríssimas obras oficiais e poucas verbas. No entanto, nos relatórios de obras públicas consultados constam, ao longo dos 45 anos de utilização como Palácio do Governo, inúmeras intervenções e adaptações, além constantes pareceres sobre a exiguidade do espaço.<sup>6</sup>

5 Outros projetos de sua autoria: a Sociedade Garibaldi, o edifício da Carlos Gomes, depois Liceu de Artes e Ofícios, a residência de Manoel de Macedo (ervateiro), Banco Pelotense (Marechal Deodoro esquina com Monsenhor Celso), o prédio neogótico da Rua XV esquina com Marechal Floriano, a Vila Grotzner na Av. Anita Garibaldi. Autor do “Plano da Cidade Nova” – alteração do traçado da Travessa da Matriz, hoje Rua Monsenhor Celso, que passou a desembocar na Praça Carlos Gomes. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Passeio Público: primeiro parque público de Curitiba. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 28, n. 126, mar. 2001. (p. 6-11); MIO, João de. Centenário da Elevação da Província do Paraná 1853-1953. Contribuição do imigrante italiano para o seu progresso. In Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. v. 6. Curitiba (p. 48-49) e FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Roteiro 3: Rua XV de Novembro. Trilhas da cidade da gente. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Secretaria Municipal da Educação, 2007.

6 PARANA. 1899. Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado do Paraná, pelo Engenheiro Civil Cândido Ferreira de Abreu, Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de Dezembro de 1899. Curitiba: Typ. a vapor Novo Mundo, 1899, (p. 22) e PARANA. 1901. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretário d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização em 31 de Dezembro de 1901. Curitiba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1901, (p. 20), por exemplo.



↓ Foto 02

Parte central (*motif milieu*) da fachada frontal do antigo Palácio do Governo, hoje Museu de Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010



→ Foto 03

Detalhe da porta principal do antigo Palácio do Governo, hoje Museu de Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010





### Palacio do Governo

Já está concluída a construção de um muro de tijolos em todo o limite do terreno, com alicerces de pedra, assim como uma estribaria com quatro baias e duas dependências, calçada com paralelepípedos, parte de pedra, parte de madeira, um barracão de 26 metros de comprimento por 8 de largura, para depósito de carros e do automóvel, com quartos para os cocheiros e para depósito de arreamentos, uma estribaria para os animais dos soldados em serviço, a calçada de pedra em volta daquela estribaria e parte da necessária na frente do barracão, os condutores para as águas pluviais e de limpeza das estribarias, grande parte da casa da guarda, demolição do antigo depósito de carros e da casa da guarda e remoção de materiais. No próprio edifício do Palácio houve um acréscimo com a construção para os fundos e na parte superior, de três quartos, cozinha e varanda envidraçada, sendo também aproveitada a antiga copa para aumentar a sala de jantar e transformada em uma só as salas que davam entrada ao salão nobre; além disso foram abertas algumas portas internas, instalado um novo fogão e reforçado o madeiramento superior do edifício. estão em andamento as construções

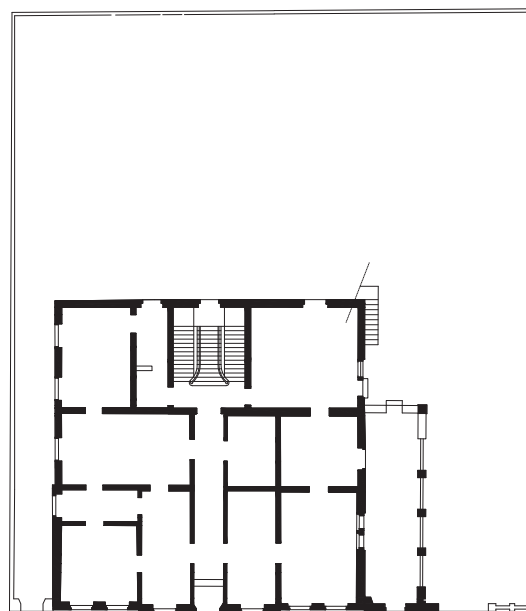
complementares às já executadas e pintura geral do edifício, já tendo sido dispendida com tais obras a quantia de 28:819\$529.<sup>7</sup>

O edifício, tombado pelo Patrimônio Estadual e considerado uma Unidade de Interesse de Preservação (UIP) municipal, abrigou o Palácio do Governo até 1937, quando este foi transferido para outra residência, da Família Garmatter, no Alto São Francisco. Em seguida foi ocupado pela Chefatura de Polícia, pela Secretaria do Interior e Justiça. Em 1989, passou a abrigar o Museu da Imagem e do Som.

7 PARANA. 1908. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação – Anno de 1907. Em 14 de janeiro de 1908. Curitiba: Oficinas de Artes Graphicas de Adolpho Guimarães, 1908. (p. 71-72)

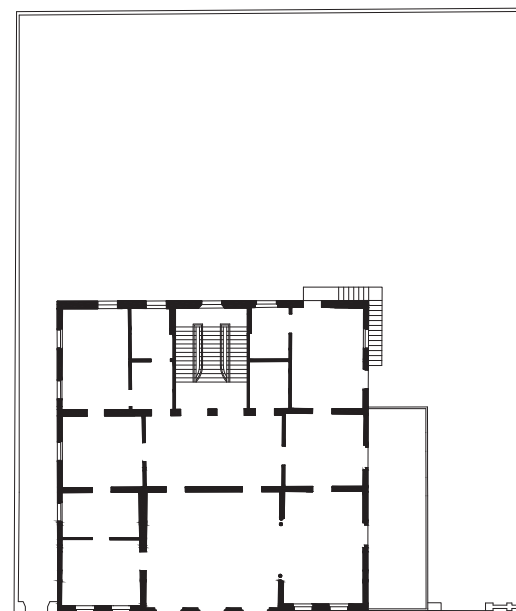


◀ Foto 04  
Detalhe da pedra de fecho com máscara nas janelas do térreo e dos consolos das colunas endossadas do pavimento superior do Museu da Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010



pavimento térreo

0 2 4 m



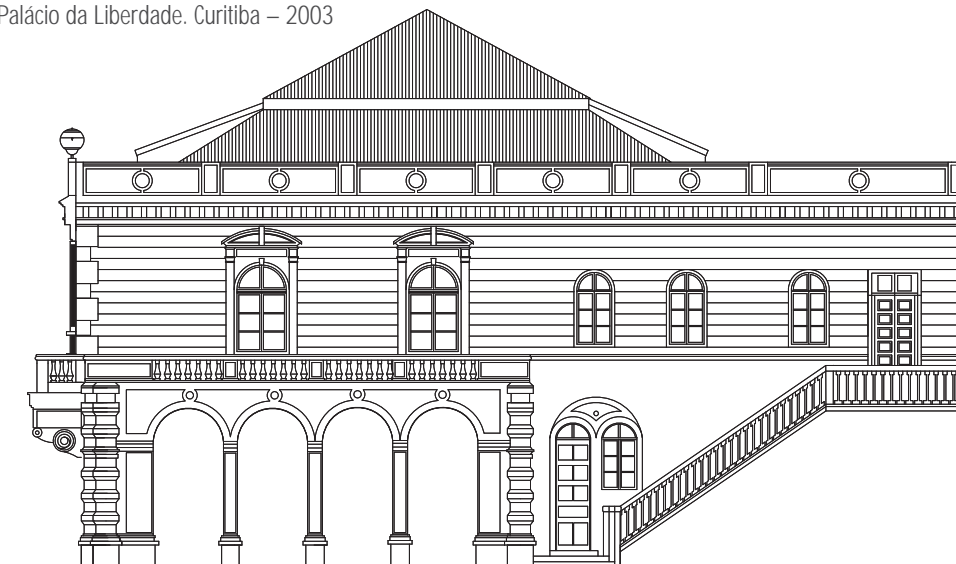
primeiro pavimento

← Figura 01  
Plantas dos pavimentos térreo e superior  
do Palácio do Governo. Curitiba – 1905

→ Foto 05  
Fachada frontal do antigo Palácio do Governo,  
hoje Museu de Imagem e do Som do Paraná.  
Curitiba – 2010

↓ Figura 02

Fachadas frontal e lateral direita do Palácio da Liberdade. Curitiba – 2003









# Palácio São Francisco

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Palacete Julio Garmatter; depois (1938) Palácio do Governo
Denominação atual	Palácio São Francisco
Endereço	Rua Dr. Kellers, 289 – Alto São Francisco
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro-arquiteto Eduardo Fernando Chaves
Data do projeto arquitetônico	1928
Data da inauguração	1929
Edifício original	Ampliado
Área total construída	1.538,16 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	02 + sótão e porão
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	
Tombamento Estadual	Processo n.º 02/87, Inscrição Tombo n.º 87-II

Em 1929, o governo anunciou a compra de “uma vasta área de terras na Praça Santos Andrade, em frente á Universidade do Paraná” para a construção de um novo Palácio do Governo.

O actual edifício está em más condições, tornando-se, desta fôrma, necessaria a construcção do novo Palacio do Governo, com dependências apropriadas e condignas ao funcionamento do Poder Executivo, obedecendo moderna architectura e que estylise motivos regionais.<sup>1</sup>

Mesmo reconhecendo a necessidade de uma nova sede, o governo não conseguiu levar a cabo a edificação do novo palácio. A exiguidade do espaço do Palácio da Liberdade fez com que, quase uma década depois, em 1938, o interventor Manoel Ribas convencesse o amigo, empresário e pecuarista, Julio Garmatter, a vender sua residência no Alto São Francisco.

1 PARANÁ. Governo. 1929. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1929. Curitiba, 1929. (p. 114)

↙↘ Fotos 06 e 07

Palacete Garmatter. Curitiba - década de 1930



Determinamos a aquisição de moderno edifício, para a instalação do Palácio do Governo, o que foi feito pelo valor de quatrocentos contos de réis. Trata-se de um prédio de ótima construção, situado no centro de amplo terreno, onde já foram construídas as demais instalações necessárias, cujo custo de elevou a Rs. 46:450\$000.<sup>2</sup>

Com cerca de 1.500 m<sup>2</sup>, mais que o dobro da área do então Palácio do Governo, o Palacete de Julio Garmatter possuía sofisticação formal, apuro construtivo e localização privilegiada. O imponente edifício situado em local elevado foi projetado e construído em 1928 pelo engenheiro Eduardo Fernando Chaves, tendo como modelo a Casa Rasch do arquiteto berlinense Hermann Muthesius, em Wiesbaden, Alemanha, datada de 1913 e apresentada no livro *Landhäuser von Hermann Muthesius*, de

2 PARANÁ. Governo. 1939. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1939. (p. 8-9)

↓ Foto 08

Palacete Garmatter. Curitiba - década de 1930



1922.<sup>3</sup> “Despojado, austero, conciso e hábil na expressão de um vocabulário clássico”, “um aparato funcional, tendo suas opções formais justificadas por uma resposta aos imperativos físicos existentes e não a preconceitos de forma”, segundo Humberto Mezzadri.<sup>4</sup>

No período da aquisição do imóvel, o Poder Executivo protagonizava intensa atividade construtiva, espalhando por todo o estado edifícios administrativos, escolas, cadeias e fóruns, executados segundo projetos arquitetônicos padronizados e filiados ao *art déco* (seguindo a tendência nacional da arquitetura pública da Era Vargas). A racionalidade e a economia construtiva, o atendimento a programas elaborados segundo demandas científicas e higienistas e o compromisso de levar a todos os serviços públicos eram valorizados e materializados nas linhas austeras e geométricas que se distanciavam da agora considerada excessiva ornamentação eclética.

A nova sede do Palácio do Governo confirma tal ruptura, uma vez que apresenta características muito distintas da anterior. Em primeiro lugar, situa-se em local afastado do coração econômico e político, a Rua Barão do Rio Branco. A implantação no centro de um amplo terreno permitiu maior privacidade aos moradores, ao mesmo tempo em que possibilitava boa visibilidade do edifício. A solução formal continha a marca do novo e da sofisticação, imponência e austeridade necessárias à sede do Executivo. Dessa forma, foi possível a utilização de uma residência de alto padrão para um palácio de governo.

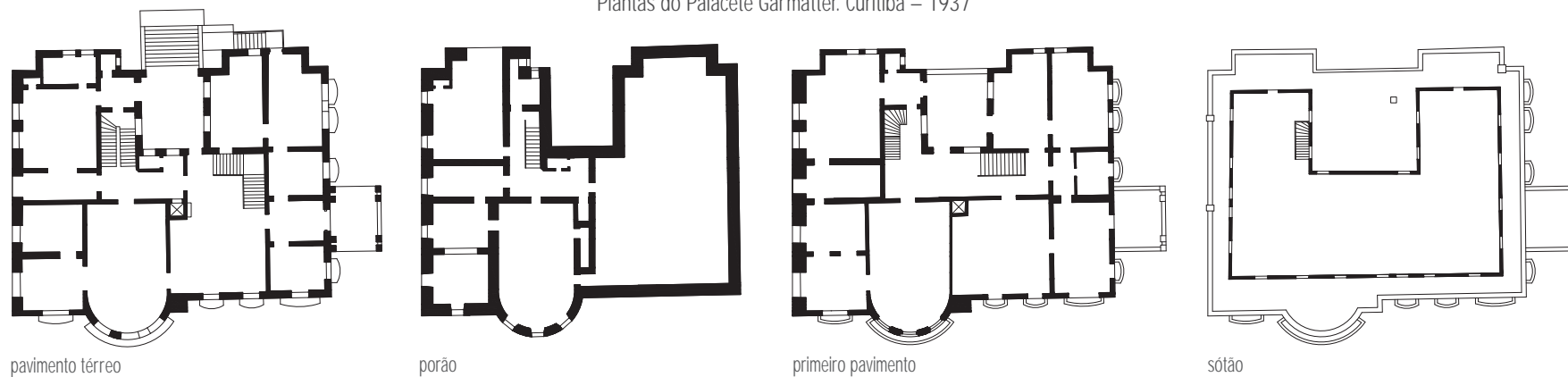
Elaborada para atender ao padrão de vida de uma família sofisticada, a planta possuía ambientes internos amplos e ricamente ornamentados.

3 *Landhäuser von Hermann Muthesius. Ausgeführte Bauten mit Grundrissen, Gartenplanen und Erläuterungen. Zweite ergänzte Auflage. München: F. Bruckmann A. G., 1922.*

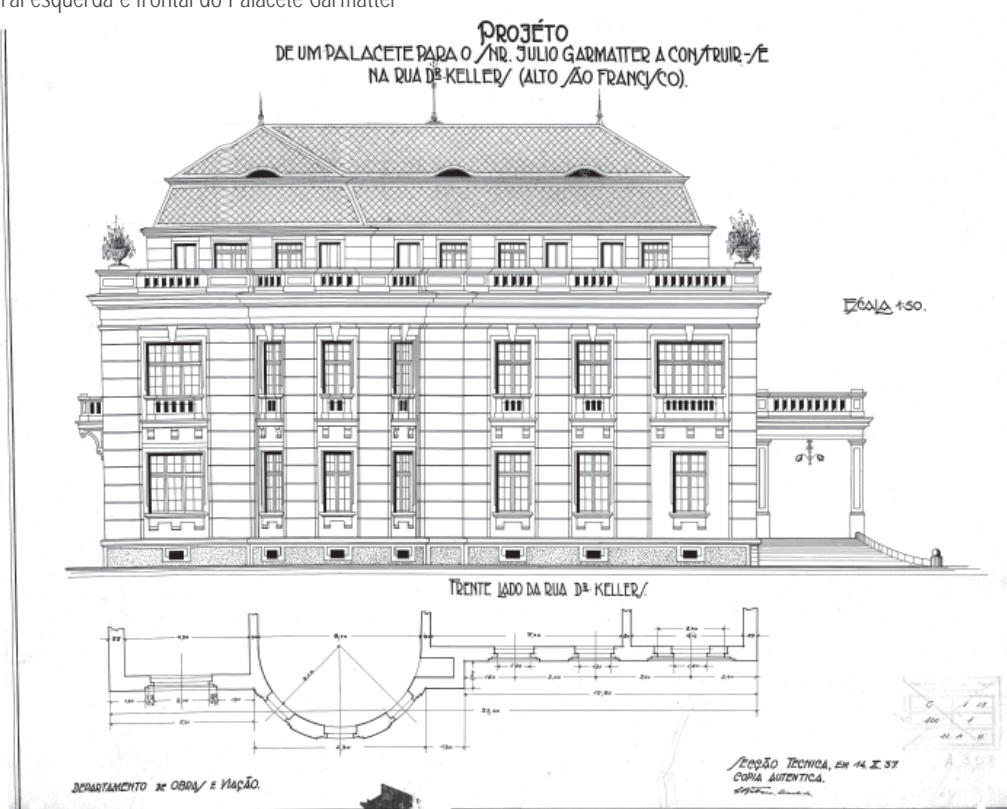
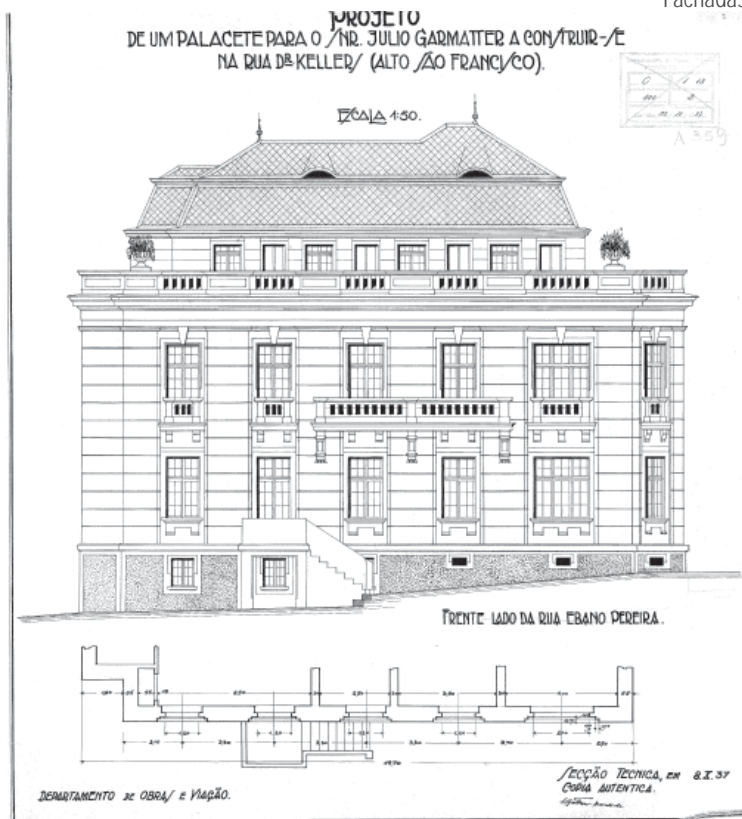
4 MEZZADRI, Humberto. Uma casa de Hermann Muthesius em Curitiba. Texto apresentado no Congresso do Docomomo Sul. Curitiba, 2006. 18 p.



↓ Figura 03  
Plantas do Palacete Garmatter. Curitiba – 1937



↓ Figura 04  
Fachadas lateral esquerda e frontal do Palacete Garmatter



O conforto foi a tônica da construção que desde sua inauguração já contava com um monta-carga e sistema de aquecimento de água. Não foi difícil, portanto, a passagem de uso residencial para institucional.

A sede do governo estadual permaneceu no palácio do Alto São Francisco até 19 de dezembro de 1954, quando foi transferida para o então recém-inaugurado Palácio Iguaçu, no Centro Cívico de Curitiba. O edifício abrigou o Tribunal Regional Eleitoral até 1987, data em que foi restaurado e destinado ao Museu de Arte do Paraná e, em 2002, ao Museu Paranaense.



→ Foto 09  
Detalhe da janela  
no pavimento superior  
do Museu Paranaense.  
Curitiba – 2009

← Foto 10  
Detalhe  
da fachada frontal  
do Museu Paranaense.  
Curitiba – 2009





# Palácio Iguaçu

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Palácio Iguaçu
Denominação atual	Palácio Iguaçu
Endereço	Praça Nossa Senhora da Salete, s/n.º – Centro Cívico
Autor do projeto arquitetônico	Arquiteto David Xavier Azambuja
Data do projeto arquitetônico	1951-1952
Data da inauguração	19 de dezembro de 1954
Edifício original	Ampliado
Área total construída	13.950,40 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	4 + 1 subsolo + 2 pavimentos intermediários
Técnica construtiva	Concreto armado
Tipologia da planta	Blocos agrupados
Linguagem Formal	Modernista
Tombamento Estadual	

↓ Foto 11  
Vista aérea do Palácio Iguaçu. Curitiba – década de 2000



O Palácio Iguaçu foi projetado pelo arquiteto David Xavier Azambuja, então professor da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, dentro da proposta da criação de um Centro Cívico de Curitiba. A denominação Iguaçu – em Tupi-Guarani, água grande – homenageia o rio de mesmo nome, que possui suas nascentes junto à capital, atravessa o território do estado e tem em sua foz as cataratas, importante atração turística.

Como já destacado, a construção do Centro Cívico e do Palácio Iguaçu foi notícia constante dos periódicos e tema de publicações na década de 1950, assim como marcou presença nos relatórios oficiais

É de estilo brasileiro contemporâneo e tem a aparência de uma imensa caixa retangular de cristal, suspensa em corpo avançado sobre colunas de mármore branco recuadas, que a atravessam até a laje de cobertura, formando assim as duas marquises que limitam o grande vitral: uma aos 6,50m de chão, protegendo o desembarque e embarque de passageiros de automóveis, e outra, aos 21,50m, abrigando o Grande Balcão; abaixo do Grande Balcão, com um recuo de 4,50m das colunas, assentando essa imensa caixa de cristal sobre a parede frontal um pedestal corrido com 105m de granito polido “ouro velho”, na qual se encontram três portais emoldurados de granito apicoado, com as dimensões de 5m de altura por 3,5m de largura, sendo que o central ostenta ao cimo a palavra “Iguaçu”, ladeada pelos Escudos da República e do Estado. Interiormente o grande vitral de cristal, com 109,50 x 15m, que abrange toda a fachada sul do Edifício, expõe o impressionante quadro vivo que é a vista do centro da Cidade de Curitiba, com a ampla Avenida Candido de Abreu que dá acesso ao centro cívico, o monumento do centenário, a catedral metropolitana, e dezenas de arranha-céus que disputam a primazia da altura.<sup>1</sup>

O cuidado no projeto arquitetônico começa na inserção do Palácio Iguaçu no conjunto do Centro Cívico, com posição centralizada, de frente à esplanada e à Avenida Candido de Abreu, eixo de ligação com o centro

<sup>1</sup> PARANÁ. 1955. Relatório do exercício de 1954 da Comissão Especial de Obras do Centenário, encaminhado pelo Engenheiro Ivo Arzua Pereira ao Governador Bento Munhoz da Rocha Netto em 1º de março de 1955. In PEREIRA, Ivo Arzua. Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná – CEOC (Lei Estadual n.º 674, de 29/08/51) – Síntese Histórica. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2008. (p. 35)



da cidade. Como sede do Poder Executivo, sua implantação demonstra a liderança exercida no contexto republicano. A composição é marcada pela horizontalidade, acentuada, como destaca o Memorial Descritivo, pela colocação do edifício em um plano mais alto que a praça e pela presença de uma grande escadaria que vence tal desnível. Como partido, é um grande paralelepípedo suspenso por pilotis monumentais e marcado na sua face frontal pela definição de suas bordas, que formam uma moldura para um grande painel de vidro, o “grande vitral de cristal”<sup>2</sup> que mede 109,50 x 15 m. A superfície de vidro traz leveza ao conjunto e representa, para a década de 1950, um grande avanço técnico-construtivo, com seus 1.642,50 m<sup>2</sup> de fachada livre da presença da estrutura de concreto armado, como preconizava as orientações modernistas. Ao mesmo tempo em que devido à sua situação e pela transparência do vidro, o Palácio do Governo se abre para o Centro Cívico e para a cidade, mostrando e demonstrando sua presença e sua importância, torna-se onipresente acompanhando simbolicamente tudo o que acontece na cidade e refletindo *o impressionante quadro vivo que é a vista do centro da Cidade de Curitiba*.

O *pequeno balcão de mármore* do gabinete do Governador é o único elemento que se sobressai nesse pano de vidro. Está estrategicamente posicionado no alinhamento da Avenida Candido de Abreu e se remete aos antigos parlamentos, onde os governantes discursavam para os cidadãos.

As referências às regras e aos elementos mais arraigados da arquitetura são constantes: a sequência de pilotis, que se impõem na composição mesmo quando estão atrás da superfície de vidro, e as fortes linhas horizontais do grande balcão e da cornija inspiram-se nas ordens da Antiguidade.

O programa é dividido por atividades de representação – nobre, de administração e de serviços de apoio, setorizadas por pavimento. Nos dois

primeiros pisos estão localizados os salões e ambientes que recebem visitantes e autoridades e, por isso, apresentam maior apuro formal. Nos pavimentos intermediários localizam-se as salas de apoio e nos dois últimos, o administrativo. A delimitação é precisa e funcional, deixando para a face voltada para a Avenida Candido de Abreu, lado sul, as circulações internas, de onde os usuários podem admirar o “quadro vivo” da cidade, e para o norte, os ambientes de maior permanência. A racionalidade foi, portanto, o fio condutor da solução arquitetônica, que não deixou de lado a imponência necessária à sede do Governo estadual.

↓ Foto 12  
Palácio Iguaçu. Curitiba – 1969



2 PEREIRA, Ivo Arzua. Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná – CEOC (Lei Estadual n.º 674, de 29/08/51) – Síntese Histórica. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2008. (p. 35)

## Composição do Palácio do Governo

**PARTE ESTÉTICA:** Tendo em vista a composição plástica do Centro Cívico, coube ao Palácio do Governo, devida a sua relação com a Avenida Cândido de Abreu e os demais edifícios que compõem o Centro Cívico, uma linha de predominância horizontal. Esta linha foi marcada de maneira preponderante não só pela grande escadaria diante do Palácio, como também pelas linhas horizontais do grande balcão e do ornamento, que não é perturbada pelas saliências usuais da casa de máquinas dos elevadores e caixas d'água. Existirá na fachada, um pequeno balcão de mármore, que se sobressai nesta grande fachada envidraçada. Ainda criando uma harmonia de contraste para compensar a impressão de leveza que nos dá a grande fachada envidraçada do Palácio, haverá nesta fachada principal, uma parte inteiramente fechada correspondente à residência do Governador. Há ainda uma parte fechada no lado oposto e no primeiro pavimento, contendo um grande mural de mosaico. O mastro de bandeira e seu apoio constituem uma só peça de bronze colocadas à altura do grande balcão. Na fachada norte ainda notaremos a predominância da linha horizontal.

**PARTE FUNCIONAL:** O Palácio do Governo compor-se-á de dois blocos distintos: a) Palácio do Governo propriamente dito e a Residência do Governo, tendo como complemento a residência para hóspedes ilustres. Funcionalmente o bloco correspondente ao Palácio do Governo, apresenta o maior volume. Considerando-se o clima de Curitiba, a melhor orientação para construções, é a norte. Por esse motivo foi criada uma planta que orienta para aquele ponto cardinal a quase totalidade das salas do edifício, ficando para a parte sul apenas a circulação horizontal, na parte administrativa do prédio. A fachada envidraçada nestes corredores faz desaparecer a impressão dos seus comprimentos. O Palácio do Governo terá quatro pavimentos:

**1º pavimento:** Notaremos neste pavimento duas partes distintas, a primeira do Palácio do Governo, propriamente dita e a segunda da Casa Militar. Na primeira encontraremos o grande hall de entrada, ricamente ornamentado com altas colunas de mármore paranaense; um belíssimo painel de autoria do escultor H. Cozzo, executado em arenito, representando as forças vivas de produtividade do Paraná; e a ainda uma grandiosa e magnífica escada, toda revestida de mármore extraídos das jazidas deste grandioso e rico Estado, a Capela, e a parte funcional: portaria, protocolo, etc. Na Casa Militar serão localizadas a sala do oficial de dia, e as demais dependências do corpo de guarda, incluindo um ginásio coberto. Ainda na Casa Militar, no pavimento

intermediário, serão localizados o almoxarifado geral, as oficinas e os dormitórios para elementos das caravanas de hóspedes ilustres.

**2º Pavimento:** Além de acesso pelos elevadores, a esse pavimento existirá uma escada monumental ligando o hall de entrada com a galeria nobre. Por essa galeria se terá acesso ao Salão Nobre do Palácio, assim como a dois outros salões de recepção. Na outro extremo existirá uma ante-sala do salão de banquetes, uma sala destinada aos almoços íntimos e o grande salão de banquetes com as demais instalações necessárias.

**3º Pavimento:** Nesse pavimento se localizará a parte destinada essencialmente ao Governador, suas casas Civil e Militar. Haverá também uma grande sala de espera, três salas de recepção, salão de despachos, sala privativa do Governador, dos oficiais de gabinete, e demais dependências. Nas casas Civil e Militar serão localizadas salas de recepção, de trabalho do chefe e sub-chefe, secretárias, arquivos e outras salas necessárias aos serviços e funcionários. Ainda nesse pavimento existirá um pequeno restaurante para os serventuários do Palácio, assim como um salão de almoço, para o Governador e seus auxiliares.

**4º Pavimento:** O quarto pavimento será destinado para a instalação da Secretaria de Estado do Palácio, que compor-se-á de um salão de recepção, o gabinete do Secretário, sala para outros oficiais de gabinete, secretária, protocolo, pagadoria, arquivo, sala das comissões e dos assessores técnicos.

No oeste do edifício do Palácio do Governo teremos um centro de comunicação do Estado, e também um auditório privativo do Palácio. Aquele centro de comunicações do Estado permitirá ao Governo do Paraná, uma rápida interligação com todo o território estadual, através do mais moderno sistema de rádio comunicação, o que facilitará sobremaneira a instantânea e eficiente ação governamental, onde ela se torne necessária. Esta inovação que será executada pelo novel Serviço de Telecomunicações do Estado do Paraná é mais um grandioso empreendimento do Governador Munhoz da Rocha.

Memorial Descritivo do Palácio Iguçu. In RATTON (org.). CC - Revista sobre as obras do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Joinville: Impressora Ipiranga Ltda., s/d.

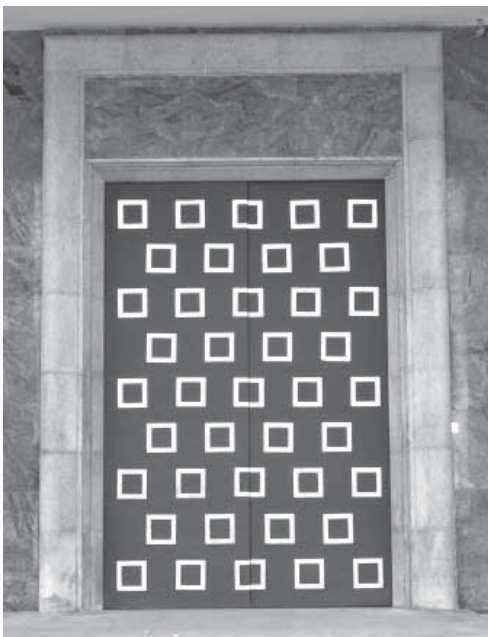


↓ Foto 13

Vista aérea do Palácio Iguaçu. Curitiba – década de 2000







← Foto 14  
 Detalhe de porta frontal do Palácio Iguaçu. Curitiba – 2011

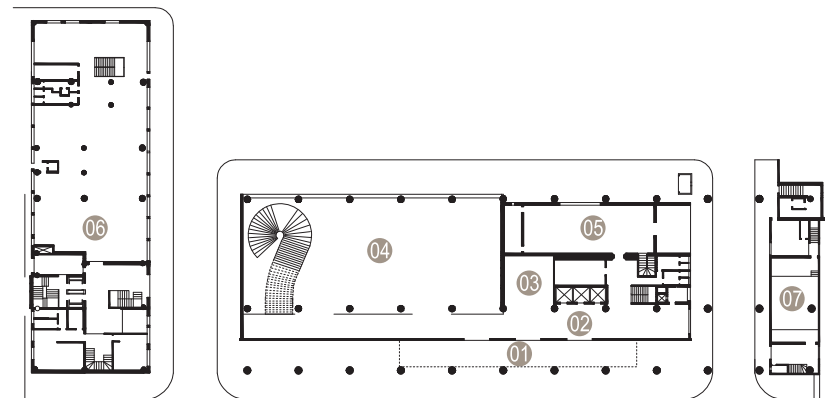
↗ Foto 15  
 Circulação interna do Palácio Iguaçu  
 voltada para a Praça Nossa Senhora da Salete. Curitiba – 1969

↗ Foto 16  
 Escadaria de acesso ao primeiro pavimento do Palácio Iguaçu.  
 Curitiba – sem data



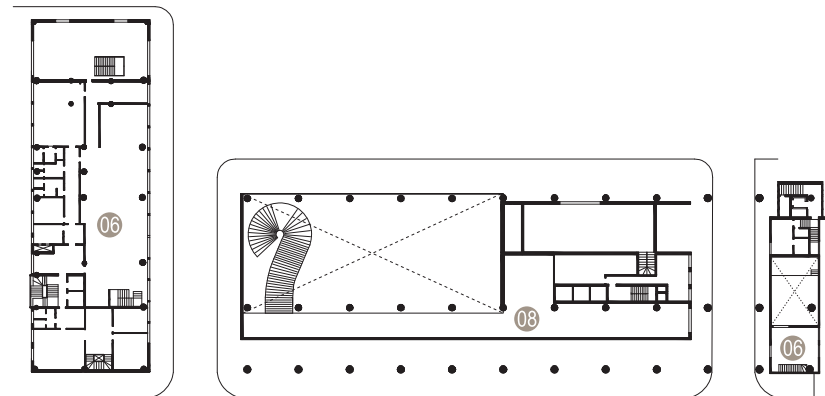
## PALÁCIO IGUAÇU

- 01 área coberta
- 02 vestíbulo
- 03 recepção
- 04 saguão
- 05 capela
- 06 apoio administrativo e/ou serviços
- 07 auditório
- 08 circulação
- 09 salão vermelho
- 10 cozinha
- 11 salão de inverno
- 12 petit
- 13 salão nobre
- 14 salão dos governadores
- 15 salão pé-de-cachimbo
- 16 terraço
- 17 gabinete do governador



pavimento térreo

0 10 20 m

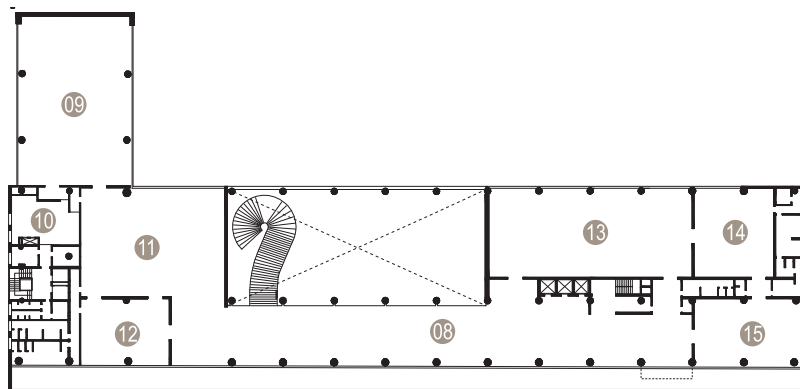


primeiro pavimento intermediário

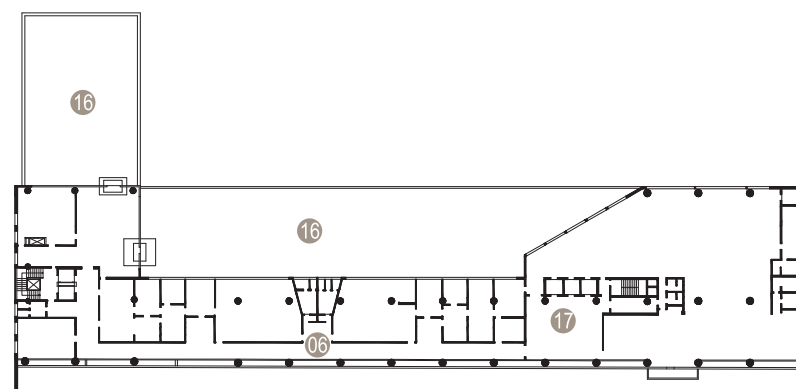
PALÁCIO IGUAÇU	ÁREA	FUNÇÃO
Subsolo	639,90 m <sup>2</sup>	Serviço
Térreo	3.444,50 m <sup>2</sup>	Nobre
Pavimento intermediário 01	999,70 m <sup>2</sup>	Serviço
1º Pavimento	2.732,60 m <sup>2</sup>	Nobre
Pavimento intermediário 02	1.186,00 m <sup>2</sup>	Serviço
2º Pavimento	3.061,30 m <sup>2</sup>	Administrativo
3º Pavimento	1.886,40 m <sup>2</sup>	Administrativo
Área total	13.950,40 m <sup>2</sup>	

↗ Foto 05  
 Plantas do Palácio Iguaçu. Curitiba – 2007

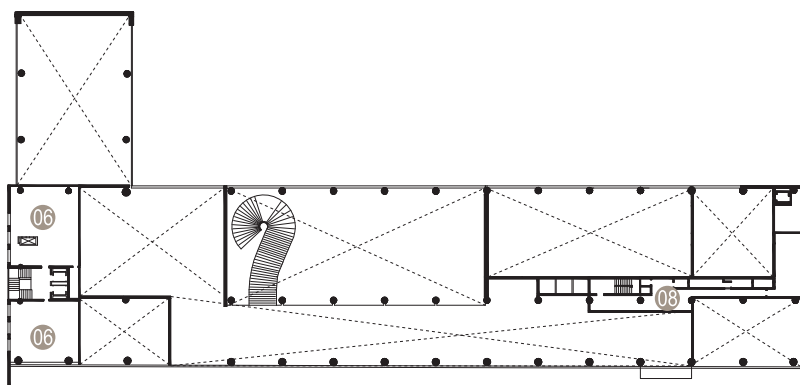
→ Foto 06  
 Fachada frontal do Palácio Iguaçu. Curitiba – 1952



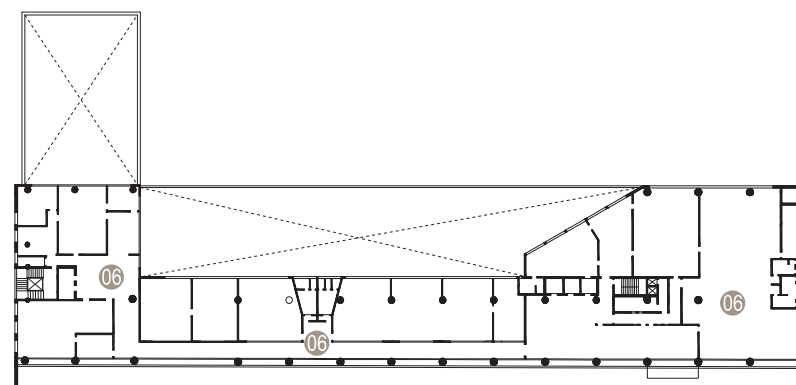
primeiro pavimento



segundo pavimento



segundo pavimento intermediário



terceiro pavimento



↓ Foto 17  
Palácio Iguaçu. Curitiba – 1969







← Foto 18

Detalhe do pequeno balcão de mármore  
do gabinete do Governador do Palácio Iguaçu. Curitiba – 2011

↓ Foto 19

Salão Nobre no primeiro pavimento do Palácio Iguaçu. Curitiba – sem data



## Paço da Liberdade

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Paço Municipal
Denominação atual	Paço da Liberdade (desde 1948)
Endereço	Praça Generoso Marques, s/n.º – Centro
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro Candido Ferreira de Abreu
Data do projeto arquitetônico	1913
Data da inauguração	24 de fevereiro de 1916
Edifício original	Preservado
Área total construída	2.103,70 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	03
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos e concreto armado
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	<i>Art Nouveau</i>
Tombamento Estadual	Processo n.º 222-06/64, Inscrição Tombo n.º 06-II
Tombamento Federal	17 de outubro de 1984, Inscrição Livro Tombo das Belas Artes, volume 2, do IPHAN n.º 564

→ Foto 20

Paço da Liberdade. Curitiba – 2009

Com a República, foi promulgada, em 7 de abril de 1892, a Constituição Estadual do Paraná, que estabelecia “[...] o governo municipal é delegado a uma corporação deliberante, com a denominação de Câmara Municipal e a um cidadão encarregado das funções executivas, denominado prefeito.” Ainda determinava “[...] as câmaras municipais compor-se-ão de tantos membros, denominados camaristas, quantos forem fixados por lei, tendo-se em vista a importância e população de cada município”. Definia também “[...] as Câmaras serão eleitas por sufrágio direto do povo, bem como a eleição do prefeito se fará juntamente com a da Câmara Municipal”.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> PARANÁ. 1892. Constituição Política. Leis e regulamentos. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1892. (p. 13-14)



O engenheiro Candido Ferreira de Abreu foi o primeiro prefeito eleito de Curitiba (1892-1894), sob a égide republicana.

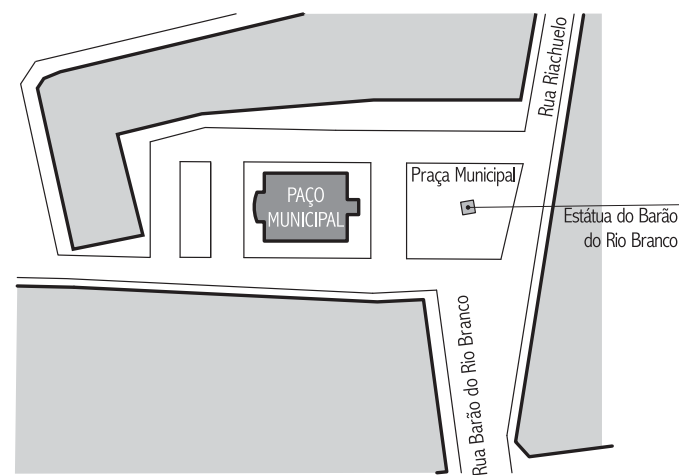
Desde então, o Poder Executivo ocupou junto com a Câmara Municipal vários imóveis alugados. A necessidade de uma sede própria ganhou força na segunda administração de Candido de Abreu (1913-1916), momento em que realizou uma significativa intervenção urbana, estruturada no melhoramento e embelezamento de Curitiba, implementando o alargamento e calçamento de ruas, a remodelação e o ajardinamento de praças e do Passeio Público, a regulamentação das atividades e dos serviços e a construção de belvederes e do Paço Municipal.

Inicialmente previsto para a Praça Santos Andrade, o Paço foi transferido para o Largo do Mercado, próximo à Praça da Matriz.<sup>2</sup> A escolha do local foi estratégica locando a sede do Executivo e Legislativo municipal no início da Rua Barão do Rio Branco, importante eixo político e econômico, que ligava a Estação Ferroviária e o centro de Curitiba. Nesta via já eram encontrados a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo, um consistente e sofisticado comércio, com a tradicional camisaria Blinder, os hotéis Tassi, depois Continental, e Roma, o Clube Curitibano e a Garagem de Bondes. A implantação do Paço, em meados da década de 1910, consolidou a importância desta artéria, revitalizou a área que até então abrigava o insalubre e movimentado mercado público e inseriu o município no já estabelecido eixo de poder. Para coroar a iniciativa, toda a região passou por uma remodelação e embelezamento, com desapropriação de terrenos buscando a regularização do espaço e a imposição de um novo padrão construtivo distanciado dos moldes coloniais.

2 BONI, Maria Ignês Mancini de. O espetáculo visto do alto. Vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). São Paulo, 1985. 281 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (p. 44-46)

Em 24 de janeiro de 1916, no último dia de seu mandato, o prefeito Candido de Abreu entregou à população de Curitiba o Paço Municipal, destinado às atividades da Câmara e da prefeitura. Como a primeira sede própria do Legislativo e Executivo da cidade, o edifício incorporou esta importância e responsabilidade. De autoria do próprio prefeito, que tinha em seu currículo projetos importantes na cidade<sup>3</sup>, o projeto do Paço apresentou solução apurada, com princípios compositivos clássicos, incorporando tipologia e caráter considerados apropriados para um edifício público naquele momento.

O esmero começa com a inserção do edifício no espaço urbano. A área, até então ocupada pelo mercado público, foi remodelada, com a regularização do alinhamento predial (a partir de desapropriações) e a imposição de continuidade construtiva para os edifícios que contornavam a Praça Municipal e que passaram a compor um pano de fundo neste novo cenário. O paço foi locado no centro deste palco, com a Praça Municipal em frente e um largo, atrás, vazios que permitem a sua plena visualização,



3 Entre os quais, o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, o edifício do Tribunal Superior e Secretarias, o Palacete Leão e as residências de Ascânio e Manoel Miró – todos referências de uma arquitetura elegante e sofisticada, elaborada segundo os princípios formais vigentes.





↑ Foto 21  
Fachada posterior do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009

tornando-o o ponto focal daquele espaço cívico, sem interferência de outras construções. Assim, foi possível ter em todo o entorno uma visão privilegiada do paço, materializando a monumentalidade e a eloquência consideradas necessárias a um edifício público. Tal implantação no centro de uma área vazia permitiu que o prédio pudesse ser contornado e definiu outra característica: apesar de possuir uma fachada principal, voltada para a Praça Municipal e a Rua Barão do Rio Branco, todas as faces deste edifício receberam um tratamento apurado, condizentes com a sua plena visualização em todo o entorno. De todos os ângulos, o Paço se impõe

no cenário, marcando sua presença e tornando-se uma referência, como convinha à sede do Executivo e Legislativo municipal.

O partido arquitetônico concebeu o edifício de forma integral, utilizando o tradicional sistema de proporções entre as partes, que relacionadas entre si a partir de funções aritméticas, formam um todo harmonioso. Ao volume principal, maciço e bem plantado no solo, foi acrescentado uma torre, alta e leve, centralizada na face frontal. A composição materializou, setorizou e hierarquizou todas as atividades ali desenvolvidas, havendo uma correspondência entre a solução formal e o partido adotado. No pavimento térreo, além dos acessos principal e secundários, encontravam-se os serviços administrativos da prefeitura voltados ao atendimento do público. As entradas estão sempre destacadas: na frente, pela torre; nas laterais, na projeção do *bay-window*; e, na fachada posterior, pela belíssima marquise de estrutura metálica. No primeiro pavimento, o gabinete do prefeito, incluindo a sala de recepções com sacada na torre (principal ambiente do andar), voltada para a Praça Municipal, e a Diretoria de Obras, do lado oposto. No segundo, a Câmara de Vereadores, com salas administrativas e o salão nobre para as sessões legislativas, valorizado internamente, pela rica ornamentação e pelo seu posicionamento em frente à escada, e externamente, pela presença de um severo balcão, suportado por encorpados consolos e guardado por duas máscaras de leão posicionadas nos intervalos entre as portas. A sequência de atividades estabelecida estruturou-se no papel desempenhado por cada uma delas dentro do regime republicano. A Câmara Municipal foi locada no pavimento superior, por ser o órgão que tem como responsabilidade aprovar as ações do Executivo.

A composição estruturada na metodologia clássica não impediu que a modernidade do empreendimento aflorasse, pela exuberância da ornamentação *art-nouveau*, em voga naquele momento, pela presença da

eletricidade, telefonia e por comodidades como um elevador, o primeiro da cidade, e instalações sanitárias em cada pavimento, com rede de água e esgoto. O edifício do Paço Municipal de Curitiba é um dos raros exemplos do *art-nouveau* na arquitetura oficial brasileira, reforçando o caráter moderno do empreendimento, inserido numa linguagem nova e expressiva da arquitetura.

Em 1955, a Câmara Municipal desocupou o seu espaço, permanecendo a prefeitura até 1969, quando transferiu-se para o Centro Cívico. Em 1970, após ter abrigado temporariamente o Projeto Rondon, o prédio passou por uma restauração coordenada pelos arquitetos Cyro Corrêa de Oliveira Lyra e Abraão Assad. Em 16 de janeiro de 1974, o Museu Paranaense ocupou as instalações do edifício, ali permanecendo até em 18 de dezembro de 2002, quando foi realizada a última reunião do seu Conselho Consultivo. O prédio permaneceu fechado até 4 de dezembro de 2006, momento em que o SESC recebeu permissão de uso por 25 anos, para o desenvolvimento de atividades culturais visando garantir o desenvolvimento cultural da região, como contrapartida responsabilizou-se pelo restauro, reciclagem e manutenção do imóvel.<sup>4</sup> O edifício passou por outra restauração, projetada novamente por Cyro Corrêa de Oliveira Lyra e Abraão Assad.

4 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Convênio n.º 16.880. Curitiba, 4 de dezembro de 2006; CURITIBA. Decreto n.º 747/06, de 29 de junho de 2006. Outorga permissão de uso do edifício denominado Paço da Liberdade ao Serviço Social do Comércio-SESC, Administração Regional no Estado do Paraná; e CURITIBA. Decreto n.º 1.441 de 2 de novembro de 2006. Dá nova redação ao artigo segundo e parágrafo único do Decreto n. 747/06, artigo 2º, p. 1. Apud POSSE, Zulmara Clara Sauner A caminho do Paço da Liberdade (p. 75-145). In POSSE, Zulmara Clara Sauner (org.). História e uso do Paço da Liberdade. Curitiba: SESC-PR, 2009



→ Foto 22  
Detalhe do medalhão  
com máscara humana na  
fachada frontal do Paço da  
Liberdade. Curitiba – 2009



→ Foto 23  
Detalhe do balcão  
da antiga Sala das Seções  
da Câmara Municipal  
do Paço da Liberdade.  
Curitiba – 2009



→ Foto 24  
Detalhe da marquise  
da fachada posterior  
do Paço da Liberdade.  
Curitiba – 2009



## O Paço Municipal

Coritiba, a bella capital do Sul, possui hoje um excellente Paço, enfim, que honra não só os camaristas que ordenaram a sua construcção mas também quem o edificou.

E é um edificio proprio, o primeiro por certo, do Paiz, pois não nos consta que as municipalidades do Rio de Janeiro, S. Paulo, Bahia, Recife e outras capitães, possuam um em tão excellentes condições.

Causa-nos admiração como a construcção deste nosso verdadeiro palacio, seguiu na melhor harmonia e rapidez, contra todas as falsas supposições da carencia de uma mão de mestre que dirigisse os trabalhos. A prova está alli bem patente na concepção dos planos bem distribuidos, com discernimento dos elementos característicos de vários estylos.

O exterior é moldado no estylo (neo classico) isto é, o Luiz XVI modernizado, o qual se adapta perfeitamente ao fim a que é destinado. É, além disso, um estylo proprio para uma cidade como Coritiba que está em sua formação. O interior é de outros estylos que mais abaixo descrevemos.

Occupa o novo Paço Municipal a razoável area de 500 metros mais ou menos e foi construído sobre uma base de concreto e blocos de cantaria, o que garante a estabilidade do edificio.

Os grandes lençóis aquíferos que se estendiam em diversas partes dos alicerces, dificultavam a solidificação do terreno e a construcção dos alicerces. O terreno movediço que era foi completamente solidificado devido ao esgotamento das águas e esforços compressivos de brutas pedras lançadas a uma altura de quatro metros. As paredes foram revestidas a cimento e os drenos abertos em diversos logares. Podemos afirmar que technicamente os alicerces estão bem executados e a segurança das paredes é eterna.

A base deste edificio é um rectangulo, em cujos lados menores se erguem duas frentes, sendo a principal voltada para o jardim donde se destaca uma torre quadrada para fora do paramento da parede, com uma altura de trinta metros.

Os tres pavimentos desde o nivel da calçada á cornija, attingem a altura de 15 metros, havendo mais a mansarda e um terraço com a altura de tres metros.

Os lados maiores, conquanto possuindo uma ornamentação mais sobria, não deixam nada a desejar quanto ao bom gosto da sua simplicidade.

O aspecto geral externo é grandioso; as fachadas têm o cunho da elegancia

impressionante onde a vista se entretem sem cansaço a admirar a nota artistica que o genio esculpio e modelou em uma plastica de real merecimento.

A entrada nobre está projectada com um desenvolvimento gracioso digno de nota.

Os degraus são talhados em bom granito. Os Hercules que fingem suportar a torre estão realmente magestosos.

Na torre, a figura central que é de uma bela jovem, tendo vestida peplum e tunica, e que se encontra assentada, representa a cidade de Curitiba, presidindo aos destinos de seu povo e cuja execução é digna de merecimento.

Completa a ornamentação da torre, um escudo com as armas do Municipio, cabeças de leão symbolos da força; a cupula de superficie curvilinea coberta á eternité e sobre esta um foco de luz electrica com a intensidade de mil velas.

A silhueta deste campanario domina todos os predios circunvizinhos e por sua imponencia se destaca dos mais com uma certa altivez que incute respeito. Tres relógios movidos a electricidade estão collocados nas tres faces, sendo os mostradores illuminados á noite.

Nas diversas frentes há mais a notar os 2 Bouvoirs lateraes de forma semi-circular e cuja ornamentação está correctamente disposta.

A marquize collocada na fachada posterior de forma elíptica é toda coberta com vitraux de um effeito agradável

No primeiro pavimento, ou rez do chão, onde se desenvolverá toda a vida municipal, a fim de tornar mais facil o serviço ao publico, comprehende as seguintes partes:

O vestibulo, de cujas paredes fingindo marmore, ressaltam varias pilastras de ordem jonica, festões, cabeças de nymphas e outros elementos dignos de nota. Em frente duas grossas columnas de granito lavrado da ordem corinthia, ressaltam á vista do visitante, após das quaes nasce em sinuosas curvas, uma escada toda em peroba envernizada.

Ao centro gyra o ascensor electrico que sobe até o ultimo pavimento.

A illuminação da caixa da escada nobre se faz por uma claraboia com vitraux.

Ao lado direito do vestibulo fica o archivo todo construido em material incombustivel e no esquerdo fica a secção de fiscalisação e o medico da hygiene.



A portaria fica o mais proxima do vestibulo, de modo a que as partes interessadas possam imediatamente dirigirem-se a qualquer das secções onde desejem o despacho.

Separada por ampla galeria encontra-se a recebedoria e pagadoria em um salão de 92m2. A sua forma obedece á de um Banco ou escriptorio de grande movimento. A entrada para esta secção, para maior facilidade do publico, é facilitada pelo lado opposto ao da entrada nobre.

Do lado esquerdo acha-se o Contencioso e a Contadoria e do direito a Caixa forte e thezouraria.

No segundo pavimento por onde se tem acesso não só pela escada nobre, como por uma outra de serviço e pelo ascensor, está installada a Prefeitura Municipal.

Ficam neste pavimento a secção technica com a directoria de obras, um grande salão para desenho, confecção de plantas e outros misteres referentes á engenharia de obras publicas municipaes.

Ao lado esquerdo fica o gabinete do engenheiro chefe e do lado direito a secção do Tombamento e a Planta Cadastral do Municipio.

Na frente fica o salão nobre de recepções; aos lados o gabinete do prefeito, a secretaria, sala dos amanuenses e ao centro, em toda a largura existe a galeria que é ladeada pelos dois Bouvoirs já descriptos, onde ficarão os vestiarios.

As ornamentações das salas são bellas expressões artisticas dignas de menção.

O tecto da secção technica é todo formado em caixotões quadrangulares de madeira envernizada, com frisos e toques de ouro, fazendo realçar ainda mais a belleza e qualidades da nossa madeira. As paredes são pintadas no estylo “arte nova” e a marcenaria especializou-se pela confecção de lindas portas executadas com arte.

O salão de recepções é decorado no estylo “arte nova” com uma apparatusa vista de nenuphares que se intercalam de um modo soberbo.

O terceiro pavimento onde funcçiona a Camara Municipal é o mais elegante. O salão das secções, com a capacidade de 92m2 é de uma evidente superioridade artistica. O plafond é todo formado em caixotões no estylo renascença Veneziana e as paredes são enriquecidas por bustos pintados a oleo dos vultos mais notaveis do nosso meio representativo.

Um grande Hall dá acesso ás demais salas do referido pavimento, convindo tambem destacar o gabinete de recepções da Camara, o gabinete do Presidente,

a sala das Commissões, a secretaria e ainda uma grande sala que talvez seja destinada á futura bibliotheca municipal.

Todos os pavimentos se acham providos de W.C., toilettes, lavabos, etc., sendo estes compartimentos em estanque. O encanamento sob o duplo aspecto da alimentação da agua e da elliminação dos dejectos é perfeito. O esgoto é feito com encanamentos munidos de obturadores hydraulicos, syphões Cerus, collectores de detricitos, autoclismos, etc.

A installação electrica é feita com todas as regras da technica e os fios, depois de envolvidos em canos são embutidos nas paredes e entrando ao edificio por galerias subterraneas ramificam-se por todos os pavimentos. Todos os pavimentos são providos de corta-circuitos, lustres e lampadas em profusão.

A construcção do paço municipal obedeceu a mais rigorosa economia, sendo todos os serviços executados por concurrencia publica particular.

O seu custo até 31 de dezembro findo havia attingido a importante cifra de 226 contos de reis, sendo que a importância total da construcção não excederá a 270 contos. Convem salientar que a quantia despendida com a construcção do magestoso Paço, foi proveniente dos juros do capital depositado nos Bancos, do emprestimo adquirido para os melhoramentos municipaes.

Os trabalhos de marcenaria foram executados nas oficinas dos srs. Maderna & Bonne.

A escultura e ornamentação foi feita pelo distinto arquiteto Roberto Lacombe.

A cantaria foi toda trabalhada por artistas portugueses e italianos.

As pinturas foram executadas pelos Srs. João Orttolani, João Guelffi, e Anacleto Garbaccio sendo que a este se devem as grandes decorações.

Os trabalhos de estuque e fingimento são de artistas vindos de S. Paulo.

A direção dos trabalhos esteve a cargo dos arquitetos construtores srs. Angelo Bottechia e cav. André Petrelli e a fiscalização foi feita pelo nosso conterrâneo Sr. Eduardo Chaves.

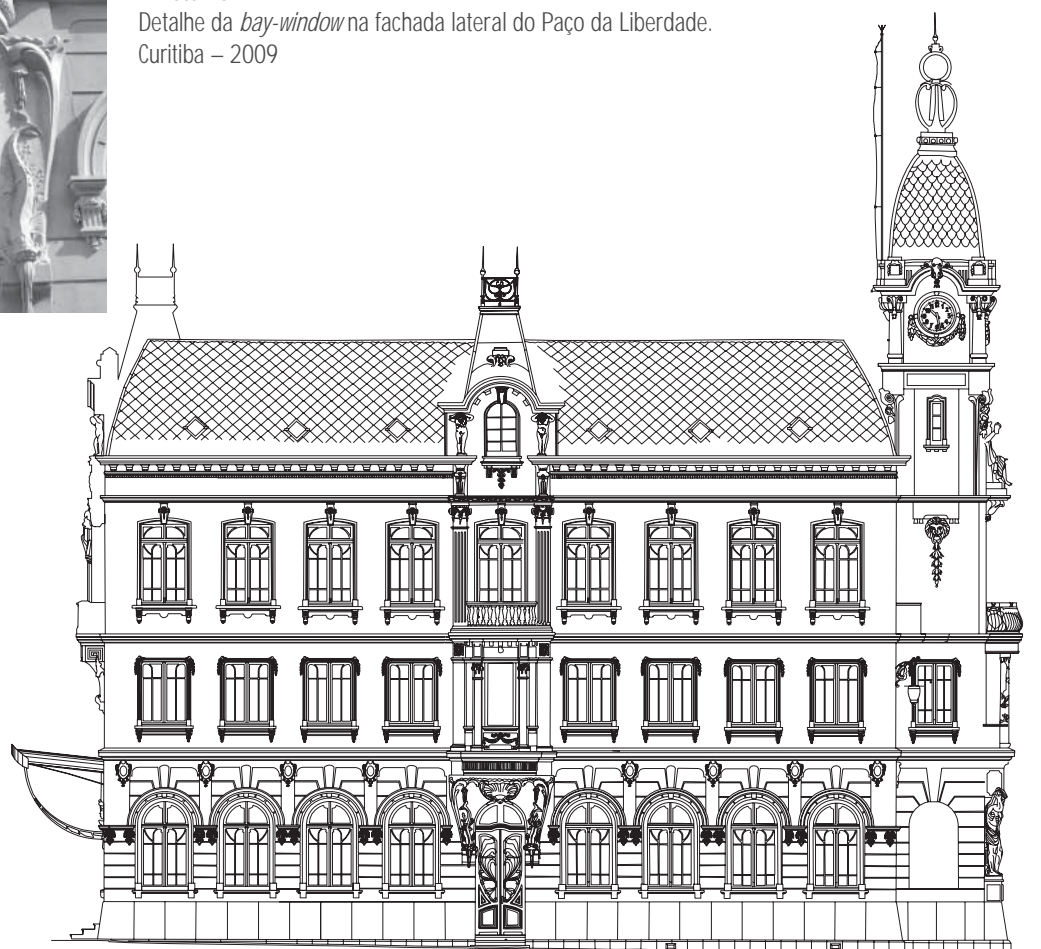
A superintendencia de todas os trabalhos nunca foi descurada pelos srs. Prefeito municipal dr. Candido de Abreu e engenheiro chefe de obras municipais dr. Adriano Goulin, que diariamente acompanhavam os serviços de forma a que ficasse bem feita essa obra admiravel que tanto honra o povo curitibano.

Marius. O paço Municipal. Jornal Diario da Tarde. Coritiba, 18 de janeiro de 1916. (p. 1)



← Foto 25  
Detalhe da *bay-window* na fachada lateral do Paço da Liberdade.  
Curitiba – 2009

← Foto 26  
Fenestração da fachada lateral do pavimento térreo do Paço da Liberdade.  
Curitiba – 2009



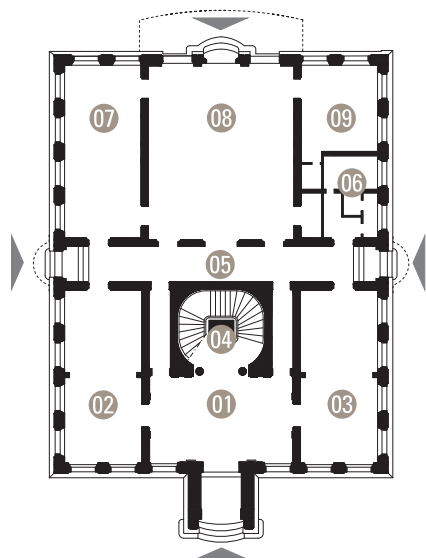
fachada lateral esquerda

↓ Figura 07  
Fachadas lateral esquerda e frontal do Paço da Liberdade. Curitiba – 1916



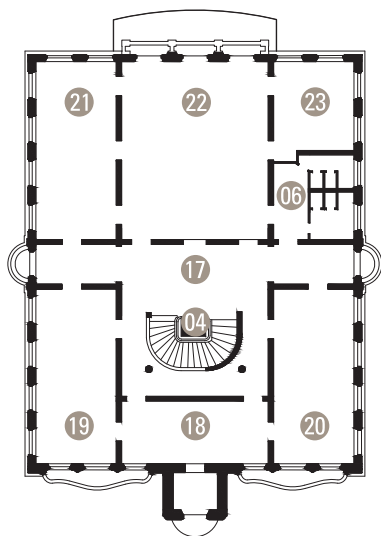
fachada frontal

↓ Figura 08  
Plantas do Paço da Liberdade. Curitiba – 1916

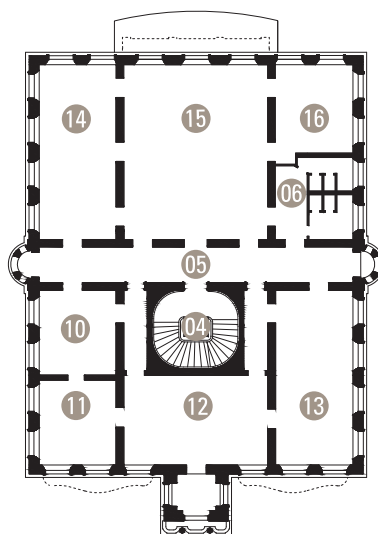


pavimento térreo

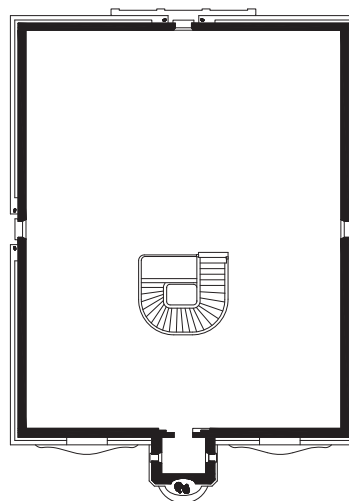
0 2 4 m



primeiro pavimento



segundo pavimento



sótão

→ Foto 27  
Detalhe do acesso principal  
do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009

→ Foto 28  
Detalhe do acesso lateral  
do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009

## PAÇO DA LIBERDADE

- 01 vestibulo
- 02 fiscalização, médico de higiene
- 03 arquivo
- 04 elevador
- 05 circulação
- 06 instalações sanitárias
- 07 contencioso e contadoria
- 08 recebedoria e pagadoria
- 09 tesouraria e caixa-forte
- 10 amanauenses
- 11 secretaria
- 12 salão nobre de recepções
- 13 gabinete do prefeito
- 14 gabinete do engenheiro-chefe
- 15 seção de desenho
- 16 tombamento e planta cadastral
- 17 vestibulo da câmara municipal
- 18 gabinete de recepções
- 19 gabinete do presidente
- 20 futura biblioteca municipal
- 21 sala das comissões
- 22 sala das seções
- 23 secretaria





# Palácio Vinte e Nove de Março

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Prefeitura Municipal de Curitiba
Denominação atual	Palácio Vinte e Nove de Março
Endereço	Avenida Cândido de Abreu, 817 – Centro Cívico
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro civil Rubens Meister
Data do projeto arquitetônico	1961
Data da inauguração	14 de novembro de 1969
Edifício original	Preservado
Área total construída	11.000,00 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	4
Técnica construtiva	Concreto armado
Tipologia da planta	Blocos agrupados
Linguagem Formal	Modernista
Tombamento Estadual	

↓ Foto 29

Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011



No início da década de 1960, com mais de 40 anos de uso, o Paço da Liberdade já estava acanhado para as ampliadas e diversificadas atividades e serviços da Prefeitura Municipal. Em 1961, o então prefeito Iberê de Mattos resolve construir uma nova sede, justificando a iniciativa pela *economia e racionalidade*:

A Prefeitura de Curitiba, com a expansão de seus serviços, em virtude do próprio crescimento que caracteriza nossa Capital, já dispende, anualmente, a importância de três milhões e meio de cruzeiros em alugueres para a acomodação, em vários pontos da cidade, de suas repartições.

Esse problema, que tende a agravar-se com o curso do tempo, deverá ter solução com a pretendida construção de um novo edifício-sede da Prefeitura, centralizando, num só ponto da Capital, todas as repartições do Município, que resultará em melhores possibilidades de atendimento dos interessados, além de resultar numa economia para os cofres da municipalidade.

Comissão especial – O novo prédio da Prefeitura ficará localizado no Centro Cívico<sup>1</sup> e o prefeito Iberê de Mattos pretende dinamizar essa idéia, tendo assinado decreto criando Comissão Especial encarregada de planejar, promover e fiscalizar a execução da construção desse edifício e que deverá contar, a referida Comissão, com a participação, entre outros, dos engenheiros Sady Souza, Jayme Camargo Simões e Oswaldo Kuss, cabendo a presidência ao primeiro.

Venda de terrenos – os recursos para essa edificação devem resultar da venda de imóveis da Prefeitura, tendo a câmara de Vereadores dada a necessária autorização para essa alienação até um total de 100 milhões de cruzeiros. Convém recordar que o prefeito Iberê de Mattos, durante sua gestão, fez cessar a indiscriminada doação de imóveis a várias entidades curitibanas, preferindo agora, vender esses terrenos e com a receita iniciar a construção de uma nova sede para a Prefeitura.<sup>2</sup>

O projeto arquitetônico é de autoria do engenheiro civil Rubens Meister e a construção foi iniciada em 15 de junho de 1961 e concluída em

<sup>1</sup> Terreno doado pelo Governo do Estado à Prefeitura Municipal em 2 de abril de 1965, com valor de CR \$ 1.061.450, por meio de Escritura Pública, n.º de ordem 22.538, transcrição n.º 10.555, do Livro 3-G, Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca da Capital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Estadual da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) – Pasta 6016.

<sup>2</sup> ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do Município de Curitiba (p. 5-6). In Revista Paraná Econômico, ano IX, n.º 98. Curitiba, maio de 1961. (p. 6)

novembro de 1969. No período, houve a interrupção da obra entre 1962 e 1964. A estrutura em concreto armado foi concluída no começo de 1967. Finalmente, em 14 de novembro de 1969, ocorreu a inauguração da nova sede.

O partido arquitetônico do Palácio Vinte e Nove de Março, mesmo não integrando o projeto original do conjunto do Centro Cívico, mantém o princípio adotado pelos demais edifícios: bloco isolado de características singulares e de linguagem modernista. Trata-se de um paralelepípedo maciço no térreo que se divide em três blocos alongados nos dois próximos pavimentos, intercalados por espaços abertos. O volume é sugerido pela continuidade da viga em toda a extensão do conjunto, havendo a indicação da forma, mas com a leveza que traz os cheios entremeados com os vazios. A estrutura em concreto armado está bem marcada no primeiro e no segundo pisos, já no térreo o destaque é para a o pano de vidro que percorre todo o perímetro. A solução austera mostra as diferenças formais entre pavimentos e seus usos distintos – o ditame modernista da “forma seguindo a função” estava no auge. A racionalidade não comprometeu a elegância da arquitetura.

A prefeitura, diferente da sede do governo estadual, possui maior proximidade com a população, prestando tradicionalmente serviços de diversas naturezas em sua própria sede. O pavimento térreo é concebido como um espaço aberto, iluminado por todas as suas faces e destinado ao atendimento ao público. A inexistência de fechamentos dá amplitude ao ambiente, permitindo visualização de todo o conjunto. O interior caracteriza-se pela ausência de ornamentação, pela sequência de pilares e pela continuidade espacial. São dois os acessos principais ao edifício, voltados para a Avenida Candido de Abreu, não havendo hierarquia entre eles. As portas estão intermediadas por um balcão de informações centralizado na composição e nos extremos estão os diversos serviços.

Após o balcão, encontra-se uma área aberta destinada a exposições e o conjunto de escadas: uma central e duas laterais, simetricamente dispostas. Em cada lado da escada, blocos com instalações sanitárias e elevadores, esquema repetido em todos os pavimentos.

O subsolo é um pavimento de serviço com garagem, arquivo, oficinas, caixas-forte e dois acessos para veículos. As aberturas, como no térreo, circundam todo o perímetro do edifício, no entanto são menores e mais discretas.

Nos andares superiores, os três blocos estão interligados por circulação transversal. O espaço é mais contido e o fluxo de pessoas limitado, uma vez que está ocupado por atividades de cunho administrativo (nas laterais) e com circulação restrita. No bloco intermediário, está o Salão Nobre no primeiro piso e o Gabinete do Prefeito e o Salão Brasil, no segundo – confirmando a tradicional valorização de ambientes pela posição centralizada e no pavimento mais alto.

Os mais de quarenta anos de uso do Palácio Vinte e Nove de Março não comprometeram a proposta original do edifício, mantendo os usos propostos inicialmente. O espaço é exíguo, pelo crescimento natural das atividades e das demandas, mas a setorização é tão marcada que permanece. As maiores intervenções foram feitas no subsolo, com a diminuição da área da garagem e seu aproveitamento para salas administrativas, de serviço e de depósito; assim como a saída dos caixas-forte.



↑↓ Fotos 30 e 31  
Fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011

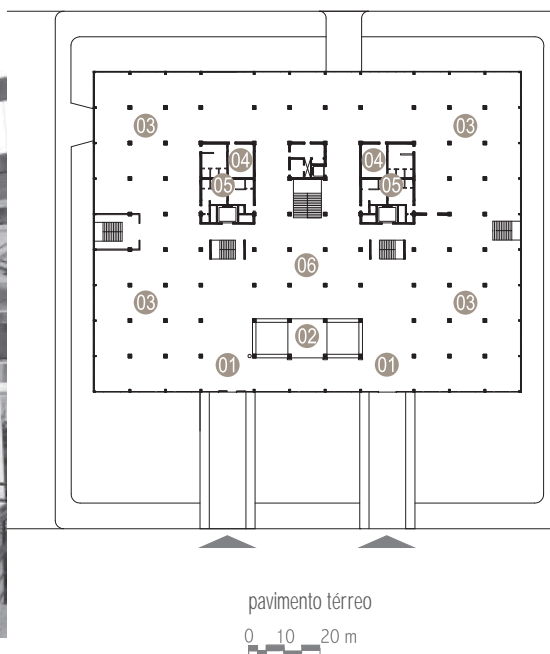
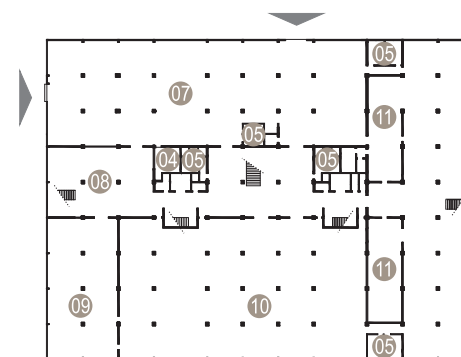
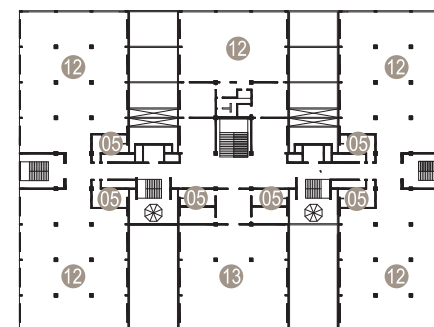


Figura 09  
Plantas do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 1961

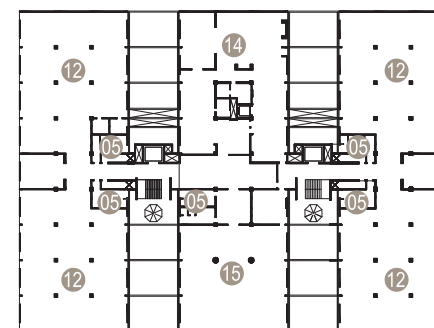
## PALÁCIO VINTE E NOVE DE MARÇO



subsolo

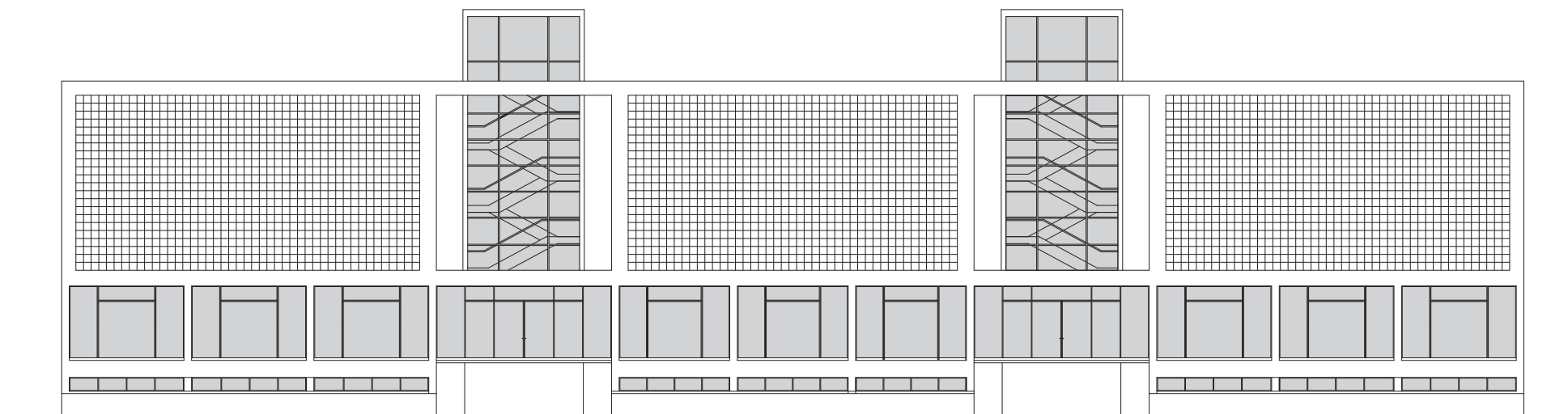


primeiro pavimento



segundo pavimento





↑ Figura 10

Fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009

↓ Foto 32

Detalhe da fachada lateral do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011



- 01 vestibulo
- 02 recepção/informações
- 03 atendimento ao público
- 04 vestiário/depósito
- 05 instalações sanitárias
- 06 exposição
- 07 garagem
- 08 almoxarifado
- 09 manutenção/oficinas
- 10 arquivo
- 11 caixa-forte
- 12 administrativo
- 13 salão nobre
- 14 gabinete do prefeito
- 15 salão Brasil



↑ Foto 34

Detalhe do vão entre blocos do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009

← Foto 33

Detalhe da fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011





↑ Foto 35  
Espera e área de exposição no térreo do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009



↑ Foto 37  
Setor administrativo no primeiro pavimento do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009



↓ Foto 36  
Atendimento ao público no térreo do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009



↓ Foto 38  
Salão Brasil no segundo pavimento do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009





Palácios da Assembleia



## Paço da Assembleia

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Paço da Assembleia
Denominação atual	
Endereço	Alameda Dr. Murici esquina com Rua Cândido Lopes
Autor do projeto arquitetônico	
Data do projeto arquitetônico	1854
Data da inauguração	1854
Edifício original	Demolido
Área total construída	270,00 m <sup>2</sup> aproximadamente
Número de pavimentos	01
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	Eclética
Tombamento Estadual	

Em 31 de janeiro de 1854, o governo adquiriu terreno e casa de Manoel de Moraes Roseira (Comendador Roseira), na então Rua do Jogo da Bola.<sup>1</sup> Iniciou-se uma reforma no edifício para transformá-lo no Paço da Assembleia. Tratava-se de um prédio térreo, de esquina, construído no alinhamento predial e com orientação nos parâmetros construtivos da tradicional arquitetura brasileira. A circulação centralizada e longitudinal organizou a distribuição dos ambientes: uma sala à esquerda e duas à direita.

1 Depois Rua da Assembléia e hoje Rua Dr. Muricy. In STRAUBE, Ernani Costa. Biblioteca Pública do Paraná: sua história. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006. (p. 11)

### Paço da Assembléa

Acha-se terminado o paço da assembléa, com excepção de pequenos acabamentos, os quaes brevemente estarão concluídos, e não estorvarão a vossa reunião neste recinto. Excedeo um pouco a somma, em que havia sido orçada, e o praso dentro do qual se suppoz ficaria prompto; mas assim mesmo força é confessar que grandes difficuldades se vencerão, e que tem direito a algum louvor o empregado de fazenda, que, na ausência dos engenheiros, occupados em comissões importantes fora, e mesmo longe da capital, incubio-se de dirigil-a: esse empregado foi o inspector interino da thesouraria.

Como primeira obra de vulto, construida em a nova provincia, tornou-se alvo da ambição desmarcada dos fornecedores de materiaes, e dos trabalhadores, os quaes querião de uma vez enriquecer: basta dizer que empregarão-se no edificio milhares de tijolos, no valor de 50 Urs. cada um, que dantes custarião pouco mais de 30U000. Tornou-se tambem alvo das observações de architectos sem obra, e de administradores despeitados, para quem o edificio tinha o defeito imperdoavel de subir ao ponto, a que chegou, sendo preciso até que a policia interviesse para não irem perturbar a marcha dos trabalhos. Mas, em fim, o paço está feito, e é sem duvida um elegante edificio.<sup>2</sup>

Foi a primeira obra pública registrada em Curitiba, desde a criação da Província do Paraná. As dificuldades relatadas assinalam a precariedade da estrutura administrativa: sem a participação de engenheiros, a construção foi administrada pelo tesoureiro.

A Assembleia permaneceu no edifício até 1896, momento em que foi transferida para o Palácio do Congresso. O Museu Paranaense passou a ocupar o edifício da Rua Dr. Muricy, onde permaneceu até 1913.

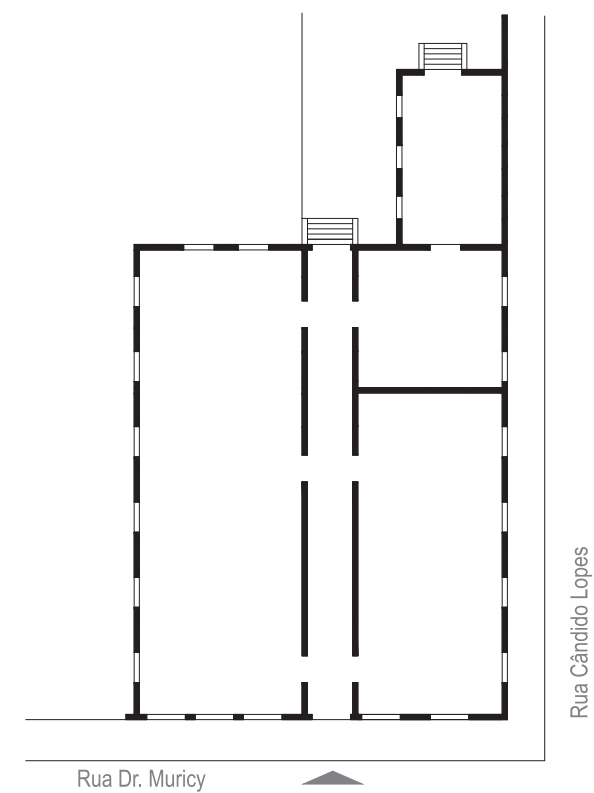
2 PARANÁ. Provincia. 1855. Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 8 de fevereiro de 1955. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855. (p. 44-45)



↓ Foto 01  
Museu de História Natural e Etnographia (depois Museu Paranaense), antes Paço da Assembleia. Curitiba – sem data



↓ Figura 01  
Planta do pavimento térreo do Museu Paranaense, antigo Paço da Assembleia. Curitiba – 1905



# Palácio Rio Branco

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Palácio do Congresso – Assembleia Legislativa
Denominação atual	Palácio Rio Branco – Câmara Municipal de Curitiba
Endereço	Rua Barão do Rio Branco, 720 – Centro
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro militar Ernesto Guaita
Data do projeto arquitetônico	1891
Data da inauguração	1895-1896
Edifício original	Preservado
Área total construída	829,27 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	02
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	Eclética
Tombamento Estadual	Processo n.º 67/77, Inscrição Tombo n.º 66-II

↓ Foto 02

Palácio do Congresso. Curitiba – sem data



Em 6 de maio de 1891, foi assinado contrato com o engenheiro Ernesto Guaita para a construção do Palácio do Congresso. Não foram encontradas referências sobre a obra ou data de inauguração, no entanto alguns indicativos permitem afirmar que a ocupação do prédio foi gradativa. A Lei n.º 66, de 15 de dezembro de 1892, referente ao orçamento público para o ano seguinte, em seu artigo 2º, § 4º, fixou 600\$000 para a conservação do edifício e de seu jardim.<sup>1</sup> Desde então, constaram em relatórios oficiais sobre as obras públicas despesas de intervenções, consertos e reformas no prédio, indicando construção e ocupação apressadas do prédio.

## Palacio do Congresso

Em Junho e Agosto do anno passado, por administração, foram feitos concertos e retelhamentos no Palacio do Congresso. Ainda hoje, porem, este edificio reclama no tecto trabalhos indispensaveis, que segundo parecer dos competentes e auxiliares technicos desta Secretaria, devem constar ainda de novo retelhamento, substituindo-se, porem, as telhas existentes por outras; pois, attribui-se, com muito fundamento, á má qualidade e espécie das telhas existentes a penetração d'agua no edificio, em dias de chuva.

Logo terminada a sessão do Congresso, á abrir-se, estes serviços serão iniciados.

As despesas dos concertos feitos o anno passado montaram em reis 1694\$300.<sup>2</sup>

## Palacio do Congresso

Sendo de necessidade inadiavel o retelhamento d'este Edificio, por portaria sob n. 42 de 18 de Janeiro autorisei o Sr. Albino Schimmpfelng a fornecer 11.500 telhas para ali serem empregadas.

Uma vez recebidas, requisitei pagamento da quantia de 1:000\$000 ao mesmo Sr., por officio sob n. 233 de 13 de Março dirigido á secretaria de Finanças.

A 15 de Maio, feito o retelhamento pelo Sr. Roque Petrelli, para isto devidamente autorizado por esta Secretaria, solicitei, ao Sr. Secretario de Finanças, a elle mandasse pagar a importância de 776\$000 proveniente de mão de obra.

1 BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. O Palácio do Congresso. Câmara Municipal de Curitiba – Histórico e Restauro. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, ano 4. Sem data. (p. 3)

2 PARANA. 1894. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do Paraná pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario d'Estado dos Negócios das Obras Publicas e Colonisação. Curityba: Typ. D'A Republica, 1894. (p. 20)

Mais tarde, a 22 de julho d'este anno autorisei o Sr. Carlos Hubbel a fazer no mesmo Palacio, um passadiço de ladrilhos de cimento de duas cores, com meios fios, em volta, entre a escada e entrada principal do referido Palacio pelos preços seguintes:

Ladrilho: metro quadrado a 7\$500.

Mão de obra: metro quadrado a 1\$500.

Determinei a multa de 5% sobre a importancia total que fosse devida por esses serviços si, até 30 de agosto, não estivessem concluidos.

Acceitas as condições, effectuou-se o serviço que importou em 813\$000.

Tambem a 22 de Julho autorisei o Sr. João Modesto da Rosa a fazer o serviço de caiação geral interna do Palacio pelos preços e condições seguintes:

Tecto do recinto: metro quadrado a 500 rs.

Tecto e paredes da tribuna: metro quadrado a 200\$000.

Igualmente determinei a multa de 5% sobre a importancia total que fosse devida por esses serviços, se não os concluisse dentro do praso que lhe foi marcado.

Os serviços foram feitos com toda a regularidade e promptidão e importaram em 720\$426.

Outros concertos ligeiros importaram em 60\$000.

O Engenheiro Ernesto Guaita contractante da construcção do Palacio do

Congresso havia deixado, até principios d'este anno, de dar cumprimento a uma das clausulas de seu contracto de 6 de Maio de 1894. Por este motivo havia sido impedido o pagamento da ultima prestação.

Em Março deste anno dando-me sciencia de ter effectuado os serviços de que trata a terceira parte da quinta clausula, justamente aquella que não teve cumprimento exacto, depois de ser ouvida a 1ª secção, requisitei pagamento da quantia de 4.928\$800, corresponde a referida ultima prestação das telhas antigas que existiam no Congresso e que foram inutilizadas, por occasião do retelhamento.

Actualmente, faz-se a caiação interna do Edificio.<sup>3</sup>

#### Edificio do Congresso

Alem dos pequenos concertos e pinturas, feitos neste edificio, attendendo a necessidade de retirar do interior do mesmo as latrinas que não offerecião as devidas condições de commodidade e asseio, mandei construir um puchado destinado áquelle fim, bem como abrir um poço, cuja falta era sensivel.

Estes trabalhos estão em andamento e forão orçados em réis 2392\$484.<sup>4</sup>

No limiar da República e de forma praticamente simultânea, os poderes Executivo e Legislativo ganharam novas e imponentes sedes, ambas projetadas por Ernesto Guaita e situadas na próspera Rua da Liberdade. O Palácio do Congresso destaca-se como o primeiro exemplar da arquitetura oficial republicana no Paraná. De partido monumental, condizente com a importância do Legislativo, apresenta solução compacta, elevado do solo pela presença de porão, com avanços nas quatro extremidades. A composição, clássica, estrutura-se na sintaxe coluna-entablamento, com a adoção da ordem compósita, uma variação do coríntio que se caracteriza na gramática arquitetônica pela maior elaboração, esbeltez e delicadeza – escolha que reafirma sua função simbólica, impondo um caráter simultaneamente monumental e austero, imponente e contido.

3 PARANÁ. 1896. Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario de Obras Publicas e Colonisação, em 28 de outubro de 1895. Corityba: Impressora Paranaense, 1896. (p. 20)

4 PARANA. 1900. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1900. Curityba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1900. (p. 19)

↓ Foto 03

Palácio do Congresso. Curitiba – sem data





A implantação afastou o prédio dos limites do terreno, deixando-o solto, circundado por jardim e emoldurado por baixo muro de alvenaria e gradil de ferro – condição que aumentou a visibilidade e reforçou sua monumentalidade – características intensificadas pela sua localização, ao lado da Praça Eufrásio Correia. O acesso principal do edifício está voltado para a Rua da Liberdade, reforçando a valorização desta via no contexto urbano daquele momento.

A fachada principal apresenta escadaria monumental que vence o desnível entre o terreno e o piso do pavimento térreo. Uma galeria (*loggia*), com parapeito balaustrado, estende-se por toda a face, constituindo-se em

espaço de transição entre a rua e o interior do edifício, recurso frequente na arquitetura pública. Um conjunto de três grandes portas, intermediadas com colunas duplas adossadas, permite o acesso a um vestíbulo, que realiza a distribuição do fluxo interno, e, nas extremidades deste, vãos duplos e estreitos finalizados em arco pleno, com colunas colossais nas extremidades. As fachadas laterais, também tripartidas, possuem tratamento formal nas extremidades semelhante à principal e, na porção central, a fenestração estabelece o ritmo compositivo, com duas sequências de quatro janelas em verga reta – sendo a do térreo coroada com frontão triangular sustentado por consolos de alvenaria.

↓ Foto 04  
Palácio Rio Branco. Curitiba – 2007



O partido arquitetônico prioriza o plenário: de pé-direito duplo, é o salão principal, centralizado e em torno do qual estão distribuídos ambientes de apoio no pavimento térreo e galerias no superior.

Um palais de Parlement a pour pièce principale une salle des séances, occupant ordinairement une position centrale de manière à être entourée de tous ses accessoires (...).

Le vestibule et les escaliers doivent être spacieux, largement disposés et comportent une ordonnance élégante et grave.<sup>5</sup>

A importância do grande salão, recomendada em manuais de arquitetura, foi confirmada no apuro e riqueza de ornamentos ali encontrados.

O Congresso dispõe também de um bonito edifício, novo e nobre de linhas, ao estylo italiano, Renascença, com poetico jardinete em derredor. Uma escadaria separada da rua, com o competente gradil de ferro em arcadas sobre columnas da ordem coryntia. A pintura externa e interna do edifício, toda grisperle, destaca-o fortemente do verde do jardim que o emoldura. Em uma palavra, tudo gracioso e aprazível aos olhos, sem destoar da severa composição de um edifício destinado ao seu objeto. Foi inaugurado em 1896;<sup>6</sup>

A Assembleia Legislativa do Paraná permaneceu nesta sede até 1957, ano em que foi transferida para o Centro Cívico. Logo em seguida, a Câmara Municipal de Curitiba passou a ocupar o imóvel, no qual permanece até hoje.

Em 1972 foi inaugurado o anexo da Câmara Municipal, de autoria do arquiteto Cyro de Oliveira Lyra, destinado às atividades administrativas e aos gabinetes dos vereadores. O partido consistiu em um volume de altura e largura semelhante ao edifício principal, construído a dez metros de distância e interligado a este por uma passarela coberta. Todas as fachadas possuem o mesmo tratamento: um pano de vidro marcado pelo ritmo da esquadria de alumínio, refletindo os ornamentos do prédio principal.

5 CLOQUET, Louis. Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices - Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture. Tome Quatrième. Paris: Beranger, 197. 12ª Edição. Acervo: Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná. (p. 378)

6 DIAS, Arthur. O Brazil Actual. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. (p. 389)



↑ Foto 05  
Fachada frontal do Palácio Rio Branco.  
Curitiba – 2007



↓ Foto 06  
Detalhe da entrada principal na fachada frontal  
do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009





fachada lateral esquerda

↓ Foto 07  
Detalhe das colunas e aberturas da *loggia* na fachada frontal  
do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009



↓ Foto 08  
Detalhe das colunas na fachada frontal  
do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009







fachada frontal

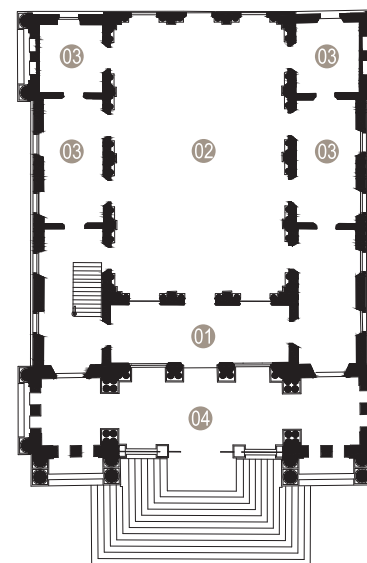
## PALÁCIO RIO BRANCO

- 01 vestibulo
- 02 plenário
- 03 salas de apoio
- 04 loggia
- 05 galeria superior

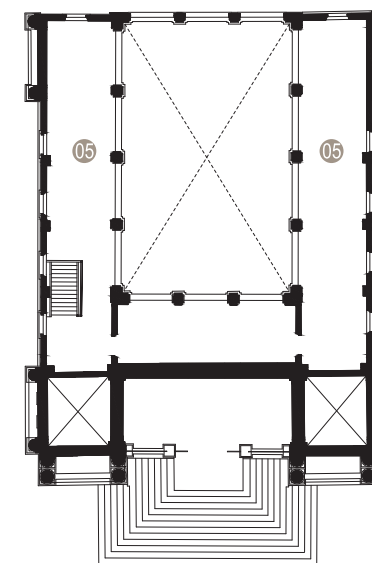
0 2 4 m

↖ Figura 02  
Fachadas lateral esquerda e frontal do Palácio do Congresso. Curitiba – 1905

→ Figura 03  
Plantas do pavimento térreo e galeria superior do Palácio do Congresso.  
Curitiba – 1905



pavimento térreo



galeria superior



← Foto 09

Janela na fachada lateral, pavimento térreo, do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009

↓ Foto 10

Passarela de ligação do Palácio Rio Branco com o anexo administrativo. Curitiba – 2009





↓ Foto 12  
Detalhe da moldura de janelas duplas da fachada lateral do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009



← Foto 11  
Detalhe da cornija da ordem coríntia do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009

↓ Foto 13  
Vista parcial da galeria superior do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009



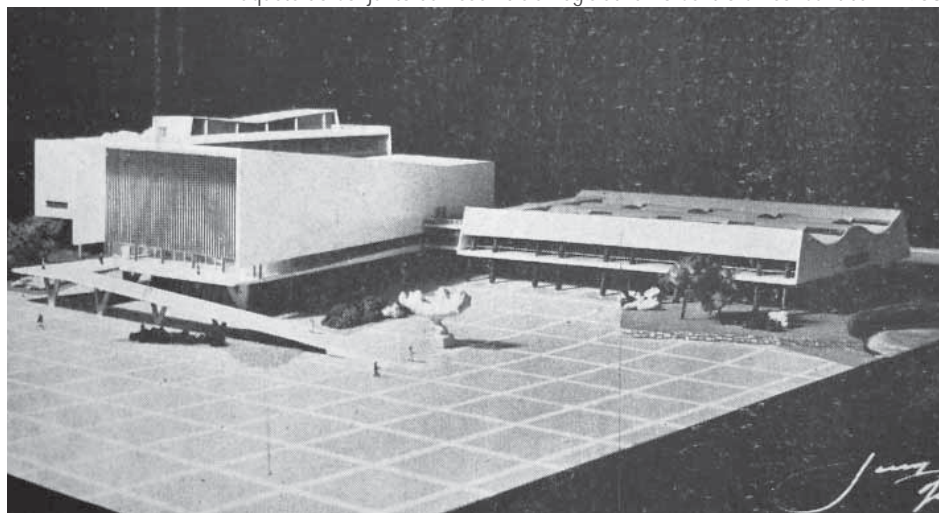


# Palácio Dezenove de Dezembro

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Palácio Dezenove de Dezembro
Denominação atual	Palácio Dezenove de Dezembro – Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Endereço	Praça Nossa Senhora de Salette s/n.º – Centro Cívico
Autor do projeto arquitetônico	Arquiteto Olavo Redig de Campos
Data do projeto arquitetônico	1951-1952
Data da inauguração	26 de janeiro de 1963 – Edifício da Secretaria dezembro de 1975 – Edifício do Plenário 6 de maio de 1986 – Edifício Presidente Tancredo Neves
Edifício original	Alterado
Área total construída	
Número de pavimentos	
Técnica construtiva	Concreto armado
Tipologia da planta	Blocos únicos
Linguagem Formal	Modernista
Tombamento Estadual	

↓ Figura 04

Maquete do Conjunto da Assembleia Legislativa no Centro Cívico. Curitiba – 1953



Projetado pelo arquiteto Olavo Redig de Campos, o conjunto da Assembleia Legislativa integrou a proposta original do Centro Cívico, sendo composto por três edifícios interligados por passarelas e com as seguintes funções: Secretaria, Plenário e Comissões da Assembleia.

Cada um dos edifícios que fará parte do conjunto que será a sede do Poder Legislativo tem suas características próprias delineadas pelas exigências internas de sua distribuição e funcionamento. Os três prédios formarão, entretanto, um só conjunto, ligados como estarão um ao outro, pelo equilíbrio de suas massas e pela inter-independência de suas formas. A forma do conjunto nasceu diretamente das exigências técnicas de suas disposições internas e das grandes possibilidades do concreto armado.<sup>1</sup>

Infelizmente, os projetos arquitetônicos do conjunto (originais e atuais) não foram encontrados, o que impossibilita uma análise mais aprofundada. Do conjunto original, o edifício da Secretaria foi o único construído integralmente. Trata-se de um paralelepípedo suspenso por pilotis, com superfícies lisas nas fachadas laterais e com janelas em linha nas frontal e posterior. Apresenta terraço-jardim com cobertura em formato de asa de borboleta assimétrico. A composição ressalta a horizontalidade do edifício, só quebrada pela presença dos pilotis em escala monumental, o que resulta em leveza formal. As janelas da fachada principal, por estarem voltadas para o norte possuem *brise-soleil* para controle da luminosidade. É um edifício administrativo, projetado com planta livre e tendo como elemento fixo o bloco de circulação vertical (elevadores e escada) e instalações sanitárias. O vestíbulo, de pé-direito duplo, encontra-se em uma caixa de vidro apoiada no solo, solta da estrutura, de onde parte a passagem de dois pavimentos para o Plenário. Dentro do conjunto da Assembleia, a Secretaria apresenta uma posição secundária e sua solução formal deixa clara tal hierarquia, sem, no entanto, abrir mão da imponência e elegância necessárias a um edifício público desta natureza.

<sup>1</sup> RATTON (org.). CC - Revista sobre as obras do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Joinville: Impressora Ipiranga Ltda., s/d.

Ainda dentro da proposta inicial do Centro Cívico, a estrutura externa em forma trapezoidal do Plenário foi construída, ficando tal “casca” vazia por algum tempo. O arquiteto Edson Klotz elaborou o projeto arquitetônico de readequação do Plenário da Assembleia Legislativa. O volume, como já afirmou Olavo Redig de Campos, é consequência das exigências técnicas do programa e das grandes possibilidades do concreto armado, e nesse caso, externaliza o formato do Plenário. Da mesma forma que o edifício da Secretaria, está suspenso do chão e o acesso principal é feito por meio de uma imponente rampa. Internamente a parte frontal corresponde a um vestíbulo e, novamente, são utilizadas rampas para o Plenário e os dois balcões. O resultado é um espaço dinâmico marcado pelo jogo de planos de bonitas curvas em concreto armado e pelos panos de vidro de vedação em diferentes ângulos.

O terceiro edifício, o Anexo, depois denominado Presidente Tancredo Neves, é o único que não integra o projeto inicial do Centro Cívico, situado no local antes destinado ao das Comissões. Projetado em 1976 pelos arquitetos Joel Ramalho Jr., Leonardo Oba e Guilherme Zamoner Neto, mais de 20 anos depois dos demais, mantém a proposta de volumes soltos, singulares e interligados entre si por passarelas. Tem como partido um prisma de nove andares de base triangular com faces revestidas de vidro, que refletem o entorno e amenizam suas grandes dimensões, determinadas pelas demandas sempre crescentes dos serviços públicos, e sua linguagem diferenciada dos demais.

Segundo Relatório da Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná, o conjunto da Assembleia Legislativa era formado por:

#### Secretaria da Assembleia

Edifício composto de cinco pavimentos, com uma frente de 73 x 25 m de largura.

térreo	1.692,00 m <sup>2</sup>	Estacionamento, jardim e circulação de pessoas
1º pavimento	150,00 m <sup>2</sup>	Vestíbulo e passarela de ligação com o plenário
2º pavimento	1.692,00m <sup>2</sup>	Vestíbulo, presidência, secretaria, taquígrafos, leitura, biblioteca e instalações sanitárias
3º pavimento	1.692,00 m <sup>2</sup>	Vestíbulo, direção geral, secretaria, administrativo, redação de debates, tesouraria e instalações sanitárias
4º pavimento	1.692,00 m <sup>2</sup>	Vestíbulo, administração, imprensa, radio, televisão, conferências, estar e instalações sanitárias
terraço	1.692,00 m <sup>2</sup>	Área coberta, jardins e passeio
Área total	8.610,00 m <sup>2</sup>	

#### Plenário da Assembleia

Edifício composto de três pavimentos, com frente de 36 x 62 m. O acesso do público é feito por intermédio de uma rampa com 70 m de comprimento, vencendo um desnível de 3 m.

térreo	2.000,00 m <sup>2</sup>	Saguão para o público, vestíbulos para a presidência, para os deputados, sala de mediação, estacionamento e instalações sanitárias
1º pavimento	2.000,00 m <sup>2</sup>	Plenário, saguão para o público e para os deputados, salão de honra, tribuna de honra, tribuna para a imprensa, presidência, secretaria, depósitos e instalações sanitárias
1º balcão		Público e salas de imprensa
2º balcão		Público
2º pavimento		Caixa d'água e casa de máquinas

#### Comissões da Assembleia

Edifício composto de três pavimentos, com dimensões de 37 x 60 m, ligado ao Plenário por passarela.

térreo	2.020,00 m <sup>2</sup>	Restaurante, bar, cozinha, copa, frigorífico, instalações sanitárias e jardim
1º pavimento	2.020,00 m <sup>2</sup>	Salas de reuniões das comissões da Assembleia legislativa
2º pavimento	2.020,00 m <sup>2</sup>	Público e imprensa





↑ Foto 14

Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná concluída  
e Plenário em construção. Curitiba – 1969

↓ Foto 15

Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná e passarela de ligação  
com o Plenário em construção. Curitiba – 1969

→ Foto 16

Detalhe da fachada posterior  
do edifício da Secretaria da  
Assembleia Legislativa do  
Paraná e passarela de ligação  
com o Plenário.  
Curitiba – 1969







← Foto 18  
Detalhe da fachada  
posterior da Secretaria  
da Assembleia Legislativa  
do Paraná.  
Curitiba – 2009

← Foto 17  
Secretaria da Assembleia Legislativa  
do Paraná. Curitiba – 2007

↓ Foto 19  
Vestíbulo principal e mezanino da Secretaria  
da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009

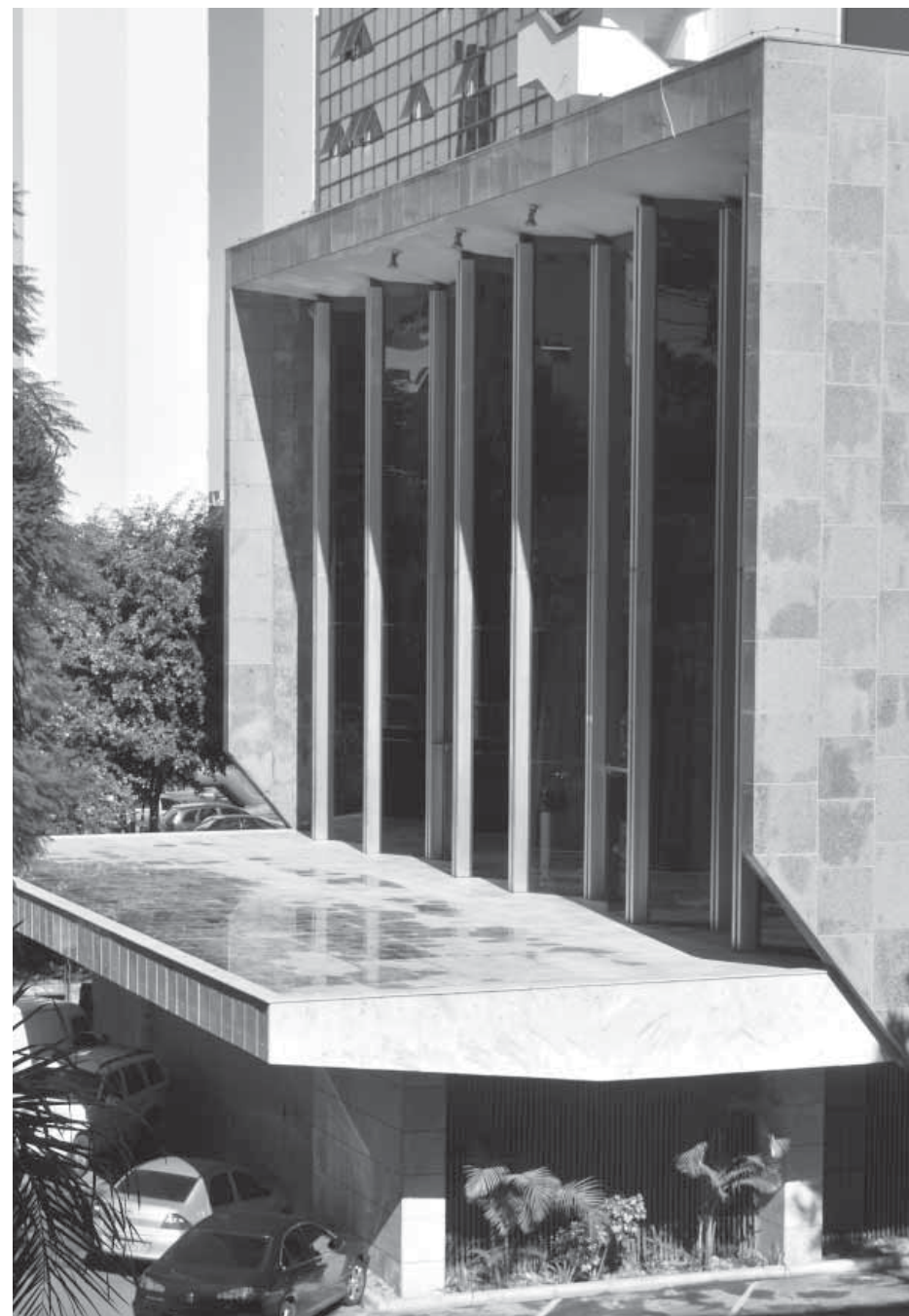


→ Foto 21

Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009

↓ Foto 20

Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009







← Foto 22

Vestíbulo principal do Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.  
Curitiba – 2009

↓ Foto 23

Jogo de rampas internas de acesso ao Plenário da Assembleia  
Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009



↓ Foto 24

Circulação interna do Plenário da Assembleia  
Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009





→ Foto 26

Fachada do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná  
voltada para o Palácio da Justiça. Curitiba – 2009

↓ Foto 25

Fachada frontal do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná voltada para o Plenário. Curitiba – 2009



↓ Foto 27

Jardim interno do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná – 2009





→ Foto 29

Vista aérea do conjunto da Assembleia Legislativa do Paraná.  
Curitiba – década de 2000



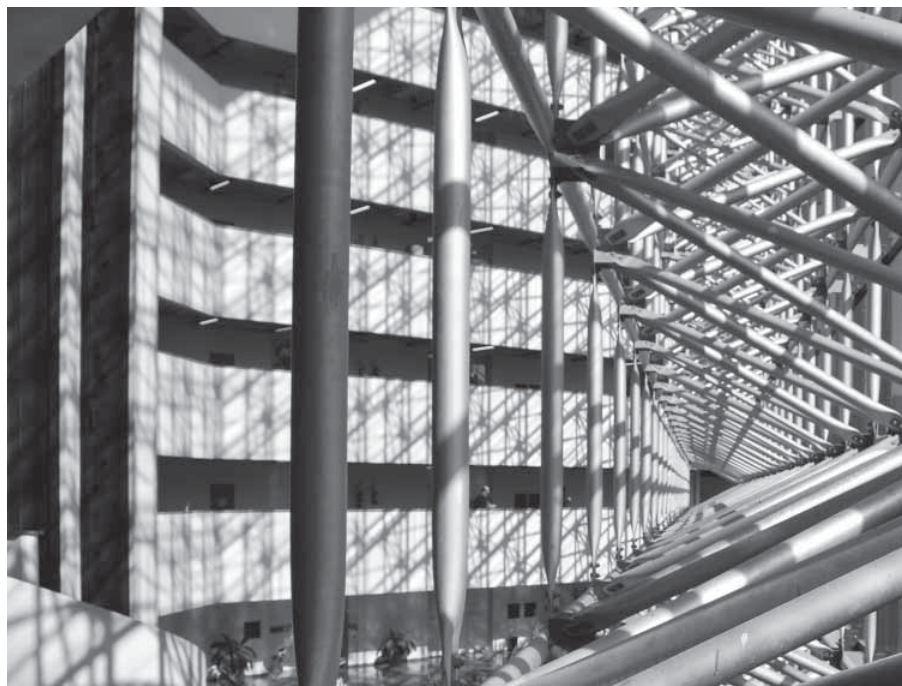
↘ Foto 30

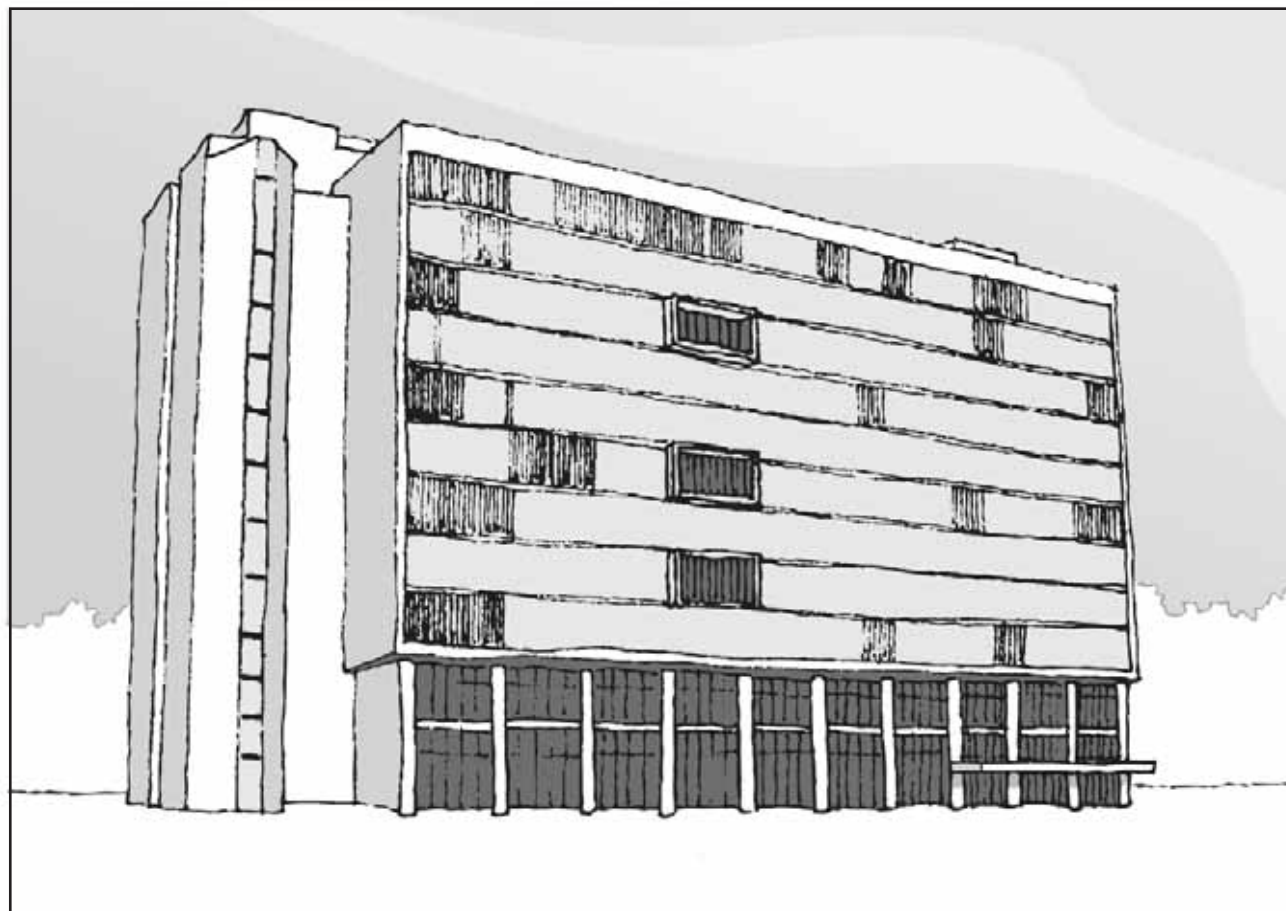
Vista posterior do conjunto arquitetônico  
da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba - 2011



↓ Foto 28

Vista posterior do conjunto arquitetônico da Assembleia Legislativa do Paraná.  
Curitiba – 2011





Palácio da Justiça





# Palácio da Justiça

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Palácio da Justiça
Denominação atual	Palácio da Justiça
Endereço	Praça Nossa Senhora da Salette, s/n.º – Centro Cívico
Autor do projeto arquitetônico	Sérgio Roberto Santos Rodrigues
Data do projeto arquitetônico	1951-1952
Data da inauguração	1962
Edifício original	Preservado com ampliações
Área total construída	16.116,60 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	12
Técnica construtiva	Concreto armado
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	Modernista
Tombamento Estadual	

Durante a construção do Centro Cívico, o então Edifício das Secretarias, concebido para abrigar em seus trinta andares sete secretarias estaduais, teve sua destinação alterada, transformando-se em Palácio da Justiça, com redução do número de pavimentos para doze. Como os projetos arquitetônicos iniciais e de readequação não foram encontrados, não há condições de analisar outras intervenções sofridas para a nova função do edifício. Mesmo assim, a configuração atual permite identificar alguns elementos característicos do movimento modernista, em geral, e do projeto do Centro Cívico, em particular.

Apesar da diminuição da sua altura (dos 105,50 metros iniciais passou a contar com 53,13 metros), o Palácio da Justiça permaneceu até o início dos anos 2000 como o mais alto do Centro Cívico. Paralelepípedo alongado de base retangular (80 x 22 m), sustentado por pilotis monumentais, destaca-

↓ Figura 01  
Maquete do Edifício das Secretarias  
e Pagadoria e Recebedoria. Curitiba – 1953



↗ Foto 01  
Palácio da Justiça em construção.  
Curitiba – sem data



se pela simplicidade de sua forma e pela grande e dinâmica superfície de *brise-soleil* de sua fachada frontal, só quebrada por três balcões demarcados por moldura fechada em concreto armado (situados no quinto, sétimo e décimo pavimentos e correspondentes no projeto original aos gabinetes de secretários de Estado). Nos dois primeiros pavimentos, onde estão visíveis os pilotis, a vedação em vidro está recuada em relação aos andares superiores, o que proporciona leveza à composição. Foram mantidas, como nos demais edifícios, as plantas e as fachadas livres e independentes da estrutura em concreto armado, o terraço-jardim e as janelas contínuas.

Os dois primeiros pisos recebem configuração diferenciada, com destaque para o pé-direito duplo de boa parte do vestíbulo no térreo, para a escadaria monumental e o mezanino de contorno solto. O pavimento-tipo apresenta elementos fixos nas extremidades correspondentes à circulação

vertical (escadas e elevadores) e às instalações sanitárias e técnicas (ar condicionado).

Em relação às ampliações do prédio, há registro que, em meados da década de 1980, foi acoplada uma escada de emergência, projetada pela arquiteta Maria Helena Grudzien. Em 2004, o Anexo 1, de autoria do escritório Projeto Globo Engenharia e Arquitetura, foi inaugurado passando a abrigar os gabinetes dos desembargadores. Trata-se de um bloco único, de mesma tipologia e de dimensões próximas do Palácio da Justiça, locado atrás deste com uma passagem interligando-os. As linguagens formais, no entanto, são distintas, consequência natural dos cinquenta anos que os separam. A proximidade entre eles compromete a percepção de que se trata de dois edifícios diferentes, fugindo do conceito de volumes isolados até então mantido no Centro Cívico.



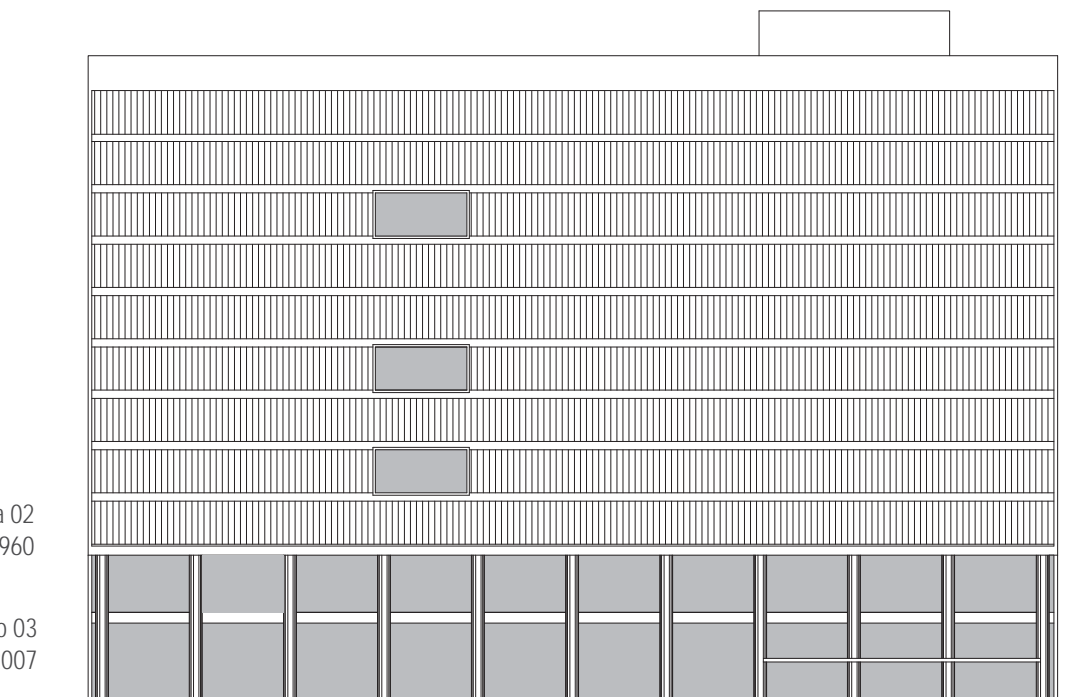


↓ Foto 02  
 Palácio da Justiça. Curitiba – 2007



→ Figura 02  
 Fachada frontal do Palácio da Justiça. Curitiba – década de 1960

↘ Foto 03  
 Palácio da Justiça. Curitiba – 2007



fachada frontal

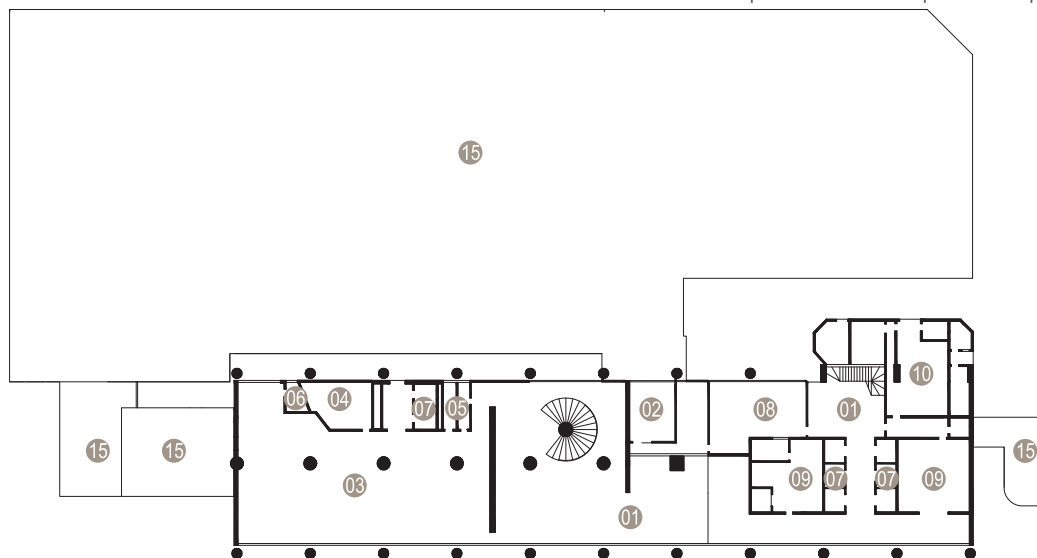


↓ Figura 03

Plantas dos pavimentos térreo, primeiro e tipo do Palácio da Justiça. Curitiba – 2007

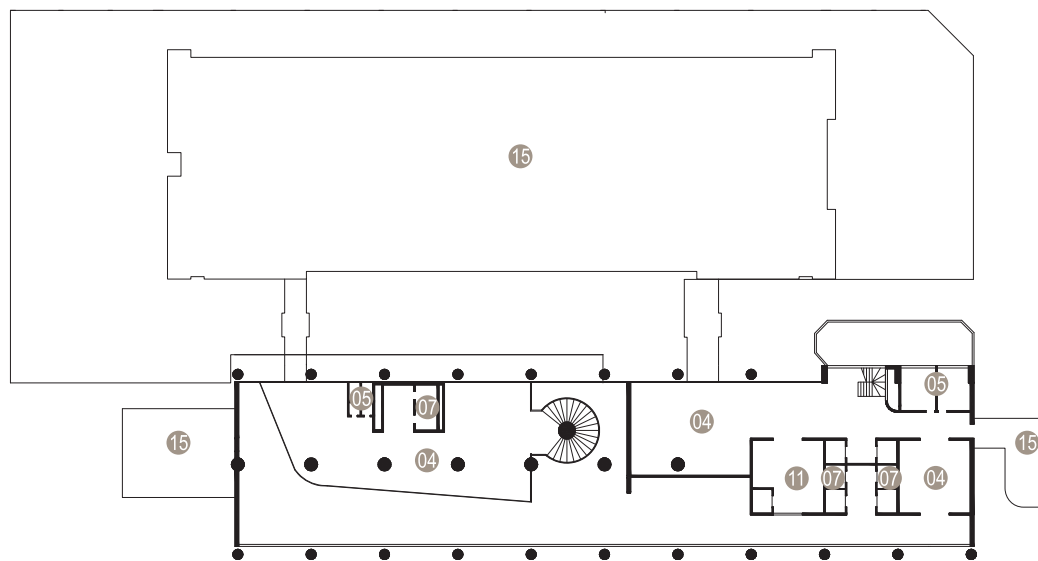
## PALÁCIO DA JUSTIÇA

- 01 vestíbulo
- 02 capela
- 03 serviços bancários
- 04 apoio administrativo e (ou) serviço
- 05 instalações sanitárias
- 06 depósito
- 07 elevador
- 08 almoxarifado
- 09 protocolo
- 10 área técnica
- 11 arquivo
- 12 planta livre – área de trabalho
- 13 copa
- 14 ar condicionado
- 15 construções posteriores

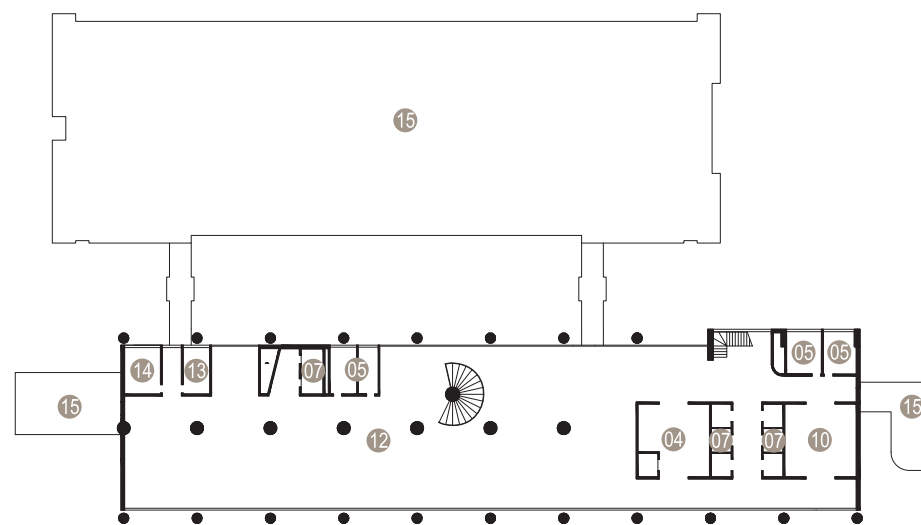


pavimento térreo

0 10 20 m



primeiro pavimento



pavimento-tipo

→ Foto 04  
Detalhe dos pilotis monumentais  
e dos *brises-soleil* na fachada frontal  
do Palácio da Justiça. Curitiba – 2007





← Foto 05  
Grande vestibulo do Palácio da Justiça.  
Curitiba – 2011

↙ Foto 06  
Escadaria de acesso ao primeiro pavimento  
do Palácio da Justiça. Curitiba – 2011

↓ Foto 07  
Detalhe da passagem de ligação entre o Anexo 1  
e o Palácio da Justiça. Curitiba – 2009



→ Foto 08  
Fachada frontal do Anexo 1 do Palácio da Justiça.  
Curitiba – 2009





Sedes Administrativas





# Tribunal Superior e Secretarias de Estado

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Tribunal Superior e Secretarias de Estado
Denominação atual	Ministério Público do Paraná
Endereço	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.251
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro Candido de Abreu
Data do projeto arquitetônico	1902
Data da inauguração	19 de dezembro de 1903
Edifício original	Ampliado
Área total construída	2.500 m² aproximadamente
Número de pavimentos	02
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	U
Linguagem Formal	Eclética
Tombamento Estadual	Processo n.º 02/2001, Inscrição Tombo n.º 143-II



↑ Foto 01  
 Tribunal Superior e Secretarias de Estado. Curitiba – sem data

Desde a criação da Província do Paraná, era sentida a falta de imóveis próprios para abrigar as atividades da administração pública. No final do século XIX, Francisco Xavier da Silva denunciou a situação:

Nesta capital salienta-se a falta de proprios do Estado para o funcionamento de repartições publicas.  
 A Secretaria do Interior e das Obras Publicas acham-se installadas no Palacio do Governo, que não lhe offerece as necessarias accomodações: o Superior Tribunal de Justiça, Secretaria de Policia, Junta Commercial, e Repartição de Colonisação, funcionam conjuntamente em predio particular, que custa alto aluguel ao Estado; e o tribunal do Jury reune-se em predio que para isso o Juiz de Direito consegue.<sup>1</sup>  
 Predio da Secretaria  
 Continua a funcionar esta Secretaria em um dos lances do pavimento terreo do palacio do Governo. Sendo inteiramente escassas as accomodações de que dispunha, mandei preparar a casa de madeira situada no centro do pateo do lado direito do palacio, onde antigamente era montada a typographia official, e ali consegui accommodar a 1ª secção.  
 Ainda assim são por demais insufficientes os predios aproveitados e a bôa ordem de serviço continua a reclamar a mudança da Secretaria para predio especial e espaçoso.<sup>2</sup>

Para contornar o problema, em 1895 o governo anunciou a construção de um “Palacio das Secretarias” no então “Largo da Proclamação” (hoje Praça Carlos Gomes). O projeto foi elaborado pelo engenheiro Carlos Borromei, chefe da 1ª seção da Secretaria de Obras Públicas.

1 PARANÁ. Governo. 1895. Mensagem do Governador do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, lida perante o Congresso Legislativo do Paraná, em 13 de novembro de 1895. Curitiba: Impressora Paranaense, 1895. (p. 9)  
 2 PARANÁ. 1896. Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario de Obras Publicas e Colonisação, em 28 de outubro de 1895. Corityba: Impressora Paranaense, 1896. (p. 6)

## Palacio das Secretarias

Como já teve ocasião de dizer V. Ex.<sup>a</sup> neste relatório, a Secretaria de Obras Publicas, continua a funcionar no lance esquerdo do pavimento terreo do Palacio do Governo sem que disponha ao menos, do estrictamente necessario para accomodar o pessoal de que hoje dispõe.

Da mesma forma que ella se acha a Secretaria do Interior que funciona no lance direito do mesmo Palacio.

Outras Repartições Publicas, nomeadamente, o Supremo Tribunal de Justiça, a Inspectoria Geral de Hygiene, a Collectoria da Capital, a Inspectoria Geral de Colonisação, a Junta Commercial, a Chefatura de Policia e finalmente o Archivo Publico proximo a fundar-se, todas ella, funcionam em casas particulares alugadas pelo Governo, em diversas ruas da capital, sem os compartimentos precisos para o bom funcionamento de cada uma.

Tem resolvido por isso V. Ex.<sup>a</sup> que se trate da construcção de um grande edificio que podendo conter em seus pavimentos superiores as trez Secretarias de Estado possa comportar nos pavimentos inferiores todas as Repartições Publicas que lhes são subordinadas, facilitando por essa forma o expediente e evitando as despesas crescidas que tem o Estado com alugueis de casas.

Para o fim de dar immediato cumprimento á resolução de V. Ex.<sup>a</sup> incumbi o chefe da 1.<sup>a</sup> secção [engenheiro Carlos Borromei] desta Secretaria de confeccionar o projecto do edificio a construir-se.

O local escolhido e que se pretende adquirir da Camara Municipal da Capital, é aquelle que, actualmente, fórma o largo denominado da Proclamação.

O edificio projectado irá tomar todo esse largo formando quatro ruas.

Na face principal [nº 1 no esquema abaixo], na rua Pedro Ivo, ficará situada no pavimento superior a Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação e no pavimento inferior a Inspectoria Geral de Colonisação e Muzeu de materiaes de obras que pretendo organizar.

Na face esquerda do edificio de maior extensão que a principal [nº 2 no esquema abaixo], ficará situada no pavimento superior a Secretaria de Estado dos Negócios de Finanças, Commercio e Industrias, tendo no pavimento inferior, de um lado, a Pagadoria e Collectoria da Capital, de outro a Junta Commercial.

Na face direita [nº 3 no esquema abaixo], de mesmas dimensões que a esquerda, ficarão situados no pavimento superior a Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica, o Supremo Tribunal de Justiça e Chefatura de Policia e no pavimento inferior a Inspectoria Geral de Hygiene, Tribunal do Jury, sala de audiencia dos Juizes de Direito e Districtaes, Cartorios, Archivo Publico e Bibliotheca.

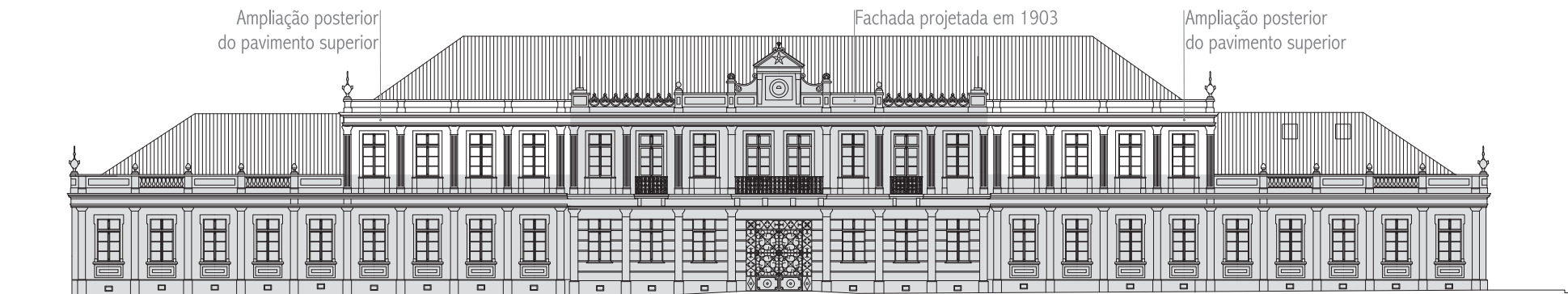
O lado paralelo á frente do edificio [nº 4 no esquema ao lado], fundos da rua Marechal Deodoro, formará uma rua onde mais tarde verificada a necessidade de augmento do edificio se poderá construir uma quarta face.

Ainda dentro do corrente anno terão começo os trabalhos de construcção do Palacio.

PARANÁ. 1896. (p. 18)



Mesmo sem contar com o projeto arquitetônico, a descrição releva pontos interessantes: a racionalidade e a setorização das atividades administrativas, a hierarquia espacial com a localização das secretarias no pavimento superior e as respectivas repartições subordinadas no térreo e a localização estratégica do edificio, com a Câmara Municipal em frente e o Palácio do Governo a uma quadra e meia de distância. A concorrência para a construção do edificio ocorreu em 5 de dezembro do mesmo ano, ocasião em que foram apresentadas quatro propostas. No relatório do ano



↑ Figura 01

Fachada frontal do antigo Tribunal Superior e Secretarias de Estado, hoje Ministério Público do Paraná. Curitiba – 1997

seguinte, consta que a construção não havia sido iniciada<sup>3</sup> e, após esta data, não foi encontrada notícia sobre a construção.

Alguns anos mais tarde, em 1902, o local adequado para o funcionamento das Secretarias de Estado voltou a ser um tema discutido.

Edifício da Rua Marechal Floriano Peixoto

Foi adquirido em praça pública em 11 de Setembro pela quantia de RS. 16:170\$000, inclusive despesas judiciais, o prédio n. 40 sito à rua Marechal Floriano Peixoto, sendo a importância acima retirada das verbas Obras Públicas em Geral.

O governo pretende mandar concluir e acomodar este grande edifício, para nelle serem installadas diversas repartições públicas.<sup>4</sup>

Tendo sido adquirido pelo governo em praça pública de 11 de Setembro do anno passado, o edifício n. 40 sito à rua Marechal Floriano Peixoto, que naquella epocha apenas se compunha de paredes externas e tecto, resolveo V. Exa., attentas as suas grandes proporções, mandar adaptal-o á varias repartições públicas, que estavam mal installadas e pagando elevados alugueis.

Da confecção da planta e orçamento deste serviço, incumbio-se gentilmente

o distincto engenheiro Dr. Candido de Abreu, tendo sido iniciados os trabalhos em Março e concluidos a 19 deste mez, dia em que foi considerado inaugurado.

Neste vasto edificio, que conta com 76 metros de frente por 54,5 de fundo para o lado da rua Iguassú, acham-se funcionando as Secretarias de Obras Publicas e Interior e Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Repartição Central de Policia, Fórum, Junta Commercial e Directoria de Hygiene: contendo ainda nove compartimentos destinados á cartorios de escrivães e escriptorios de advogados.<sup>5</sup>

O edificio projetado por Candido de Abreu manteve as “paredes externas e tecto” da antiga edificação existente no terreno. Trata-se solução disposta em U, com alas laterais assimétricas, sendo a porção direita do edificio mais larga e comprida que a esquerda. Tal irregularidade deve ter sido encontrada por Candido de Abreu, que com um programa bem extenso, precisou aproveitar toda a área já construída. No entanto, como convinha a uma edificação pública e administrativa, o tratamento da fachada principal retornou à simetria, omitindo a planta irregular. Voltada para a Rua Marechal Floriano Peixoto, a face frontal, de corpo alongado marcado pelo ritmo das aberturas, foi tripartida: a central, de dois pavimentos,

3 PARANA. 1896. Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado do Paraná, pelo Engenheiro Civil Candido Ferreira de Abreu, Secretario dos Negócios de Obras Publicas e Colonisação em 1º de Setembro de 1896. Curitiba: Typ. A Vapor Modelo, 1896. (p. 21)

4 PARANA. 1902. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1902. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1902. (p. 22)

5 PARANA. 1903. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1903. Curitiba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1903. (p. 7-8)



↓ Figura 02

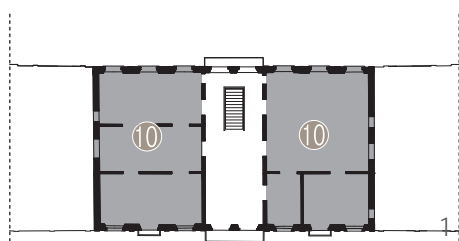
Plantas dos pavimentos térreo e superior do Tribunal Superior e Secretarias de Estado. Curitiba – 1905

## TRIBUNAL SUPERIOR E SECRETARIAS DE ESTADO



pavimento térreo

0 2 4 m



primeiro pavimento

- 1 vestibulo
- 2 fórum
- 3 secretaria das obras públicas
- 4 repartição central de policia
- 5 secretaria do interior e comércio
- 6 junta comercial
- 7 higiene pública
- 8 saneamento
- 9 corpo da guarda
- 10 superior tribunal

conta com o acesso principal definido por trabalhada porta de ferro e localizado no eixo de simetria da composição, acima desta um balcão com gradil que guarnece duas portas e um pequeno frontão triangular ressaltado na platibanda. Ladeando este conjunto, encontra-se um grupo de três janelas em cada pavimento, todas em verga reta. No sobrado, mais dois balcões foram colocados nas aberturas intermediárias. As laterais, com um pavimento, apresentam uma sequência de nove janelas.

O térreo possui rustificação, que reforça a solidez do conjunto. Dentro da orientação eclética, Candido de Abreu utiliza o vocabulário das ordens clássicas para hierarquizar o edifício e indicar a setorização imposta na distribuição das diferentes atividades ali desenvolvidas. No centro, colunas engastadas compósitas (no térreo) e coríntias (no sobrado) demarcam as atividades do Poder Judiciário: embaixo, fórum e polícia; em cima, Tribunal do Júri; e nas laterais, as jônicas representam as funções administrativas das secretarias de obras públicas e do interior e comércio. A platibanda central também é enriquecida com vários ornamentos, entre os quais elementos vazados, vasos e estátuas, e no alinhamento da porta principal uma placa quadrada marca o eixo de simetria e define um nicho central, apropriado para receber um relógio, em torno do qual são encontradas uma moldura, colunas laterais, um medalhão embaixo, com a indicação do ano de inauguração, e um gracioso frontão triangular.

Essa composição pode ver conferida na Figura 02 destacada em cinza. No início da década de 1920, foi feita uma intervenção, ampliando o pavimento superior, verificada no mesmo desenho.<sup>6</sup>

O partido arquitetônico do edifício define com clareza as atividades ali exercidas, assim como a hierarquia a que estão submetidas. A porta

<sup>6</sup> Em fevereiro de 1920 foi anunciado que a ampliação estava quase concluída. PARANÁ. Governo. 1920. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1920. Curitiba: Typ. da Republica, 1920. (p. 58)



← Foto 02  
Ministério Público do Estado do Paraná.  
Curitiba – 2009

principal, valorizada formalmente, dá acesso a um vestíbulo que distribui o fluxo para as diferentes seções do Poder Judiciário. Ao fundo, uma bela escadaria conduz ao Superior Tribunal, no pavimento superior. Nas laterais do vestíbulo no térreo, encontram-se dois portões em ferro trabalhado, um abrindo para o Fórum e o outro para a Repartição Central de Polícia. As duas secretarias estão locadas nas extremidades do prédio, cada qual possuindo acesso independente.

Desde sua inauguração, o edifício foi ocupado por vários órgãos da administração pública, como a Coletoria Estadual, a Procuradoria Fiscal, o Depósito Público e a antiga SUCEAM (atual SUDERHSA). Em 09 de maio de 1996, foi transferido para o Ministério Público do Estado do Paraná, momento em que foi restaurado. Atualmente abriga a subsede do Ministério Público, com as Promotorias Especiais de Defesa do Consumidor, de Defesa do Meio Ambiente, de Defesa dos Direitos e Garantias Individuais, de Reparação do Dano Proveniente de Crimes, Coordenadorias Criminal e Civil, Escola Superior do Ministério Público, Curso de Estagiários e o Memorial do Ministério Público.





↑ Foto 03

Detalhe do *motif milieu* da fachada frontal do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009

↓ Foto 04

Detalhe do frontão da fachada frontal do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009



↓ Foto 05

Detalhe do consolo do balcão sobre a porta principal da fachada frontal do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009





## Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	<i>Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos</i>
Denominação atual	Casa Andrade Muricy
Endereço	Alameda Dr. Muricy, 915
Autor do projeto arquitetônico	
Data do projeto arquitetônico	1924
Data da inauguração	21 de setembro de 1926
Edifício original	Preservado com ampliações
Área total construída	1.294,54 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	2 pavimentos + porão
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	U
Linguagem Formal	Eclética
Tombamento Estadual	Processo n.º 66/77, Inscrição Tombo n.º 65-II



A antiga sede Tesouro Estadual antes Liceu de Curitiba, datada de 1857, há muito estava acanhada para as suas funções. Em 1923, foi demolida dando lugar à construção de um “magnífico edifício situado a avenida Dr. Muricy e destinado às duas Collectorias da Capital, ao Instituto Commercial e à Junta Commercial”, a um custo de 535:851\$091.<sup>1</sup> O novo prédio, de dois pavimentos, ocupou todo o terreno, com implantação no alinhamento predial, para melhor aproveitamento da exígua área e dividiu com o Ginásio Paranaense (1904) a mesma quadra. No entanto, duas décadas separavam os edifícios e não havia intenção de formar um conjunto ou de manter a unidade formal, manteve-se a mesma situação anterior que marcava atividades diferentes: a nova coletoria permaneceu voltada para a Alameda Dr. Muricy e a escola secundária, para a Rua Borges de Macedo.

As soluções formais também foram distintas. Enquanto o ginásio adotou um partido de justaposição de volumes realçando sua fachada principal com uma torre centralizada acoplada ao maciço paralelepípedo correspondente ao edifício propriamente dito, a *coletoria* utilizou uma solução mais linear, mantendo mesmo assim a simetria e a clássica divisão da fachada em cinco partes. A central marca o eixo de simetria da composição e o acesso principal e possui um vão mais alargado que os demais (no térreo corresponde à porta principal guardada por colunas jônicas engastadas<sup>2</sup> e no pavimento superior, à sacada), sendo finalizada por um frontão triangular e um tratamento mais elaborado da platibanda com uma máscara circundada por elementos florais. As laterais estão definidas

1 PARANÁ. Governo. 1927. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 18ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1927. Curitiba, 1927. (p.107)

2 Em livre interpretação do repertório clássico as colunas sustentam os consolos da sacada superior, o entablamento fica apenas sugerido por uma delgada cornija.

Inaugurou-se hoje o predio destinado as Collectorias da Capital, Junta Commercial, Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Exgotos.

Nesta capital foi inaugurado hoje, á rua dr. Muricy, ás 13 horas, o predio destinado às Collectorias da Capital, Junta Commercial, Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Exgotos. Ao ato inaugural compareceu o dr. Munhoz da Rocha, presidente do Estado, que se fez acompanhar do chefe da casa militar, major Euclides do Valle, e do seu ajudante de ordens, capitão Luiz Ferrante.

(...)

Ao champagne proferiu belissima oração o Sr. Munhoz da Rocha, a qual findou debaixo de salva de palmas. Os presentes percorreram todas as dependencias do edificio que é um verdadeiro mimo de architettura, recebendo a mais agradável impressão.

O edificio é de construção da importante firma J. Muzzillo e Filho e impressiona admiravelmente desde a sua fachada vistosa, as suas escadarias de fino marmores de Carrara, o seu forro todo de estuque.

É uma obra muito bem acabada, na qual se vê desde logo que foi empregado material de primeira ordem, o que muito recomenda a firma constructora. Os moveis que contribuem para maior belleza das vastas dependencias do predio no qual funcionarão varias repartições do Estado, são de esmerada fabricação e foram adquiridos pelo governo á firma Salvador Maida e Filhos, desta praça.

Durante o acto, a magnifica banda musical da Força Militar do Estado, executou lindos numeros de seu selecto repertorio.

Jornal Gazeta do Povo. Curityba, 21 de setembro de 1926. (p. 5)

## Instituto Commercial

### Nova sede

A nova sede do Instituto Commercial, inaugurada em 21 de Setembro do corrente anno, no grande suptuoso edificio das Collectorias, está com todo o conforto e com capacidade para abrigar grande numero de alumnos. Mobiliadas com todo o capricho e gosto artistico, as salas de aula tem a commodidade precisa e assim tambem todo o material exigido para uma escola dessa natureza, que se destina a ensinar á mocidade as linguas estrangeiras e a sciencia da contabilidade, como tambem a stenografia e dactylografia e outros serviços praticos de escriptorio. Como escola de ensino commercial é a mais completa do Estado e que acha agora com uma instalação perfeita, rivalizando mesmo com a s melhores escolas congeneres do paiz, tendo o benemerito Governo do Estado prestado assim grande beneficio á mocidade patricia.

(...)

No dia seguinte ao da inauguração do edificio foi feita mudança do material do Instituto. Que podia ser aproveitado ali, sendo enviado ao Almoarifado restante na antiga sede, prosseguindo-se as aulas em sua ordem normal e sob contentamento dos professores e alumnos, sendo notavel o modo por que estes desde então se tem mantido com relação ao zelo pelo material novo, pela limpeza das salas e pela ordem interna do estabelecimento, dando uma demosntração mui nobre de seu amor por aquilo que o Governo construiu em beneficio da collectividade e especialmente dos estudantes do commercio.

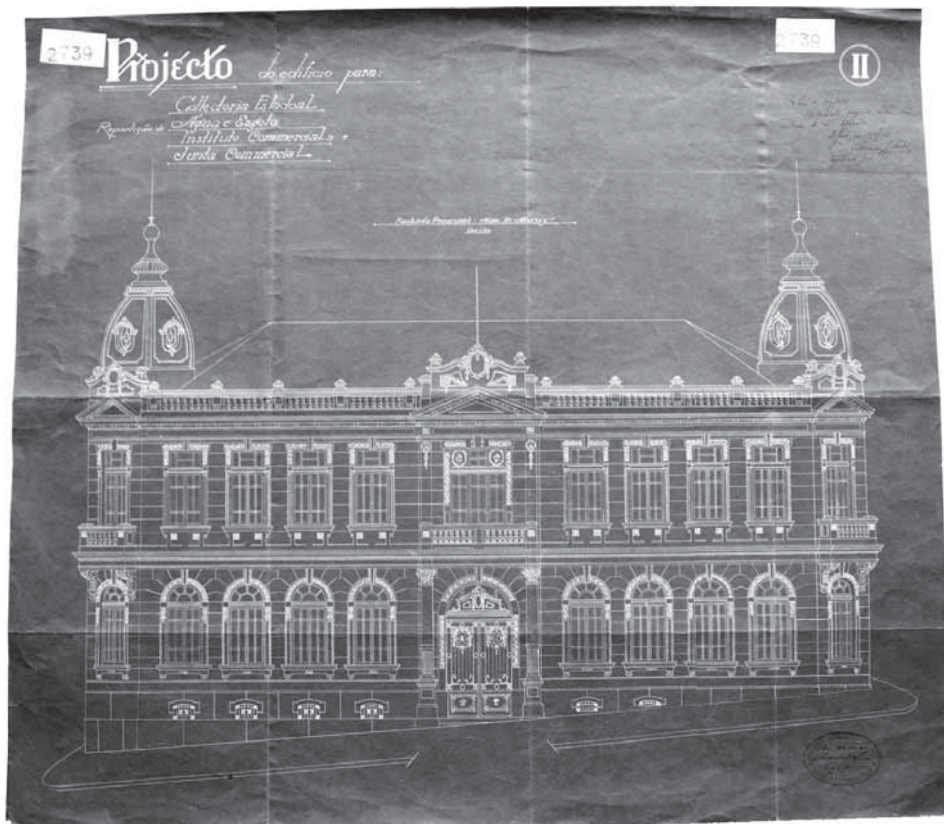
PARANÁ. 1926. (p. 421-422)



→ Fotos 07, 08 e 09

Detalhes de janelas protegidas por grade de ferro da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008

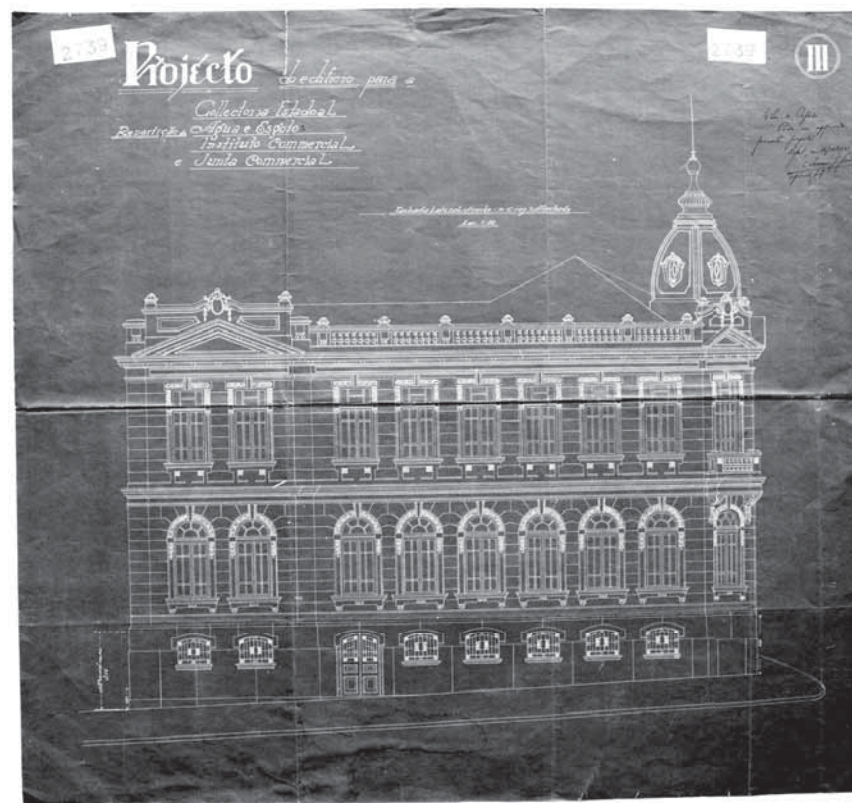




↑ Figura 03  
Projeto da Fachada Principal – 1923

pelo ritmo das aberturas emolduradas novamente com flores, as quais no térreo possuem arco pleno e no sobrado, verga reta. A demarcação da centralidade da composição recebe um contraponto pela presença de dois torreões nas extremidades do edifício, que marcam seus limites e quebram a horizontalidade predominante.

As duas fachadas laterais possuem tratamento idêntico: marcada pela presença do torreão em uma das extremidades e na outra, por pequeno avanço que mantém a sequência dos vãos, mas que define um frontão, que



↑ Figura 04  
Projeto da Fachada Lateral – 1923

repete a mesma ornamentação daquele encontrado na fachada principal, mas que corresponde a duas janelas em cada pavimento.

A solução eclética tem uma orientação clássica, impondo ao edifício de função pública e com atribuição principal de centralizar a coleta de impostos um caráter simultaneamente austero e imponente. A ornamentação com elementos florais e máscaras humanas é contida e, sobretudo, esmerada estando presente em toda a composição. O requinte formal é intensificado pelo uso de materiais nobres, como as grades de ferro das janelas térreas e



do porão com desenhos geométricos e florais. A platibanda repete o ritmo da fenestração com balaustres intermediados por vasos. Nos chanfros das esquinas, além dos torreões, encontram-se sacadas de menores dimensões.

O edifício das *Collectorias* manteve uma característica já encontrada anteriormente: sediar várias atividades públicas administrativas, distintas entre si e que determinam circulações e ambientes específicos. Para isso, repete a fórmula de setorização bem definida e um vestíbulo centralizado que distribui o fluxo: em frente à entrada principal é avistada a monumental escadaria de acesso ao pavimento superior e nas laterais encontram-se duas

portas de ferro, cada uma intermediando o acesso a um lado do edifício, onde se localizam diversas salas. A presença de grades metálicas nos portões e nas janelas indica que o piso seria destinado às coletorias. No sobrado, a distribuição de ambientes foi semelhante, abrigando as demais atividades: *Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos*.

Na década de 1930, o edifício recebeu uma ampliação que estendeu sua fachada lateral esquerda, quebrando a simetria imposta originalmente. As demais intervenções não comprometeram externamente o conjunto arquitetônico, ficando restritas à adequação interna dos ambientes. Atualmente é ocupado pela Casa Andrade Muricy, um espaço cultural da Secretaria de Estado da Cultura.



↑ Foto 10  
Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008



← Foto 11  
Detalhe do torreão da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008



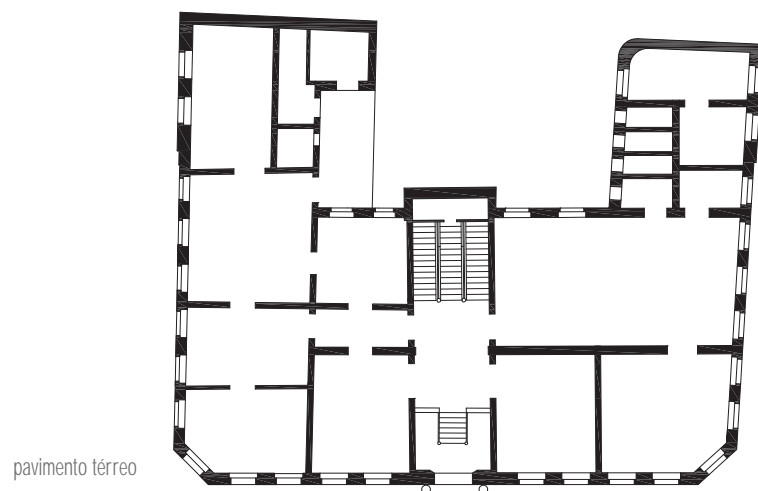
↑ Figura 05

Fachadas lateral esquerda e frontal do edifício das *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos*. Curitiba – 1923

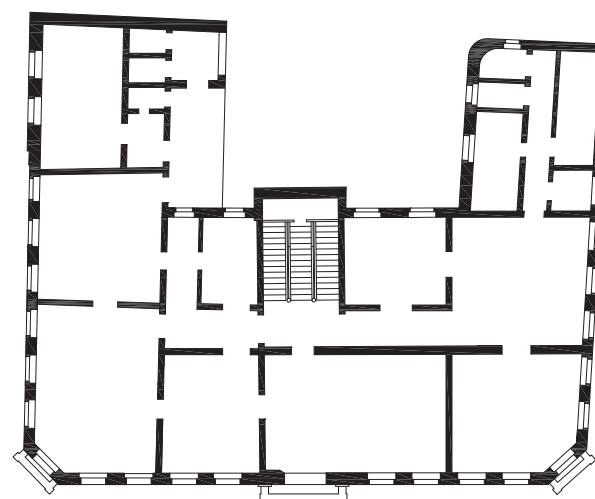
## *COLLECTORIAS, JUNTA E INSTITUTO COMMERCIAL E DIRECTORIA DE AGUAS E ESGOTOS*

↓ Figura 06

Plantas dos pavimentos térreo e superior do edifício das *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos*. Curitiba – 1923



pavimento térreo



pavimento superior



↑ Foto 12  
Detalhe da platibanda lateral da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008



← Foto 13  
Detalhe do *motif milieu* da fachada frontal  
da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008

→ Foto 14  
Detalhe da porta principal da Casa Andrade Muricy.  
Curitiba – 2008





## Laboratorio de Analyses e Dispensarios

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	<i>Laboratorio de Analyses e Dispensarios</i>
Denominação atual	Museu de Arte Contemporânea
Endereço	Rua Desembargador Westphalen, 16 – Centro
Autor do projeto arquitetônico	
Data do projeto arquitetônico	
Data da inauguração	28 de janeiro de 1928
Edifício original	Preservado com ampliações
Área total construída	629,44 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	2 pavimentos
Técnica construtiva	Alvenaria de tijolos
Tipologia da planta	Bloco único
Linguagem Formal	Eclética
Tombamento Estadual	Processo n.º 65/77, Inscrição Tombo n.º 64-II



← Fotos 15 e 16  
*Laboratorio de Analyses  
e Dispensarios.*  
Curitiba – sem data



O *Laboratorio de Analyses Chimicas e Microscopicas* de Curitiba iniciou suas atividades em 29 de maio de 1909, no antigo prédio da Assembleia Legislativa, na Rua Dr. Muricy. Em 1913, foi transferido para as dependências da Diretoria do Serviço Sanitário, na Avenida Iguaçu. Com o Regulamento Sanitário de 1918, o laboratório passou a realizar “as analyses das substancias alimenticias, bebidas, drogas, preparados magistraes e officinaes, bem como quaesquer outras analyses e exames chimicos que interessam á saude publica”.<sup>1</sup> Dez anos depois ganhou sede própria, na Rua Ratclif, hoje Desembargador Westphalen, no terreno onde desde 1884 funcionava a Escola Oliveira Bello.

### Laboratorio de Analyses

Recentemente instalado nesta Capital, o Laboratorio encontra-se aparelhado para realizar as pesquisas e analyses relativas á hygiene publica e comprehende, alem da secção de expediente, uma secção de bacteriologia, parasitologia e chimica medica e outra de chimica e bromatologia.

A primeira destas secções se destina ás pesquisas e trabalhos experimentaes concernentes ás doenças transmissiveis, não só na Capital como em qualquer ponto do estado, quando se façam necessarias medidas de prophylaxia e de hygiene geral, bem como ás pesquisas e analyses do solo, da agua e do ar e de tudo o que, em nosso meio possa fornecer dados epidemiolgicos.

Alem disso, prestará, na elucidação de diagnosticos, valioso concurso aos dispensarios do estado, ainda desprovidos de laboratorios proprios, e á Inspeção Medico Escolar.

A Secção de Chimica e Bromatologia vem tornar possivel na Capital o inadiavel serviço da fiscalizaçáo dos generos alimenticios, concomitantemente a cargo do Estado e do Municipio.

Ao Laboratorio de Analyses é subordinado um serviço que, nos centros adiantados do Paiz, acha-se affecto directamente á fiscalizaçáo dos generos alimenticios. Refiro-me á concessáo de carteiras de saude para os effeitos da fiscalizaçáo necessaria dos empregados domesticos e commerciaes. Creando o serviço de inspeçáo sanitaria, deu-se-lhe uma maior amplitude, de maneira a attingir outras classes que, embora não manuseiem generos alimenticios, este serviço deve alcançar.

Instituindo a carteira de saude para fins particulares ás pessoas que não são a ellas obrigadas, tem o serviço o intuito de attrahir á observaçáo sanitaria, pela

1 PARANÁ. 1918. Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná a que se refere a Lei n. 1791 de 8 de abril de 1918. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1918. (p. 17)

concessão de um documento official, após o exame clinico e as necessarias provas de laboratorio, o homem como factor epidemiologico, completando assim a função do Laboratorio de Pesquisas e Analyses, como centro de informação sanitaria.

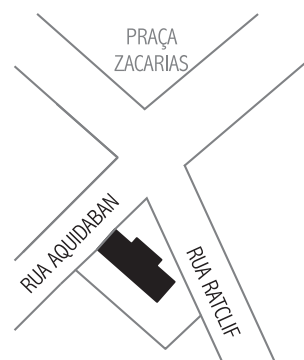
Gabinete Radiologico

Obedecendo a todos os requisitos da technica moderna, foi installado este novo departamento da administração do Estado no edificio construido nessa Capital para servir igualmente a diversas repartições subordinadas á Directoria do Serviço Sanitario.<sup>2</sup>

As atividades desenvolvidas pelo *Laboratorio de Analyses e Dispensarios* eram de fundamental importância na política estadual de saúde pública estadual que estava sendo implantada naquele momento. Juntamente com a intervenção urbana e a criação de instituições de isolamento, o trabalho de controle e inspeção sanitários e o de produção de conhecimento eram vitais para a promoção da saúde e o combate à doença, tão caros após as epidemias de 1917 e 1918. A descrição das atividades da instituição ressalta tal papel, inserindo o Laboratório numa estrutura mais ampla, baseada em modernos princípios científicos. A localização central de sua sede e a imponente solução formal confirmaram esta valorização, marcando a presença do estado em um dos pilares do progresso e desenvolvimento social, a higiene pública.

O edificio, situado em um terreno irregular, tem implantação diferenciada, encostando a lateral direita no limite da Rua Aquidaban e com a frente voltada para a Praça Zacarias, possibilitando maior visibilidade do conjunto arquitetônico.

O partido arquitetônico adotado foi de um volume alongado dividido em três partes, com a intermediária apresentando um avanço em relação às laterais. A horizontalidade é



predominante, marcada pela rustificação no térreo e a presença de cimalthas entre pavimentos e arremate da parte superior e do coroamento em todo o perímetro. No centro, também tripartido, encontra-se a entrada principal valorizada por porta elaborada, que coincide com o eixo de simetria do conjunto, ladeada por janelas triplas envolvidas por moldura de alvenaria. Nas extremidades a composição contou com conjuntos de duas janelas em cada pavimento. Pilastras sem referência clássica marcam a modulação vertical e intermedeiam as aberturas. A ornamentação presente nas molduras, cimalthas, platibanda e aos gradis metálicos dos balcões e muro apresenta predominância dos motivos florais. O vão central conta com um tratamento diferenciado com maior exuberância das flores sobre a porta principal e a uma máscara no sobrado.

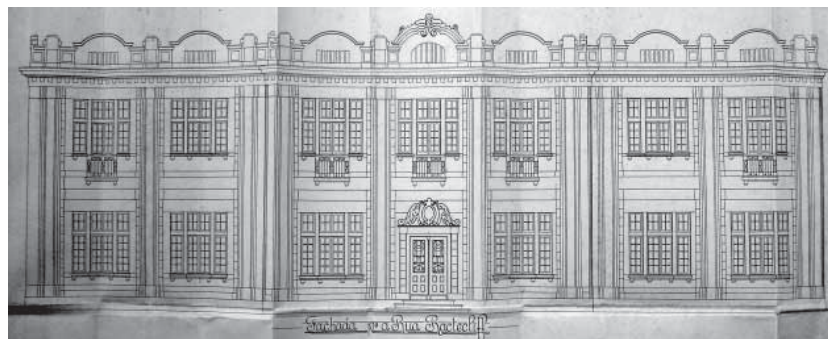
A porta principal dá acesso a um vestíbulo que se estende por todo o avanço central e faz a distribuição interna dos ambientes seguindo a lógica da solução formal da fachada: salas dispostas nas duas extremidades e pavimento superior que repete a planta do térreo. Uma fórmula empregada com frequência nos vários edificios públicos já relacionados. A bela escadaria de madeira é o elemento principal deste ambiente.

A trajetória de ocupação deste edificio é de difícil determinação. Abrigou a Secretaria de Trabalho e Assistência Social até 1973, quando foi restaurado para abrigar o Museu de Arte Contemporânea, o Museu da Imagem e do Som e o Conselho Estadual de Cultura. Atualmente sedia somente a primeira instituição.

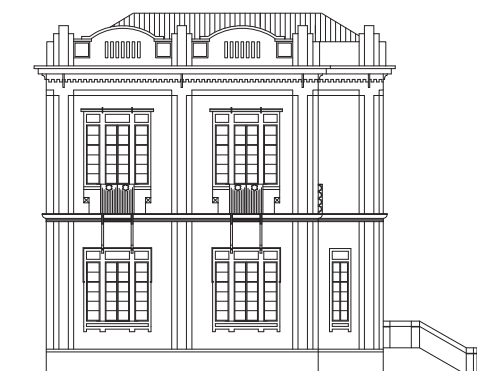
<sup>2</sup> PARANÁ. Governo. 1928. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 19ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1928. Curitiba, 1928. (p. 190-191)

## LABORATORIO DE ANALYSES E DISPENSARIOS

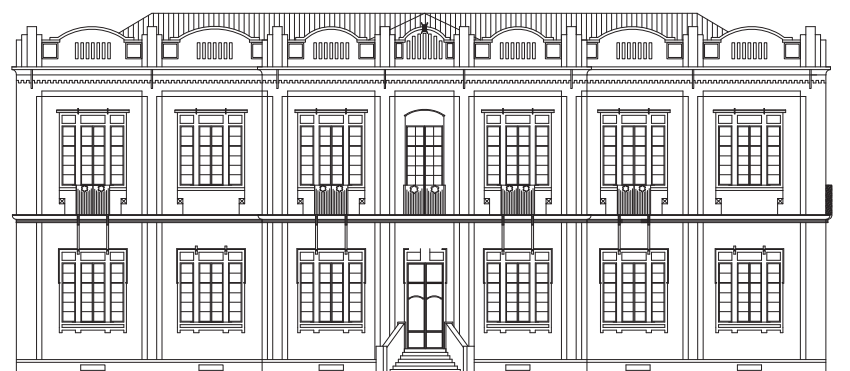
→ Figura 07  
Fachada principal  
do *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*.  
Curitiba – 1926



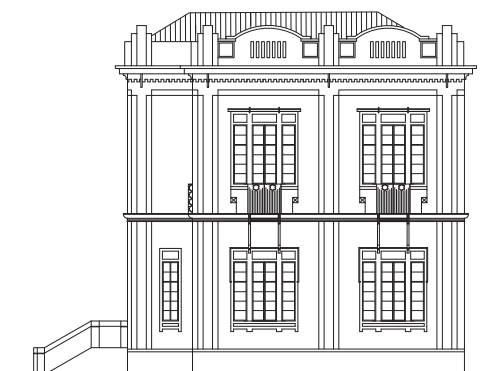
Na comparação com o projeto apresentado em 1926, verifica-se que o conjunto de vãos centrais formado pela porta principal e balcão foi alterado. Inicialmente havia uma repetição da modulação lateral, mais alargada, com a manutenção no pavimento superior do mesmo padrão de aberturas (Figura 07). No entanto, durante a construção a abertura central do pavimento superior foi modificada e seguiu a mesma largura da porta térrea, reduzindo o módulo no eixo de simetria (Figura 08).



fachada lateral esquerda

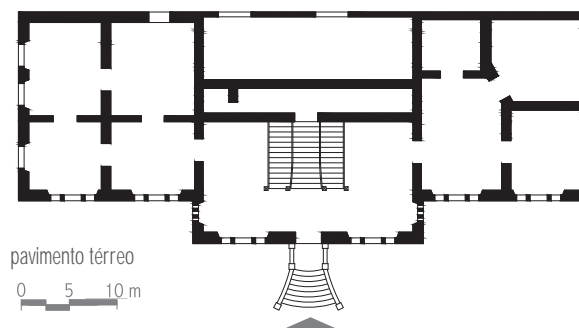


fachada frontal



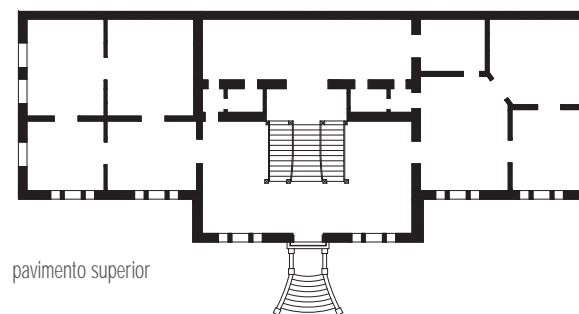
fachada lateral direita

↑ Figura 08  
Fachadas laterais e frontal  
do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 1998



pavimento térreo

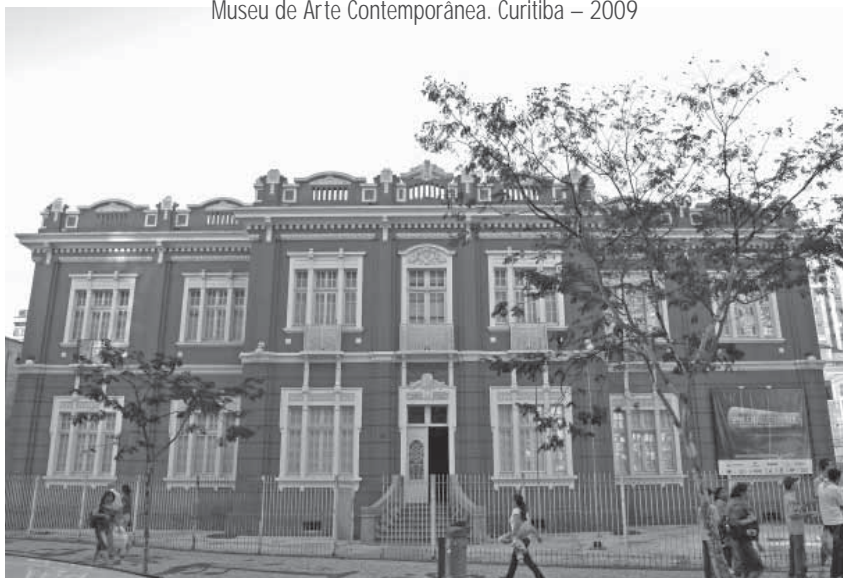
0 5 10 m



pavimento superior

← Figura 09  
Plantas dos pavimentos térreo e superior  
do *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*.  
Curitiba – 1926





↓ Foto 17  
Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009



→ Foto 18  
Detalhe da entrada principal  
do Museu de Arte Contemporânea.  
Curitiba – 2009

→ Foto 20  
Detalhe do *motif milieu* do Museu de Arte Contemporânea.  
Curitiba – 2009

↓ Foto 19  
Detalhe da moldura superior da entrada principal do  
Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009





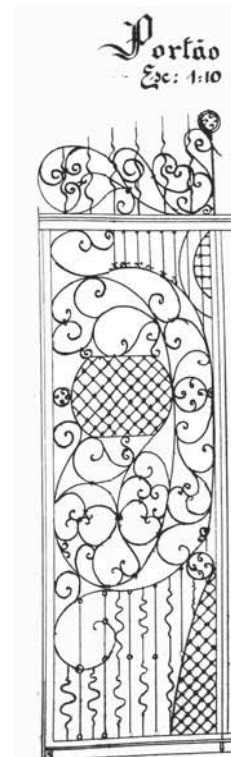


↑ Foto 21  
Detalhe de janela do pavimento superior  
do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009

↓ Figura 10  
Detalhe do projeto arquitetônico do gradil do muro  
do *Laboratório de Análises e Dispensários*.  
Curitiba – 1926



→ Figura 11  
Detalhe do projeto arquitetônico do portão  
do *Laboratório de Análises e Dispensários*.  
Curitiba – 1926



→ Foto 22  
Detalhe de moldura de janela do pavimento superior  
do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009





## Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda

FICHA TÉCNICA	
Denominação inicial	Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda
Denominação atual	Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda
Endereço	Avenida Iguaçu, 420 – Rebouças
Autor do projeto arquitetônico	Engenheiro civil Ayrton João (Lolô) Cornelsen
Data do projeto arquitetônico	1958
Data da inauguração	31 de janeiro de 1965
Edifício original	Preservado com ampliações
Área total construída	7.700,00 m <sup>2</sup>
Número de pavimentos	7 pavimentos
Técnica construtiva	Concreto armado
Tipologia da planta	Blocos justapostos
Linguagem Formal	Modernista
Tombamento Estadual	Processo n.º 02/2009, Inscrição Tombo n.º 165-II

↓ Foto 23

Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009



O Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR) foi criado pelo Decreto-lei n.º 637, de 6 de maio de 1947, subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, com o objetivo de construir, conservar e promover melhoramentos nas estradas do Paraná. Inicialmente ocupou duas salas da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP), na Avenida Marechal Floriano (antes Tribunal Superior e Secretarias de Estado). Com o aumento de trabalho e de funcionários passou a ocupar três andares do Edifício Garcez, no centro da cidade. Em 1º de abril de 1958, o engenheiro civil Ayrton João (Lolô) Cornelsen assumiu a direção do DER/PR e propôs a construção de uma sede própria. O próprio Cornelsen idealizou o projeto arquitetônico e o engenheiro Venevêrito da Cunha foi o responsável pelo cálculo estrutural. Sem verbas específicas para a construção, o departamento criou uma Comissão Construtora da Sede Própria que, por administração direta, reaproveitamento de material e permuta de serviços, iniciou a obra no mesmo ano estendendo-se até 1965. Como forma de garantir a continuidade da construção, os funcionários começaram a ocupar as instalações da Avenida Iguaçu em dezembro de 1960.<sup>1</sup>

O terreno, de 6.500 m<sup>2</sup>, pertencente à SVOP, possui 100 metros de comprimento (voltados para a Avenida Iguaçu) por 65 de largura. A proposta inicial foi de um paralelepípedo com base de 82,50 x 15 m, suspenso por pilotis monumentais justaposto a um volume baixo, formando entre si um ângulo de 90° (a planta em forma de T). No primeiro estariam alocadas as diretorias geral, administrativa e técnica e no segundo, o auditório, os laboratórios e a sala de exposição. Na parte frontal, a forma trapezoidal do auditório contrapõe-se à laminar do edifício principal. Neste, todos os cinco pontos da arquitetura modernista estão presentes na composição: além dos pilotis, a estrutura de concreto armado independente, proporcionando plantas e fachada livres, as janelas

<sup>1</sup> CARNEIRO, Célia Beltrame Trilow. Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda. O prédio na história do DER-PR. Curitiba: DER-PR, 2009.

em linha e o terraço-jardim. A horizontalidade foi evidenciada pela alternância entre janelas e peitoris contínuos. Do volume menor, apenas o auditório foi construído (a planta do conjunto passa a ter o formato de L). Ao lado deste, marcando a entrada principal, encontra-se uma pérgola formada por cinco colunas em forma de C e coberta com vidro jateado.

A planta livre nos pavimentos-tipo permite maleabilidade na disposição de ambientes e do mobiliário, além de maior equilíbrio térmico entre as faces norte (fachada posterior com maior exposição ao sol) e sul (fachada frontal). Os elementos fixos com a circulação vertical (escadas e elevadores) e as instalações sanitárias encontram-se nas duas extremidades.

Na primeira metade da década de 1970, o edifício foi ampliado, passando a contar com uma ala direita, transversal à Avenida Iguaçu, com a planta assumindo a forma de C. O conjunto arquitetônico permanece sendo utilizado pelo DER/PR. E, em 2009, novamente a iniciativa de seus funcionários rendeu frutos à instituição: em um rápido processo, o Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda foi tombado pelo Patrimônio Estadual.



← Figura 12

Perspectiva do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR, depois Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba, 1958

▼ Foto 24

Em primeiro plano, a pérgola da entrada principal e o auditório do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009

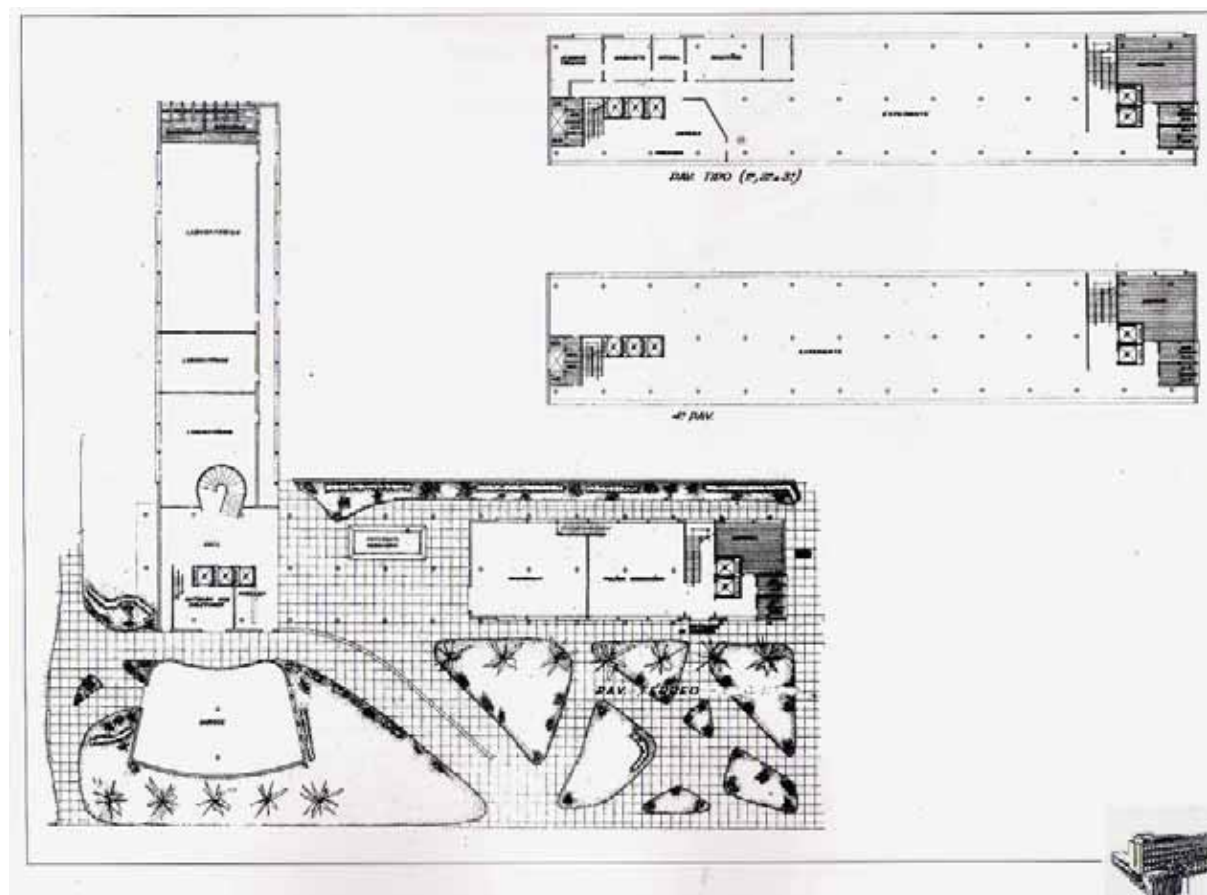




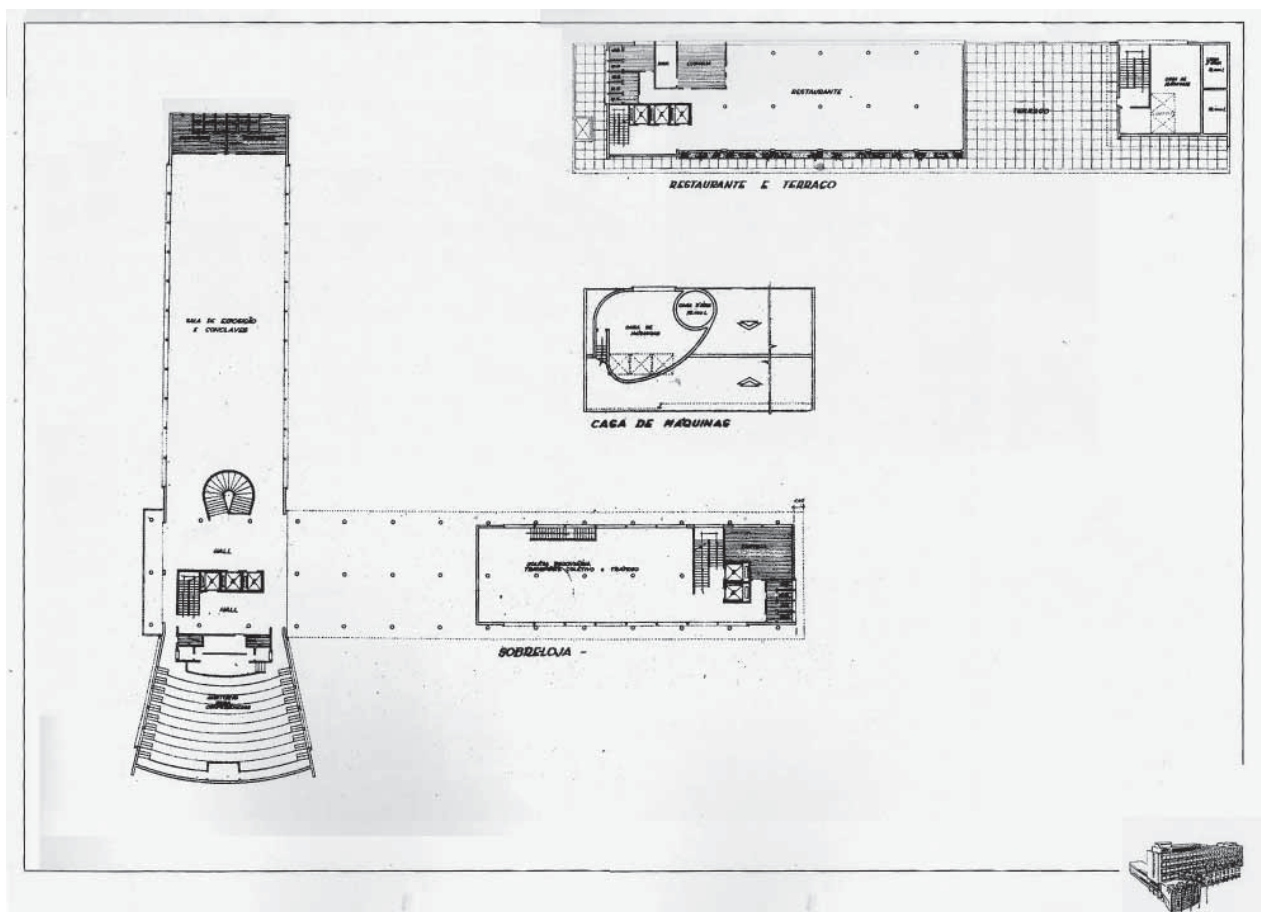
→ Figura 13  
Plantas do térreo e dos primeiro, segundo, terceiro e quarto pavimentos  
do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR,  
depois Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 1958

↘ Foto 26  
Detalhe da pérgola da entrada principal  
do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009

↓ Foto 25  
Detalhe da pérgola da entrada principal  
do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009







↑ Figura 14  
Plantas do mezanino, terraço e casa de máquinas  
do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR,  
depois Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 1958

→ Foto 27  
Detalhe da pérgola da entrada principal  
do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009

→ Foto 28  
Detalhe dos pilotis na fachada principal  
do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009





← Foto 29

Fachada lateral do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco.  
Curitiba – 2009

↓ Foto 30

Entrada frontal vista pelos fundos  
do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009





→ Foto 32

Detalhe dos pilotis da fachada lateral  
do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009

↓ Foto 31

Fachada posterior do Edifício Oswaldo Lacerda de  
Pacheco. Curitiba – 2009





# Relação de imagens

## Arquitetura, Arquitetura Oficial, Ecletismo e Modernismo, Tipologia e Caráter

Figura 01 Tipologia dos Edifícios Públicos de Orientação Eclética. Esquemas baseados nos projetos arquitetônicos de cada edifício.

Foto 01 Ginásio Paranaense, de 1904. Curitiba – sem data. Acervo: Museu Paranaense.

Foto 02 Paço Municipal, de 1916. Curitiba – década de 1920. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.

Foto 03 Universidade do Paraná, de 1914. Curitiba – década de 1910. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Foto 04 Palácio Rio Branco. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 05 Paço da Liberdade. Curitiba – sem data. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Foto 06 Paço da Liberdade. Curitiba – sem data. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Foto 07 Conjunto de Edifícios Públicos na Rua Marechal Floriano Peixoto: Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Tribunal Superior e Secretarias de Estado e Quartel do Regimento do Estado. Acervo: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná.

Foto 08 Antigo Tribunal Superior e Secretarias de Estado / hoje Ministério Público. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 09 Antiga sede das *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas* / hoje Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 10 Antigo *Laboratorio de Analyses e Dispensarios* / hoje Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 11 Palácio Iguaçu. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 12 Assembleia Legislativa. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 13 Palácio da Justiça. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 14 Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 15 Palácio Oswaldo Pacheco de Lacerda. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Mapa 01 Edifícios públicos de maior representatividade construídos na região central de Curitiba até 1930. Fonte: Mapas da cidade disponíveis no acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba) e da COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba).

Mapa 02 Edifícios públicos de maior representatividade construídos em Curitiba a partir de 1950. Fonte: Mapas da cidade disponíveis no acervo da Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba) e da COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba).

## Centro Cívico de Curitiba

Figura 01 Proposta para o Centro Cívico. Curitiba – 1943 / Implantação. Fonte: DIRETÓRIO ACADEMICO DE ENGENHARIA DO PARANÁ. Revista Técnica. Curitiba: Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, n.º 8, Tomo II, janeiro-março de 1945. (p. 59) / Base Digital: SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS (SEOP). Centro Cívico do Paraná – implantação Plano Agache / 1943. Curitiba, 2002. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em base digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Figura 02 Proposta para o Centro Cívico. Curitiba – 1943 / Perspectiva do conjunto. Fonte: DIRETÓRIO ACADEMICO DE ENGENHARIA DO PARANÁ. Revista Técnica. Curitiba: Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, n.º 8, Tomo II, janeiro-março de 1945. (p. 58)

Figura 03 Foto montagem da maquete do Centro Cívico. Curitiba – 1953. Fonte: ÁLBUM DO NATAL do Centenário 1853-1953 da Revista A Divulgação. [S.l.]: Editor Arnald F. Velloso, 1953.

Figura 04 Centro Cívico de Curitiba – projeto de 1953. Fonte: MUELLER, Oscar. Centro Cívico de Curitiba. Um espaço identitário. Porto Alegre, 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (p. 65) / Base Digital: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS (SEOP). Centro Cívico do Paraná – implantação projeto David Xavier Azambuja / 1953. Curitiba, 2002. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em base digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Figura 05 Maquete do Centro Cívico de Curitiba – 1953. Fonte: PARANÁ. 1953. Publicação Oficial do Centro Cívico de Curitiba. Curitiba: 1953. (p. 2)

- Figura 06 Centro Cívico de Curitiba – implantação em 2000. Base Digital: SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS (SEOP). Centro Cívico do Paraná – implantação em 2000. Curitiba, 2002. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em base digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.
- Foto 01 Construção do Palácio Iguaçu. Centro Cívico de Curitiba – década de 1950. Acervo: Museu da Imagem e do Som.
- Foto 02 Construção do Centro Cívico de Curitiba – década de 1950. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
- Foto 03 Centro Cívico de Curitiba – década de 2000. Acervo: Secretaria de Estado da Comunicação Social.
- Foto 04 Secretaria da Assembleia Legislativa. Centro Cívico de Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 05 Plenário e Anexo da Assembleia Legislativa. Centro Cívico de Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 06 Tribunal do Júri, Centro Cívico de Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 07 Estrutura para o Fórum, antigo Palácio da Justiça. Centro Cívico de Curitiba – 2004. Acervo: Secretaria de Estado da Comunicação Social.
- Foto 08 Palácio das Araucárias. Centro Cívico de Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 09 Palácio da Justiça. Centro Cívico de Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 10 Prefeitura Municipal de Curitiba. Centro Cívico de Curitiba – sem data. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.
- Foto 11 Centro Cívico de Curitiba – década de 2000. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.
- Foto 12 Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Centro Cívico de Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 13 Edifícios das Secretarias. Centro Cívico de Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 14 Antigo Edifício Presidente Castelo Branco, atual Museu Oscar Niemeyer. Centro Cívico de Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

#### Palácios do Governo

- Figura 01 Plantas dos pavimentos térreo e superior do Palácio do Governo. Curitiba – 1905. Desenho elaborado em 2010, tendo como base as plantas apresentadas em Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curitiba. Curitiba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola

Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello Teatro Guayra, Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Museu Paranaense e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e o levantamento arquitetônico atual em PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Restauro, reforma e ampliação do Museu da Imagem e do Som. Curitiba, junho de 2003. Plantas dos pavimentos térreo e superior, cortes e fachadas, apresentadas em seis pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração, Reforma e Ampliação em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

- Figura 02 Fachadas frontal e lateral direita do Palácio da Liberdade. Curitiba – 2003. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Restauro, reforma e ampliação do Museu da Imagem e do Som. Curitiba, junho de 2003. Plantas dos pavimentos térreo e superior, cortes e fachadas, apresentados em seis pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração, Reforma e Ampliação em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

- Figura 03 Plantas do Palacete Garmatter. Curitiba – 1937. Fonte: Projeto de um Palacete para o Snr. Julio Garmatter a construir-se na Rua Dr. Kellers (Alto São Francisco). Curitiba, 14 de outubro de 1937. Plantas, cortes e fachadas apresentadas em quatro pranchas. Cópia autêntica executada pela Secção Técnica do Departamento de Obras e Viação. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Palácio São Francisco – Museu Paranaense. Curitiba, setembro de 2001. Plantas e cortes, apresentadas em cinco pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

- Figura 04 Fachadas lateral esquerda e frontal do Palacete Garmatter. Curitiba – 1937. Fonte: Projeto de um Palacete para o Snr. Julio Garmatter a construir-se na Rua Dr. Kellers (Alto São Francisco). Curitiba, 14 de outubro de 1937. Plantas, cortes e fachadas apresentadas em quatro pranchas. Cópia autêntica executada pela Secção Técnica do Departamento de Obras e Viação. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

- Figura 05 Plantas do Palácio Iguaçu. Curitiba – 2007. Fonte: PARANÁ. Secretaria de Estado de Obras Públicas. Palácio Iguaçu. Curitiba, novembro de 2007. Levantamento arquitetônico do Palácio Iguaçu, apresentado em onze pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

- Figura 06 Fachada frontal do Palácio Iguaçu. Curitiba – 1952. Desenho elaborado tendo como base fotografias da década de 1950 e PARANÁ. Secretaria de Estado de Obras Públicas. Palácio Iguaçu. Curitiba, novembro de 2007. Levantamento arquitetônico do Palácio Iguaçu, apresentado em onze pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.
- Figura 07 Fachadas lateral esquerda e frontal do Paço da Liberdade. Curitiba – 1916. Fonte: Levantamento arquitetônico realizado por SANT'ANNA, Simone Soares. O Paço da Liberdade. Documentação arquitetural fotogramétrica do edifício que abriga o Museu Paranaense e produção de arquivo histórico digital. Curitiba, 2001.
- Figura 08 Plantas do Paço da Liberdade. Curitiba – 1916. Fonte: Levantamento arquitetônico realizado por SANT'ANNA, Simone Soares. O Paço da Liberdade. Documentação arquitetural fotogramétrica do edifício que abriga o Museu Paranaense e produção de arquivo histórico digital. Curitiba, 2001 e com a distribuição de ambientes de acordo com a descrição de: MARIUS. Paço Municipal. Jornal Diário da Tarde. Curitiba, 18 de janeiro de 1916. (p. 1)
- Figura 09 Plantas do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 1961. Fonte: MEISTER, Rubens. Paço da Liberdade – Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, 2 de outubro de 1961. Projeto arquitetônico da nova sede da Prefeitura Municipal de Curitiba apresentado em sete pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) – Pasta 6016 e CURITIBA. Secretaria Municipal de Governo. Palácio 29 de Março. Curitiba, 30 de janeiro de 2009. Levantamento arquitetônico do Palácio 29 de Março (plantas e fachadas) apresentado em cinco pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria Municipal de Governo.
- Figura 10 Fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fonte: MEISTER, Rubens. Paço da Liberdade – Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, 2 de outubro de 1961. Projeto arquitetônico da nova sede da Prefeitura Municipal de Curitiba apresentado em sete pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) – Pasta 6016 e CURITIBA. Secretaria Municipal de Governo. Palácio 29 de Março. Curitiba, 30 de janeiro de 2009. Levantamento arquitetônico do Palácio 29 de Março (plantas e fachadas) apresentado em cinco pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria Municipal de Governo.
- Pág. 57 Fotos de detalhes construtivos do Paço da Liberdade. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

- Foto 01 Palácio do Governo. Curitiba – década de 1930. Acervo: Museu Paranaense.
- Foto 02 Parte central (motif milieu) da fachada frontal do antigo Palácio do Governo, hoje Museu de Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 03 Detalhe da porta principal do antigo Palácio do Governo, hoje Museu de Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 04 Detalhe da pedra de fecho com máscara nas janelas do térreo e dos consoles das colunas endossadas do pavimento superior do Museu de Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010.
- Foto 05 Fachada frontal do antigo Palácio do Governo, hoje Museu de Imagem e do Som do Paraná. Curitiba – 2010.
- Foto 06 Palacete Garmatter. Curitiba – década de 1930. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura.
- Foto 07 Palacete Garmatter. Curitiba – década de 1930. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura.
- Foto 08 Palacete Garmatter. Curitiba – década de 1930. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura.
- Foto 09 Detalhe da janela no pavimento superior do Museu Paranaense. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 10 Detalhe da fachada frontal do Museu Paranaense. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 11 Vista aérea do Palácio Iguaçu. Curitiba – década de 2000. Acervo: Secretaria de Estado de Comunicação Social.
- Foto 12 Palácio Iguaçu. Curitiba – 1969. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).
- Foto 13 Vista aérea do Palácio Iguaçu. Curitiba – década de 2000. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.
- Foto 14 Detalhe de porta frontal do Palácio Iguaçu. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 15 Circulação interna do Palácio Iguaçu voltada para a Praça Nossa Senhora da Salete. Curitiba – 1969. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).
- Foto 16 Escadaria de acesso ao primeiro pavimento do Palácio Iguaçu. Curitiba – sem data. Acervo: Secretaria de Estado de Comunicação Social.
- Foto 17 Palácio Iguaçu. Curitiba – 1969. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).



- Foto 18 Detalhe do pequeno balcão de mármore do gabinete do Governador do Palácio Iguaçu. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 19 Salão Nobre no primeiro pavimento do Palácio Iguaçu. Curitiba – sem data. Acervo: Secretaria de Estado de Comunicação Social.
- Foto 20 Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 21 Fachada posterior do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 22 Detalhe do medalhão com máscara humana na fachada frontal do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 23 Detalhe do balcão da antiga Sala das Seções da Câmara Municipal do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 24 Detalhe da marquise da fachada posterior do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 25 Detalhe da *bay-window* na fachada lateral do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 26 Fenestração da fachada lateral do pavimento térreo do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 27 Detalhe do acesso principal do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 28 Detalhe do acesso lateral do Paço da Liberdade. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 29 Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 30 Fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 31 Fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 32 Detalhe da fachada lateral do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 33 Detalhe da fachada frontal do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 34 Detalhe do vão entre blocos do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 35 Espera e área de exposição no térreo do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

- Foto 36 Atendimento ao público no térreo do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 37 Setor administrativo no primeiro pavimento do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 38 Salão Brasil no segundo pavimento do Palácio Vinte e Nove de Março. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 38 Salão Brasil no segundo pavimento do Palácio Vinte e Nove de Março, em Curitiba - 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

### Palácios da Assembleia

- Figura 01 Planta do pavimento térreo do Museu Paranaense, antigo Paço da Assembleia. Curitiba – 1905. Fonte: Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curitiba. Curitiba, 1905. Planta dos edifícios públicos de Curitiba apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 02 Fachadas lateral esquerda e frontal do Palácio do Congresso. Curitiba – 1905. Fonte: Levantamento arquitetônico atual em ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. Restauração do Palácio Rio Branco. Curitiba, junho de 2009. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas, apresentadas em seis pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração em arquivo digital. Acervo: ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração.
- Figura 03 Plantas do pavimento térreo e galeria superior do Palácio do Congresso. Curitiba – 1905. Fonte: Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curitiba. Curitiba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello Teatro Guayra, Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Tribunal Superior e Secretarias d'Estado, Museu Paranaense e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) e o levantamento arquitetônico atual em ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. Restauração do Palácio Rio Branco. Curitiba, junho de 2009. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas, apresentadas em seis pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração em arquivo digital. Acervo: ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração.
- Figura 04 Maquete do Conjunto da Assembleia Legislativa no Centro Cívico. Curitiba – 1953. Fonte: ÁLBUM DO NATAL do Centenário 1853-1953 da Revista A Divulgação. [S.l.]: Editor Arnald F. Velloso, 1953.
- Pág. 91 Fotos de detalhes construtivos do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 01 Museu de História Natural e Etnographia (depois Museu Paranaense), antes Paço da Assembleia. Curitiba – sem data. Acervo: Museu Paranaense.

Foto 02 Palácio do Congresso. Curitiba – sem data. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Foto 03 Palácio do Congresso. Curitiba – sem data. Fonte: Album do Paraná. Curitiba: Livraria Econômica de Annibal Rocha & C., sem data. Acervo: Casa da Memória/FCC.

Foto 04 Palácio Rio Branco. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 05 Fachada frontal do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 06 Detalhe da entrada principal na fachada frontal do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 07 Detalhe das colunas e aberturas da *loggia* na fachada frontal do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 08 Detalhe das colunas na fachada frontal do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 09 Janela na fachada lateral, pavimento térreo, do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 10 Passarela de ligação do Palácio Rio Branco com o anexo administrativo. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 11 Detalhe da cornija da ordem coríntia do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 12 Detalhe da moldura de janelas duplas da fachada lateral do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 13 Vista parcial da galeria superior do Palácio Rio Branco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 14 Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná concluída e Plenário em construção. Curitiba – 1969. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

Foto 15 Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná e passarela de ligação com o Plenário em construção. Curitiba – 1969. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

Foto 16 Detalhe da fachada posterior do edifício da Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná e passarela de ligação com o Plenário. Curitiba – 1969. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

Foto 17 Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 18 Detalhe da fachada posterior da Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 19 Vestíbulo principal e mezanino da Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 20 Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 21 Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 22 Vestíbulo principal do Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 23 Jogo de rampas internas de acesso ao Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 24 Circulação interna do Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 25 Fachada frontal do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná voltada para o Plenário. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 26 Fachada do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná voltada para o Palácio da Justiça. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 27 Jardim interno do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 28 Detalhe da estrutura treliçada que sustenta o pano de vidro da fachada frontal do Anexo da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 29 Vista aérea do conjunto da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – década de 2000. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Foto 30 Vista posterior do conjunto arquitetônico da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

#### Palácio da Justiça

Figura 01 Maquete do Edifício das Secretarias e Pagadoria e Recebedoria. Curitiba – 1953. Fonte: PARANÁ. Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná. Curitiba: Governo do Paraná: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

Figura 02 Fachada frontal do Palácio da Justiça. Curitiba – década de 1960. Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Departamento de Engenharia e Arquitetura. Ampliação de Edifício Público. Curitiba, junho de 2007. Fachada frontal do edifício existente, apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Figura 03 Plantas dos pavimentos térreo, primeiro e tipo do Palácio da Justiça. Curitiba – 2007. Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Departamento de Engenharia e Arquitetura. Ampliação de Edifício Público. Curitiba, junho de 2007. Plantas do edifício existente, apresentadas em sete pranchas. Projeto arquitetônico de reforma em arquivo digital. Acervo: Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Pág. 111 Fotos de detalhes construtivos do Palácio da Justiça. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 01 Palácio da Justiça em construção. Curitiba – sem data. Acervo: Museu da Imagem e do Som da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

Foto 02 Palácio da Justiça. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 03 Palácio da Justiça. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 04 Detalhe dos pilotis monumentais e dos *brises-soleil* na fachada frontal do Palácio da Justiça. Curitiba – 2007. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 05 Grande vestíbulo do Palácio da Justiça. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 06 Escadaria de acesso ao primeiro pavimento do Palácio da Justiça. Curitiba – 2011. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 07 Detalhe da passagem de ligação entre o Anexo 1 e o Palácio da Justiça. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

Foto 08 Fachada frontal do Anexo 1 do Palácio da Justiça. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

#### Sedes Administrativas

Figura 01 Fachada frontal do antigo Tribunal Superior e Secretarias de Estado, hoje Ministério Público do Paraná. Curitiba – 1997. Fonte: Levantamento arquitetônico atual em ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. Restauração do Edifício do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba, agosto de 1997. Plantas dos pavimentos térreos e superior e fachadas principal e lateral, apresentadas em duas pranchas. Projeto

Arquitetônico de Restauração em arquivo digital. Acervo: ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração.

Figura 02 Plantas dos pavimentos térreo e superior do Tribunal Superior e Secretarias de Estado. Curitiba – 1905. Fonte: Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curitiba. Curitiba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello Teatro Guayra, Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Tribunal Superior e Secretarias d'Estado, Museu Paranaense e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração). e o levantamento arquitetônico atual em ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. Restauração do Edifício do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba, agosto de 1997. Plantas dos pavimentos térreos e superior e fachadas principal e lateral, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração em arquivo digital. Acervo: ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração.

Figura 03 Projeto da Fachada Principal – 1923. Fonte: PROJECTO do edificio para Collectoria Estadual Repartição de Agua e Esgoto, Instituto Commercial, Junta Commercial. Curitiba, 20 de outubro de 1923. Fachada principal e fachada lateral direita da rua Cruz Machado, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia. Acervo: Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba).

Figura 04 Projeto da Fachada Lateral – 1923. Fonte: PROJECTO do edificio para Collectoria Estadual Repartição de Agua e Esgoto, Instituto Commercial, Junta Commercial. Curitiba, 20 de outubro de 1923. Fachada principal e fachada lateral direita da rua Cruz Machado, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia. Acervo: Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba).

Figura 05 Fachadas lateral esquerda e frontal do edifício das *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Aguas e Esgotos*. Curitiba – 1923. Fonte: PROJECTO do edificio para Collectoria Estadual Repartição de Agua e Esgoto, Instituto Commercial, Junta Commercial. Curitiba, 20 de outubro de 1923. Fachada principal e fachada lateral direita da rua Cruz Machado, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia. Acervo: Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba). Base digital: PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Casa Andrade Muricy. Curitiba, abril de 1997. Plantas do pavimento térreo, superior e porão e fachadas principal e laterais apresentadas em seis pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).



- Figura 06 Plantas dos pavimentos térreo e superior do edifício das *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Águas e Esgotos*. Curitiba – 1923. Fontes: PROJECTO do edifício para Collectoria Estadual Repartição de Agua e Esgoto, Instituto Comercial, Junta Comercial. Curitiba, 20 de outubro de 1923. Fachada principal e fachada lateral direita da rua Cruz Machado, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia. Acervo: Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba) e PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Plantas da Secretaria da Fazenda. Curitiba, 8 de março de 1940. Plantas do pavimento térreo, superior e porão apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado. Base digital: PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Casa Andrade Muricy. Curitiba, abril de 1997. Plantas do pavimento térreo, superior e porão e fachadas principal e laterais apresentadas em seis pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).
- Figura 07 Fachada principal do *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*. Curitiba – 1926. Fonte: PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Dispensario e Laboratorio de analyses. Curitiba, 20 de julho de 1926. Plantas do pavimento térreo, superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 08 Fachadas laterais e frontal do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 1998. PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Museu de Arte Contemporânea. Curitiba, junho de 1998. Plantas do pavimento térreo, superior e fachadas principal e laterais apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).
- Figura 09 Plantas dos pavimentos térreo e superior do *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*. Curitiba – 1926. Fonte: PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Laboratorio de Analyses e Dispensarios. Curitiba, 20 de julho de 1926. Plantas do pavimento térreo, superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado.
- Figura 10 Detalhe do projeto arquitetônico do gradil do muro do *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*. Curitiba – 1926. Fonte: PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Laboratorio de Analyses e Dispensarios. Curitiba, 20 de julho de 1926. Plantas do pavimento térreo, superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

- Figura 11 Detalhe do projeto arquitetônico do portão do *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*. Curitiba – 1926. Fonte: PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Laboratorio de Analyses e Dispensarios. Curitiba, 20 de julho de 1926. Plantas do pavimento térreo, superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Figura 12 Perspectiva do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR, depois Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba, 1958. Acervo: Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR).
- Figura 13 Plantas do térreo e dos primeiro, segundo, terceiro e quarto pavimentos do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR, depois Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 1958. Acervo: Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR).
- Figura 14 Plantas do mezanino, terraço e casa de máquinas do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR, depois Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 1958. Acervo: Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR).
- Pág. 119 Fotos de detalhes construtivos do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 01 Tribunal Superior e Secretarias de Estado. Curitiba – sem data. Acervo: Ministério Público do Estado do Paraná.
- Foto 02 Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 03 Detalhe do *motif milieu* da fachada frontal do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 04 Detalhe do frontão da fachada frontal do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 05 Detalhe do consolo do balcão sobre a porta principal da fachada frontal do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 06 Edifício das *Collectorias, Junta e Instituto Commercial e Directoria de Águas e Esgotos*. Curitiba – 1942. Vista das fachadas principal e lateral esquerda, já apresentando a ampliação desta realizada na década de 1930. Fonte: PARANÁ. 1942. Relatório de Obras Publicas referente ao decênio 1932-1942. Curitiba: 1942.
- Foto 07 Detalhe da janela no térreo protegida por grade de ferro da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

- Foto 08 Detalhe da janela no porão protegida por grade de ferro da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 09 Detalhe da janela no térreo protegida por grade de ferro correspondente à ampliação da ala direita na década de 1930. Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 10 Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 11 Detalhe do torreão da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 12 Detalhe da platibanda lateral da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 13 Detalhe do *motif milieu* da fachada frontal da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 14 Detalhe da porta principal da Casa Andrade Muricy. Curitiba – 2008. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 15 *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*. Curitiba – sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Foto 16 *Laboratorio de Analyses e Dispensarios*. Curitiba – sem data. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).
- Foto 17 Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 18 Detalhe da entrada principal do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 19 Detalhe da moldura superior da entrada principal do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 20 Detalhe do *motif milieu* do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 21 Detalhe de janela do pavimento superior do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 22 Detalhe de moldura de janela do pavimento superior do Museu de Arte Contemporânea. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 23 Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 24 Em primeiro plano, a pérgola da entrada principal e o auditório do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 25 Detalhe da pérgola da entrada principal do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 26 Detalhe da pérgola da entrada principal do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 27 Detalhe dos pilotis na fachada principal do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 28 Detalhe dos pilotis na fachada principal do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 29 Fachada lateral do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 30 Entrada frontal vista pelos fundos do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 31 Fachada posterior do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Foto 32 Detalhe dos pilotis da fachada lateral do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2009. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.
- Pág. 160 Fotos de detalhes construtivos do Edifício Oswaldo Lacerda de Pacheco. Curitiba – 2010. Fotografia: Elizabeth Amorim de Castro.

# Fontes e Referências

## FONTES

### *Relatórios e Mensagens de Governo*

PARANA. 1894. Relatório apresentado ao Dr. Governador do Estado do Paraná pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario d'Estado dos Negócios das Obras Publicas e Colonisação. Curityba: Typ. D'A Republica, 1894.

PARANA. 1896. Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado do Paraná, pelo Engenheiro Civil Candido Ferreira de Abreu, Secretario dos Negócios de Obras Publicas e Colonisação em 1º de Setembro de 1896. Curityba: Typ, A Vapor Modelo, 1896.

PARANÁ. 1896. Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho, Secretario de Obras Publicas e Colonisação, em 28 de outubro de 1895. Curityba: Impressora Paranaense, 1896.

PARANA. 1899. Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado do Paraná, pelo Engenheiro Civil Candido Ferreira de Abreu, Secretario dos Negócios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1899. Curityba: Typ. a vapor Novo Mundo, 1899.

PARANA. 1900. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1900. Curityba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1900.

PARANA. 1901. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1901. Curityba: Oficinas do Atelier Novo Mundo, 1901.

PARANA. 1902. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1902. Curityba: Atelier Novo Mundo, 1902.

PARANA. 1903. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bacharel Arthur Pedreira de Cerqueira, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação em 31 de Dezembro de 1903. Curityba: Typ. e Lith. Impressora Paranaense, 1903.

PARANA. 1908. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, Secretario d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação - Anno de 1907. Em 14 de janeiro de 1908. Curityba: Oficinas de Artes Graphics de Adolpho Guimarães, 1908.

PARANÁ. 1925. Relatório apresentado a sua Excellencia o Senhor Doutor Caetano Munhoz da Rocha, Dignissimo Presidente do Estado, por Alcides Munhoz, Secretario Geral d'Estado, referente aos serviços do exercicio financeiro de 1924-1924, 31 de dezembro de 1924. Curityba: Livraria Mundial França e Cia., 1925.

PARANÁ. 1926. Relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado a Sua Excellencia o Senhor Doutor Caetano Munhoz da Rocha, digníssimo Presidente do Estado, por Alcides Munhoz, Secretario Geral d'Estado. Referente aos serviços do exercicio financeiro de 1925-1926. Curityba, 31 de Dezembro de 1926. Curityba: Livraria Mundial, 1926.

PARANÁ. 1942. Relatório de Obras Publicas referente ao decênio 1932-1942. Curitiba: 1942.

PARANÁ. Governo. 1895. Mensagem do Governador do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, lida perante o Congresso Legislativo do Paraná, em 13 de novembro de 1895. Curityba: Impressora Paranaense, 1895.

PARANÁ. Governo. 1903. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Exmº SNr. Dr. Francisco Xavier da Silva na 2ª Sessão ordinária da 6ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 1903. Curityba: Typographia d'A Republica, 1903.

PARANÁ. Governo. 1904. Mensagem apresentada pelo Exmº Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado, ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão ordinária da 7ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 1904. Curityba: Typographia d'A Republica, 1904.

PARANÁ. Governo. 1920. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1920. Curityba: Typ. da Republica, 1920.



PARANÁ. Governo. 1923. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1923. Curitiba, 1923.

PARANÁ. Governo. 1927. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 18ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1927. Curitiba, 1927.

PARANÁ. Governo. 1928. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1928. Curitiba, 1928.

PARANÁ. Governo. 1929. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1º de fevereiro de 1929. Curitiba, 1929.

PARANÁ. Governo. 1939. Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas M. D. Presidente da Republica pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1939.

PARANÁ. Governo. 1953. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador do Paraná. Curitiba, 1953.

PARANÁ. Provincia. 1855. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 8 de fevereiro de 1955. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855.

### *Projetos Arquitetônicos*

ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. Restauração do Edifício do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba, agosto de 1997. Plantas dos pavimentos térreos e superior e fachadas principal e lateral, apresentadas em duas pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração em arquivo digital. Acervo: ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração.

ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. Restauração do Palácio Rio Branco. Curitiba, junho de 2009. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachadas, apresentadas em seis pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração em arquivo digital. Acervo: ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Governo. Palácio 29 de Março. Curitiba, 30 de janeiro de 2009. Levantamento arquitetônico do Palácio 29 de Março (plantas e fachadas) apresentado em cinco pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria Municipal de Governo.

MEISTER, Rubens. Paço da Liberdade - Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, 2 de outubro de 1961. Projeto arquitetônico da nova sede da Prefeitura Municipal de Curitiba apresentado em 7 pranchas. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 6016.

PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Plantas da Secretaria da Fazenda. Curitiba, 8 de março de 1940. Plantas do pavimento térreo, superior e porão apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

PARANÁ. DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO. Seção Técnica. Plantas da Secretaria da Fazenda. Curitiba, 8 de março de 1940. Plantas do pavimento térreo, superior e porão apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

PARANÁ. DIRECTORIA DE OBRAS PÚBLICAS. Dispensário e Laboratorio de analyses. Curitiba, 20 de julho de 1926. Plantas do pavimento térreo, superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Projeto Arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado.

PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Projecto da Collectoria e Fórum da Lapa. Curitiba, 7 de julho de 1926. Plantas dos pavimentos térreo e superior e fachada apresentadas em uma prancha. Cópia do projeto arquitetônico em papel vegetal. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 5834.

PARANÁ. Directoria de Obras Publicas. Projecto do Forum de Rio Negro. Curitiba, 7 de julho de 1924. Plantas dos pavimentos térreo e superior apresentadas em uma prancha. Projeto arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 91.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Palácio São Francisco - Museu Paranaense. Curitiba, setembro de 2001. Plantas e cortes, apresentadas em cinco pranchas. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Restauo, reforma e ampliação do Museu da Imagem e do Som. Curitiba, junho de 2003. Plantas dos pavimentos térreo e superior, cortes e fachadas, apresentadas em seis pranchas. Projeto Arquitetônico de Restauração, Reforma e Ampliação em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Casa Andrade Muricy. Curitiba, abril de 1997. Plantas do pavimento térreo, superior e porão e fachadas principal e laterais apresentadas em seis pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Casa Andrade Muricy. Curitiba, abril de 1997. Plantas do pavimento térreo, superior e porão e fachadas principal e laterais apresentadas em seis pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Museu de Arte Contemporânea. Curitiba, junho de 1998. Plantas do pavimento térreo, superior e fachada principal apresentadas em três pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

PARANÁ. Secretaria de Estado de Obras Públicas. Palácio Iguaçu. Curitiba, novembro de 2007. Levantamento arquitetônico do Palácio Iguaçu, apresentado em onze pranchas. Levantamento Arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Perspectiva do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR. Acervo: Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR).

Plantas do térreo e dos primeiro, segundo, terceiro e quarto pavimentos do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR. Acervo: Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR).

Plantas do térreo, terraço e casa de máquinas do projeto arquitetônico inicial para a sede do DER/PR. Acervo: Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR).

Plantas dos Edifícios Públicos do Estado em Curitiba. Curitiba, 1905. Plantas dos edifícios públicos Escola Tiradentes, Escola Carvalho, Escola Oliveira Bello Teatro Guayra, Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva, Museu Paranaense e Secretaria de Finanças, apresentadas em uma prancha. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração).

PROJECTO do edificio para Collectoria Estadual Repartição de Agua e Esgoto, Instituto Comercial, Junta Comercial. Curitiba, 20 de outubro de 1923. Fachada principal e fachada lateral direita da rua Cruz Machado, apresentadas em duas pranchas. Projeto

Arquitetônico em cópia. Acervo: Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC (Fundação Cultural de Curitiba).

Projeto de um Palacete para o Snr. Julio Garmatter a construir-se na Rua Dr. Kellers (Alto São Francisco). Curitiba, 14 de outubro de 1937. Plantas, cortes e fachadas apresentadas em quatro pranchas. Cópia autêntica executada pela Secção Técnica do Departamento de Obras e Viação. Levantamento arquitetônico em cópia heliográfica. Acervo: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

SANT'ANNA, Simone Soares. O Paço da Liberdade. Documentação arquitetural fotogramétrica do edifício que abriga o Museu Paranaense e produção de arquivo histórico digital. Curitiba, 2001.

SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS (SEOP). Centro Cívico do Paraná – implantação Plano Agache / 1943. Curitiba, 2002. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em base digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS (SEOP). Centro Cívico do Paraná – implantação projeto David Xavier Azambuja / 1953. Curitiba, 2002. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em base digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS (SEOP). Centro Cívico do Paraná – implantação em 2000. Curitiba, 2002. Planta de implantação apresentada em uma prancha. Projeto Arquitetônico em base digital. Acervo: Secretaria de Estado de Obras Públicas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Departamento de Engenharia e Arquitetura. Ampliação de Edifício Público. Curitiba, junho de 2007. Fachada frontal do edifício existente, apresentada em uma prancha. Levantamento arquitetônico em arquivo digital. Acervo: Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Departamento de Engenharia e Arquitetura. Ampliação de Edifício Público. Curitiba, junho de 2007. Plantas do edifício existente, apresentadas em sete pranchas. Projeto arquitetônico de reforma em arquivo digital. Acervo: Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

*Periódicos, Tratados de Arquitetura, Legislação e outras fontes*

1º TABELIÃO. 1912. Escripção de venda da uma casa de sobrado que fazem o Doutor Leopoldo Ignácio Weiss e sua mulher a Fazenda Nacional, pela quantia de quarenta contos de Réis, em 24 de outubro de 1890. Curitiba, 10 de abril de 1912. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio do Estado da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 20.

ÁLBUM DO NATAL do Centenário 1853-1953 da Revista A Divulgação. [S.l.]: Editor Arnald F. Velloso, 1953.

ALBUM DO PARANA. Curitiba: Livraria Econômica de Annibal Rocha & C., sem data. Acervo: Casa da Memória/FCC

ARQUIBRASIL. Arquitetura e Restauração. *Relatório de Restauração do Edifício do Ministério Público do Estado do Paraná*. Curitiba, 1997. 8p.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do Município de Curitiba (p. 5-6). In Revista *Paraná Econômico*, ano IX, nº 98. Curitiba, maio de 1961.

CLOQUET, Louis. *Traité d'architecture. Éléments de L'Architecture, Types d'Édifices - Esthétique, Composition et Pratique de L'Architecture*. Paris: Beranger, 19?. 2ª Edição. Tomo Quatrième, entre outros.

DIRETÓRIO ACADEMICO DE ENGENHARIA DO PARANÁ. *Revista Técnica*. Curitiba: Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, nº 8, Tomo II, janeiro-março de 1945.

DURAND, Jean-Nicolas-Louis. *Précis des leçons d'architecture donnés a l'École Royale Polytechnique suivi le La Partie graphique des cours d'architecture faits a l'École Royale Polytechnique depuis sa réorganisation*. Liège: Dominique Avanzo et Compagnie Éditeurs, 1841.

Escritura Pública, nº de ordem 22.538, transcrição nº 10.555, do Livro 3-G, Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca da Capital. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Estadual da SEAD (Secretaria de Estado da Administração) - Pasta 6016.

GUADET, Julien. *Éléments et théorie de l'architecture. Livre VIII. Les Éléments de la composition dans les édifices d'enseignement et instruction publique*. Paris : Librairie de la Construction Moderne, 1909. 1ª edição : 1901.

Jornal *Gazeta do Povo*. Curitiba, 21 de setembro de 1926.

MARIUS. *O paço Municipal*. In Jornal *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 de janeiro de 1916. (p. 1)

*O PARANÁ NO Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto*. Curitiba: Comercial e Editora Sant'Ana, 1953.

PARANÁ. 1892. Constituição Política. Leis e regulamentos. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1892.

PARANÁ. 1918. Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná a que se refere a Lei n. 1791 de 8 de abril de 1918. Curitiba: Typ. d'A Republica, 1918.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Convênio n.º 16.880. Curitiba, 4 de dezembro de 2006.

RATTON (org.). CC - *Revista sobre as obras do Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Joinville: Impressora Ipiranga Ltda., s/d.

REYNAUD, Léonce. *Traité d'Architecture. Deuxième partie - Composition des édifices. Études sur l'esthétique, l'histoire et les conditions actuelles des édifices*. Paris: Dunod Éditeur, 1863. 2ª edição.

TUBEUF, Georges. *Traité d'architecture théorique et pratique*. Paris: H. Chairgrasse fils, [s.d].

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 2ª reimpressão.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001. 1ª edição, 2ª reimpressão.

ARQUITETURA OFICIAL I. *Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978.

ARQUITETURA RELIGIOSA. *Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAUUSP; MEC-IPHAN, 1978.



ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naipy Edições, 1999.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História (PGHis) da Universidade Federal do Paraná. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8084>. Acesso em 7 de janeiro de 2010.

BANHAM, Reyner. *Teoria e projeto na Primeira Era da Máquina*. São Paulo: Perspectiva, 2006. 2ª reimpressão, 3ª edição.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *O Palácio do Congresso. Câmara Municipal de Curitiba – Histórico e Restauo*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, ano 4. Sem data.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Passeio Público: primeiro parque público de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 28, n. 126, mar. 2001.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Rua da Liberdade*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, Ano VIII, n°. 54. Junho/1981.

BONI, Maria Ignês Mancini de. *O espetáculo visto do alto. Vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, 1985. 281 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. 4ª edição - 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARNEIRO, Célia Beltrame Trilow. *Edifício Oswaldo Pacheco de Lacerda. O prédio na história do DER-PR*. Curitiba: DER-PR, 2009.

CAROLLO, Bráulio. *Alfred Agache em Curitiba e sua visão de Urbanismo*. Porto Alegre, 2002. 191 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8084>. Acesso em 7 de janeiro de 2009.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. *O Leprosário São Roque e a Modernidade. Uma abordagem da Hanseníase na perspectiva da relação Espaço-Tempo*. Curitiba, 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.

CAVALCANTI, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica. Ensaio sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac&Naify, 2004. (p. 74).

CURTIS, William J. R. *Arquitetura moderna desde 1900*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

DIAS, Arthur. *O Brazil Actual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. *Roteiro 3: Rua XV de Novembro. Trilhas da cidade da gente*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Secretaria Municipal da Educação, 2007.

GONÇALVES, Josilena Maria Zanella. *Arquitetura Moderna no Centenário de Emancipação Política do Paraná: a construção de um marco de referência*. São Carlos, 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído). Programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia de São Paulo da Universidade de São Paulo.

GRILLO, Paul Jacques. *Form, Function and Design*. New York: Dover Publications, Inc., 1960.

HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACERDA, Maria Thereza B. *O antigo Palácio do Governo*. Curitiba: Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná da Secretaria da Cultura e do Esporte, 1983. 11p. datilografado. Acervo: Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEEC (Secretaria de Estado da Cultura).

*Landhäuser von Hermann Muthesius. Ausgeführte Bauten mit Grundrissen, Gartenplanen und Erläuterungen. Zweite ergänzte Auflage*. München: F. Bruckmann A. G., 1922.

MEZZADRI, Humberto. *Uma casa de Hermann Muthesius em Curitiba*. Texto apresentado no Congresso do Docomomo Sul. Curitiba, 2006. 18 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO do Estado do Paraná. *Memorial - O edifício da Marechal Floriano*. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.mp.pr.gov.br/memorial/mppr\\_depto\\_memo\\_predio.html](http://www.mp.pr.gov.br/memorial/mppr_depto_memo_predio.html). Acesso em 13 de março de 2009.

MUELLER, Oscar. *Centro Cívico de Curitiba. Um espaço identitário*. Porto Alegre, 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.poshistoria.ufpr.br/bancoteses.htm#2007>. Acesso em 30 de janeiro de 2010.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A Construção de um Método para a Arquitetura. Procedimentos e Princípios em Vitruvio, Alberti e Durand*. São Paulo: 2002.

PADILHA, Flávia Tosta; HARDT, Letícia Peret Antunes. *O modernismo nos espaços do poder e suas relações com a gestão urbana: reflexões sobre o Centro Cívico de Curitiba - Paraná*. Curitiba: sem data. Mimeo.

PEREIRA, Ivo Arzua. *Comissão Especial de Obras do Centenário do Paraná - CEOC (Lei Estadual n.º 674, de 29/08/51) - Síntese Histórica*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2008.

PEREIRA, Renata Baesso. *Quatremère de Quincy e a idéia de tipo* (p. 55-77). In *Revista de História da Arte e Arqueologia*. N.º 13. Campinas: Unicamp, jan.-jul., 2010. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/~chaa/rhaa/revista13.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2008.

PIRES, Amílcar de Gil e. *Carácter da Arquitectura e do Lugar*. In *Revista ARTITEXTOS* n.º 06. Lisboa, julho de 2008 (p. 107-120). Disponível no endereço eletrônico: [http://home.fa.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART\\_Amilcar-Pires.pdf](http://home.fa.utl.pt/~ciaud/res/paper/ART_Amilcar-Pires.pdf). Acesso em 13 de abril de 2010.

POSSE, Zulmara Clara Sauner (org.). *História e uso do Paço da Liberdade*. Curitiba: SESC-PR, 2009.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. *Teoria e Filosofia da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955. Primeiro Tomo.

SÁ, Marcos de Moraes de. *Ornamento e Modernismo. A construção de imagens na arquitetura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel Barra do Piraí/RJ, 1977.

SARQUIS, Giovanni Blanco; CAMPOS NETO, Candido Malta. *A arquitetura como expressão da modernidade em Belém entre 1930 e 1964* (p. 29-51). In *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. v. 3, n. 1. São Paulo, Universidade Mackenzie, 2003.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 2ª edição - 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2002.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 4ª edição.

SILVA, Elvan. *A Forma e a Fórmula. Cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e Teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

STRUCHER, Eneida Ripoll (org.). *O Tipo na Arquitetura: da teoria ao projeto*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

SZAMBIEN, Werner. *Simetria, gosto, carácter. Teoria y Terminología de la Architectura en la Época Clásica*. 1550-1800. Madrid: Akal, 1993.

THOENES, Christof. *Teoria da Arquitetura: do Renascimento aos nossos dias*. Londres: Taschen, 2003.

XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pini, Fundação Vilanova Artigas; Rio de Janeiro: RioArte, 1991.

## Agradecimentos

Adilar Antonio Cigolini  
Lauri da Costa  
Oscar Mueller  
Romeu Paulo da Costa  
Salvador Gnoato  
Zulmara Clara Sauner Posse

Arquibrasil Arquitetura e Restauração  
Jussara Valentini

Assembleia Legislativa do Paraná  
José Carlos Pereira Portela

Biblioteca Pública do Paraná  
Canísio Miguel Morch  
Josefina Palazzo Ayres  
Lídia Mara Rosa Gross  
Mara Rejane Vicente Teixeira  
Maria da Graça Simão Gonçalves

Câmara Municipal de Curitiba  
Luiz Fernando de Lima  
Roberto José Arco Verde  
Leonardo Gomes de Oliveira

CELEPAR - Informática do Paraná  
Vanderlei Falavinha Iensen

Coordenadoria do Patrimônio do  
Estado da Secretaria de Estado da  
Administração  
Ivaldo Lopes  
Luiz Alberto Pinto de Carvalho  
Paulo Buono

Departamento de Estradas e Rodagens  
José Odair Loro  
Célia Maria Beltrame Trilow  
Carneiro  
Alcione B. Mayer  
Rosa Maria Dacas

Departamento de Fotojornalismo da  
Secretaria de Estado da Comunicação  
Social  
José Adair dos Santos Gomercindo  
Júlio Covello

Fundação Cultural de Curitiba  
Ana Maria Hladczuk  
Aparecida Bahls  
Christine Vianna Baptista  
Claudio A. Florêncio de Faria  
Jussara Reinert Ferreira  
Marcelo Sutil  
Maria de Fatima Pereira Lopes  
Maria Inês Barreto  
Norma Elizabeth Callado  
Priscila Jacewicz  
Roberson Maurício Caldeira Nunes  
Sandra Guimarães

Instituto do Patrimônio Histórico e  
Artístico Nacional (IPHAN) / 10ª  
Superintendência Regional – Paraná  
José La Pastina Filho  
José Luiz Lautert

Instituto Histórico Geográfico e  
Etnográfico do Paraná (IHGEP)  
Ernani Costa Straube  
Venceslau Muniz Filho  
Eliseu Lacerda

Instituto de Pesquisa e Planejamento  
Urbano de Curitiba (IPPUC)  
Ana Lucia Ciffoni

Oscar Ricardo Schmeiske

Mili S.A.  
Alexandre Benzozi Serrano  
Eliane Souza

Museu Paranaense  
Daisy Lúcia Ramos de Andrade  
Euclides Marchi  
Marcia Medeiros  
Renato Augusto Carneiro Júnior  
Vera Coelho

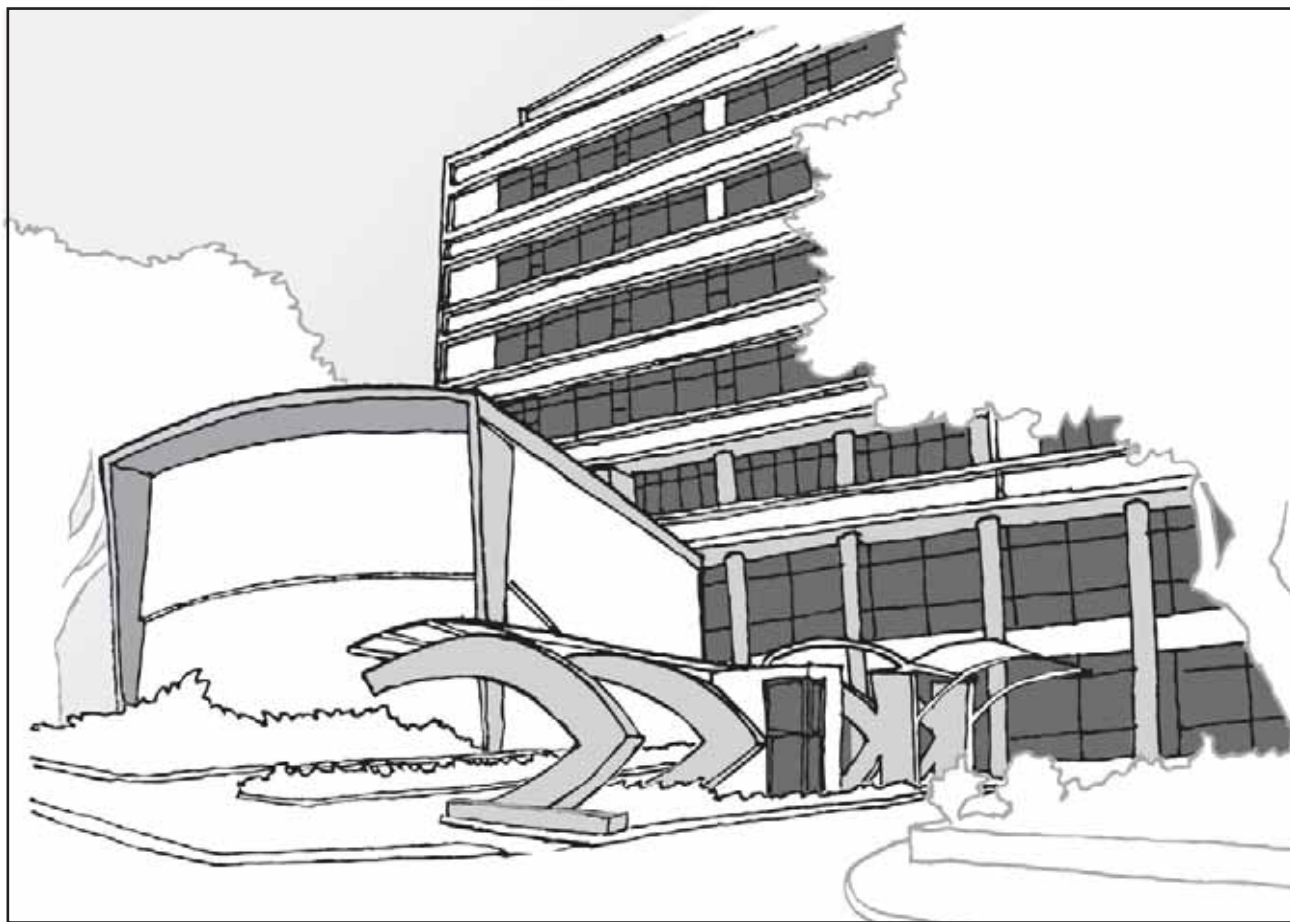
Museu da Imagem e do Som  
Graça Bandeira  
Stefanie Carina Freiburger

Memorial Lysimaco Ferreira da Costa  
Maria Josefina Franco Ferreira da  
Costa  
Luiz Guilherme Grein Vieira  
Thereza Cristina Grein  
Vera Lúcia Castro Grein Mercier

Prefeitura Municipal de Curitiba  
Gerson Luiz Ceccon  
Odília Becker  
Marcos Salles  
Cristina Isabel Narcizo

Secretaria de Estado da Cultura  
Aimoré Índio do Brasil Arantes  
Ednei Ubirajara Fraga  
Rosina Maria Zetola







Este livro foi composto em *Garamond Premier Pro*, *Abadi MT Condensed Light*,  
*Franklin Gothic Book* e *Franklin Gothic Medium*.  
Impresso em papel Couché Fosco LD Sappi 150g/m<sup>2</sup>. Capa em Couché Liso LD 150g/m<sup>2</sup>, na Maxi Gráfica e Editora Ltda.  
Tiragem de 1000 exemplares.